

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

NILCE CARDOSO FERREIRA

**FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS PARA O TRABALHO ASSOCIADO NO
CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA DÉCADA DE 1990: a
experiência de Codó (MA).**

São Luis

2013

NILCE CARDOSO FERREIRA

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS PARA O TRABALHO ASSOCIADO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA DÉCADA DE 1990: a experiência de Codó (MA).

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Joana Aparecida Coutinho

São Luis

2013

NILCE CARDOSO FERREIRA

FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS PARA O TRABALHO ASSOCIADO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA DÉCADA DE 1990: a experiência de Codó (MA).

Dissertação apresentada ao Programa do Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Joana Aparecida Coutinho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^ª. Dr^ª. Zulene Muniz Barbosa
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho a Nilza e Neles, minha mãe e meu pai, (*in memoriam*); a Alessandra, amiga de tantas jornadas (*in memoriam*) e a João. Por fim, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que se associam na utopia da autogestão e emancipação.

A Classe
(para o líder camponês Manoel da Conceição)

*Já não há sinais de pólvora
escurecendo a tua vida
mas ainda há na alma
alguma bala escondida.*

*Cicatrizaram os sinais
de encobertas torturas
porém, na alma ainda sangra
a flor nascida em clausura.*

*Amputaram em tua perna
o rastro que ela escondia,
não a classe dentro dela
que a si própria recria.*

*E apesar desse vazio
de cinza na madrugada
logo brotará manhã
tua alma incendidada.*

*Te saúdo, companheiro
e bebo na taça da aurora
em que te ergues inteiro
para todo o sempre e agora!*
(César Teixeira)

“[...] poderíamos perguntar de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que exceto a terra, em seu estado bruto, são produtos de trabalho, e por outro lado, um grupo de vendedores que nada tem a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vive constantemente para ganhar o pão de cada dia?”

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Ao princípio de tudo: da vida, da consciência, do amor e solidariedade, que se revela divino e nos move na busca de seres humanos mais dignos e de uma sociedade justa.

À minha amada família, presença fundamental na minha existência, em particular Nilma, irmã companheira de todas as horas; minhas sobrinhas: Clara, pela transcrição de entrevistas e Janaina, pela normalização deste trabalho.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Joana Aparecida Coutinho, que esteve sempre disponível no processo de orientação, apontando os rumos para uma maior coerência teórica desta dissertação.

À Prof^a Dr^a Zulene Muniz Barbosa e ao Prof. Dr. César Augustus Labre Lemos de Freitas, por suas valiosas contribuições durante a qualificação.

Às pessoas que cederam seu tempo para contribuir com informações, através de entrevistas: Luciene Martins, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego; Maria Luiza Mendes, do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina; Carlos Bonfim, do Fundo Maranhão Solidário, da Associação Agroecológica Tijupá; Lucineth Machado, da Cáritas; Juscilene Barbosa, da Associação Loreto; Camilo Rocha, da COOPEFORT; Allanison Souza do BNB; Silvana Costa e Márcia Maria Pereira, da Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga; Clarício dos Santos Filho, que além da entrevista colaborou com o envio de material de apoio e reflexões.

Ao Prof. Dr. Benjamim Mesquita, que prontamente me enviou material teórico.

A José Reinaldo Ribeiro, do IBGE, que ajudou na identificação e consolidação de dados.

Aos trabalhadores associados, organizados em FRS, de Codó (MA), que cederam entrevistas; em especial, Valdivino Silva, que disponibilizou seu precioso tempo para me acompanhar nos povoados e reunião dos grupos.

A Ricardo Bulcão e Haroldo Ribeiro pela ajuda técnica crucial na recuperação do texto.

À Barbara Schmidt-Rahmer, da Fundação Esquel, pelo material enviado.

Às secretárias do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, Gracimila e Elizete, por seu trabalho e dedicação.

À minha querida amiga-irmã Edione Matos, pela ajuda nas traduções do francês.

RESUMO

Este estudo busca analisar a importância dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) na dinâmica dos grupos de trabalho associado, da chamada economia solidária. Eles são um dos instrumentos das finanças solidárias (compostas, também, pelas cooperativas de crédito e bancos comunitários), que propõem a democratização do crédito, numa perspectiva coletiva e de responsabilidade solidária; com efeito multiplicador local e comunitário. Considera o contexto da abertura econômica na década de 1990 e o impacto do avanço neoliberal, para a precarização da força de trabalho. Busca confrontar a política de desenvolvimento adotada, historicamente, em países periféricos, como o Brasil e a concepção de desenvolvimento que emerge pelo movimento de economia solidária. A economia solidária surge como alternativa diante do desemprego e avança em propostas para afirmação do trabalho associado autogestionário, como formação de redes de consumo; fortalecimento de sua cadeia produtiva e mudança no sistema financeiro. As experiências de FRS são crescentes no Brasil, articuladas ao movimento de economia solidária. Destacam-se neste trabalho as experiências desenvolvidas em Codó (MA), com o objetivo de apontar suas perspectivas e entraves para o trabalho associado.

Palavras-chave: Fundos Rotativos Solidários. Economia solidária. Estado.
Desemprego. Desenvolvimento.

RÉSUMÉ

Cette étude évalue l'importance des Fonds Rotative Solidarité (FRS) dans la dynamique des groupes de travail associés à appeler l'économie solidaire. Ils sont un des instruments de la finance solidaire (composée aussi par les coopératives de crédit et les banques communautaires), qui proposent la démocratisation du crédit dans une perspective collective et de responsabilité solidaire, avec effet multiplicateur local et communautaire. Fait considération à contexte de l'ouverture économique des années 1990 et l'impact de l'avance néolibérale pour la précarisation de la force du travail. Recherche confronter la politique de développement adoptée historiquement dans les pays périphériques, tels que le Brésil et la conception de développement qui vient avec le mouvement de l'économie solidaire. L'économie solidaire apparait comme une alternative au chômage et avance dans les propositions pour l'affirmation de travail autogérée associée à la formation de réseaux de consommation, renforcement de sa chaîne d'approvisionnement et des changements dans le système financier. Les expériences du FRS se multiplient au Brésil, lié au mouvement de l'économie solidaire. Il est à noter, dans ce travail, les expériences développées dans la ville de Codo (MA), afin de souligner leurs points de vue et des obstacles à l'emploi associée.

Mots-clés : Fonds Rotative Solidaire. Economie Solidaire. État. Chômage.
Développement.

LISTA DE SIGLAS

AAAPJ	Associação dos Apicultores e Apicultoras de Presidente Juscelino
ABAA	Associação Bajaruense de Agricultores e Agricultoras
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AEFAGT	Associação Escola Família Agrícola Guajara de Turilândia
AGJCC	Associação de Grupo de Jovens a Caminho da Caridade
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASA	Articulação do Semiárido
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeira
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia S.A
BB	Banco do Brasil
BC	Balança Comercial
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAV	Centro de Agricultura Vicente Nica
CCFD	Comite Catholique Contre la Faim et pour le Developpement
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAPP	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CFES	Centro de Formação em Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COETRAE	Comissões de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPEFORTE	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda. Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras do Município de Olinda
COOPERCAMPOS	Nova do Maranhão
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEESMA	Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão
FES/ILDES	Fundação Friedrich Ebert/ Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMS	Fundo Maranhão Solidário
FNE	Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste
FRS	Fundos Rotativos Solidários
FSM	Fórum Social Mundial
GPAT	Grupo de Produtores de Artes Turilandenses
GREPS	Grupo Regional de Economia Popular e Solidária

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IED	Investimento Externo Direto
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTC	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NB ARTE	Associação Vamos - NB ARTE
NIT	Número de Identificação do Trabalhador
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONGDs	Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PAPPS	Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários
PEA	População Economicamente Ativa
PEETE	Planos Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNAE	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRES	Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIES	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SINAIT	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SNCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária/Brasil.....	43
Gráfico 1	Principais produtos dos empreendimentos solidários do Maranhão.....	44
Gráfico 2	Faturamento mensal dos empreendimentos/Brasil.....	45
Gráfico 3	Faturamento mensal dos empreendimentos/Maranhão.....	46
Quadro 2	Contrapontos potenciais do trabalho associado.....	52
Quadro 3	Principais países fornecedores e compradores do Brasil/2010.....	65
Quadro 4	Principais produtos exportados e importados/Brasil em 2010.....	66
Quadro 5	Principais produtos exportados e importados/Maranhão em 2009.....	66
Gráfico 4	Exportação brasileira por categoria de uso/2012.....	67
Gráfico 5	Exportação brasileira por categoria de uso/2013.....	67
Quadro 6	Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada/regiões metropolitanas.....	68
Quadro 7	Nível educacional/Brasil e Maranhão em 2010.....	70
Quadro 8	Relação de experiências regionais, de finanças solidárias sistematizadas.....	82
Quadro 9	Distribuição dos Fundos Solidários por estado no nordeste.....	91
Quadro 10	Principais organizações de fomento aos FRS no nordeste.....	91
Quadro 11	Principais resultados alcançados pelos FRS no nordeste.....	92
Quadro 12	Principais fontes de financiamento dos FRS do nordeste.....	93
Quadro 13	Principais resultados alcançados pelos FRS no Maranhão.....	93
Quadro 14	Distribuição dos FRS no Maranhão, por município/2010.....	94
Mapa 1	Identificação regional dos FRS por região no Maranhão.....	95
Figura 1	Grupo de Mulheres de Bordado de Codó – MA.....	99
Figura 2	Forno Mecânico da casa de farinha do Povoado Mirindiba e amostra da farinha produzida.....	100
Figura 3	Selo dos produtos da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Mirindiba/Codó – MA.....	101
Figura 4	Reunião da Comunidade de São Benedito dos Colocados/Codó-MA	102
Quadro 15	Síntese da metodologia do Fundo Cáritas/Rede Mandioca.....	106
Figura 5	Quitanda da Rede Mandioca/Centro de Referência da Agricultura Familiar do Maranhão.....	107

Quadro 16	Critérios para empréstimos junto ao FMS.....	108
Quadro 17	Itens da planilha de custo do FMS.....	108
Quadro 18	Grupos contemplados pelo Fundo Maranhão Solidário.....	10
Figura 6	Reunião da coordenação do FEESMA.....	112
Quadro 19	Dificuldades e expectativas do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina.....	115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA DÉCADA DE 1990 E A RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO.....	19
1.1 A abertura econômica do Brasil na década de 1990 e seus impactos para os trabalhadores.....	21
1.2 Trabalho associado como alternativa ao desemprego estrutural.....	25
Capítulo 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO ASSOCIADO: breve histórico e quadro atual no Brasil.....	34
2.1 Origem e contemporaneidade do trabalho cooperado associado: princípios e quadro atual da economia solidária no Brasil.....	36
2.2 Trabalho associado: enfrentamento ou funcionalidade para o sistema capitalista?.....	48
Capítulo 3 FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS, FINANCEIRIZAÇÃO TRANSNACIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	59
3.1 Políticas de desenvolvimento adotadas localmente e suas implicações para os trabalhadores	63
3.2 FRS e mercado financeiro: pontos de convergência e divergência.....	74
3.3 Microcrédito e desenvolvimento social: possibilidades e limites.....	84
3.4 Experiências dos Fundos Rotativos Solidários em Codó (MA)	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICES... ..	130
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO

A crise da dívida externa brasileira agravou-se em meados dos anos 1980, no contexto da crise capitalista mundial, surgindo os primeiros impulsos de um novo surto de reestruturação produtiva no país. A recessão de 1981 a 1983 promoveu uma grande retração do mercado interno e um fraco desempenho da economia, acarretando na chamada década perdida. Apresentava-se, de um lado, a desaceleração do crescimento industrial e do outro, a recessão econômica.

Diante do resultado negativo do Produto Interno Bruto (PIB), o empresariado brasileiro passou a adotar uma política de racionalização com forte impacto no mercado de trabalho e empresas, dos mais diversos setores, adotaram novos padrões produtivos e organizacionais, para garantir maior competitividade no mercado internacional.

Nos anos 1990, com os novos choques de competitividade impostos pela lógica neoliberal, os processos de reestruturação produtiva atingiram fortemente o sindicalismo brasileiro, assumindo novas dimensões que se evidenciaram na relação capital/trabalho, marcada pelo baixo nível de emprego e precarização das relações de trabalho (ANTUNES, 1997).

O avanço do desenvolvimento tecnológico¹, com vistas à redução de custos, contribuiu para a produção flexível e acentuou a divisão entre países ricos e pobres. Nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, foram implementadas políticas econômicas com medidas recessivas, limitando o financiamento interno, mantendo altas taxas de juros, comprometendo a produção agrícola e industrial e sustentando o repasse de valores elevadíssimos para pagamento da dívida externa.

O neoliberalismo fortaleceu o papel do Estado, enquanto financiador do grande capital. As políticas sociais foram minimizadas ou abandonadas, reforçando o agravamento da miséria e da concentração de renda.

No Brasil, a aplicação das políticas recessivas legitimou-se em função dos altos índices de inflação, desencadeando uma conjuntura extremamente desfavorável para os trabalhadores e o preço de sua força de trabalho. A recessão nas décadas de 1980 e 1990 eliminou uma quantidade grande de postos de trabalho formais (base do sindicalismo

¹ Considera-se desenvolvimento tecnológico, neste trabalho, como definiu Sandroni (1999, p.594) “o que se reflete na própria estrutura da sociedade, nos mecanismos de controle de dominação econômica, nos planos nacional e internacional. Neste último caso, destaca-se o domínio da tecnologia moderna (nuclear, de comunicações, astronáutica e de computação) pelos países industrializados em detrimento dos demais”. (SANDRONI, 1999, p. 594).

brasileiro), obrigando os trabalhadores a buscar outras formas e práticas de trabalho precárias e informais

Ainda na década de 1990, a política econômica, pautada nos projetos do grande capital, além de continuar processos que não garantiram o crescimento econômico, acentuou os desajustes sociais. A economia não cresceu e a riqueza continuou muito concentrada.

É neste contexto que o debate sobre as políticas públicas de emprego entra na pauta do governo, justamente no momento em que o desemprego passa a afetar o núcleo mais dinâmico do mercado de trabalho brasileiro (a indústria). Porém o tratamento dado pelos sucessivos governos desconsiderou aspectos bastante característicos do mercado de trabalho brasileiro — a heterogeneidade e o persistente desemprego de determinadas parcelas que quase sempre se mantiveram na informalidade. Contudo, é nessa conjuntura de hegemonia neoliberal que questões como: emprego, desemprego, precarização do trabalho e a informalidade ganham novas dimensões.

Ampliaram-se, então, experiências associativas e organizações de trabalhadores, em cooperativas, e com elas a necessidade de um crédito diferenciado, que atendesse às populações de baixa renda, a fim de dinamizar suas atividades produtivas, na perspectiva do microcrédito.

A experiência de microcrédito, desenvolvida em Bangladesh, já na década de 1970, com o Grameen Bank, pelo professor Muhammad Yunus, tem se constituído referência mundial, consistindo em pequenos empréstimos a atividades produtivas. Com menor burocracia, o Fundo Solidário tem dinamizado a economia de populações mais vulneráveis, e, apesar dos problemas políticos e denúncias de gestão, contribuiu com o enfrentamento à miséria de várias famílias, em particular aquelas geridas por mulheres e possibilitou a essas famílias um horizonte de autonomia e melhora de sua autoestima.

As práticas de microcrédito no Brasil acentuaram-se nos anos 1980; as iniciativas de Fundos Rotativos Solidários (FRS) se ampliaram, com o apoio de movimentos sociais e igrejas, em especial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Surgiram os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), apoiados por várias organizações da Igreja, com financiamento da cooperação internacional. Os PACs consistiam em produções pequenas visando o desenvolvimento e a infra-estrutura comunitária.

Na década de 1990 os fundos foram apoiados por outras organizações, como a Articulação do Semiárido (ASA) que iniciou suas atividades em Soledade na Paraíba: formado de pequenas contribuições financeiras das famílias, cujo objetivo estava centrado na construção de cisternas e banco de sementes. Essa prática se expandiu e chegou a atingir 140

municípios do sertão da Paraíba, atingindo 1.824 Fundos. Nesse contexto foram se constituindo a formação de fóruns de economia solidária e a concepção de uma economia popular solidária (ROCHA e COSTA, 2005).

Nesse processo, entre outras organizações, formaram-se as cooperativas de crédito solidário, com o principal desafio de captação de poupança, feita, normalmente, graças à parcerias e cotização entre os associados.

Com um caráter de cooperativa de crédito, não oficializada, existem os bancos comunitários, formados a partir da organização de moradores de bairros e grupos comunitários, apoiados por movimentos sociais e igrejas. Investem crédito para a produção e o consumo local. Com o objetivo de fortalecer essas iniciativas, constituíram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários².

Pode-se destacar a experiência do Banco Palmas, na Comunidade do Conjunto Palmeira, em Fortaleza (CE), constituído pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCOMP). Foi o primeiro banco comunitário, criado em 1998. A sua moeda, Palma, é amplamente aceita nos comércios do bairro, a população a adquire através de trabalho ou empréstimo. A sua concepção é pautada na formação de uma rede de solidariedade, desde a produção até o consumo, numa perspectiva de fortalecimento e dinâmica da estrutura sócio-econômica da comunidade.

O Banco Palmas, por meio do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, desenvolve diversas iniciativas de microcrédito, com pequenos empréstimos, para atividades de produção, comércio e serviço. Os fiadores são os próprios vizinhos e os juros têm taxas menores que os de mercado.

No início de 2008, a Secretaria Nacional de Economia Solidária³ (SENAES) lançou o Programa de Apoio a Bancos Comunitários, com o objetivo de disseminar a metodologia do Banco Palmas em nível nacional e reproduzir a metodologia dos FRS. Foi disponibilizado, naquele ano, R\$ 3 milhões para a criação de 40 novos bancos.

No Maranhão foram aprovados três projetos para apoio financeiro a atividades de produção associativas solidárias. O objetivo era formar um fundo autossustentável que pudesse ampliar a capacidade de autogestão.

² Os bancos possuem moeda própria (moeda social), com margem de segurança (tarjas, número de séries, código de barra etc.) e sua circulação é acompanhada pelo Banco Central. Cada banco tem sua organização própria (apesar de estar articulado à Rede), estruturando-se conforme as peculiaridades locais.

³ Criada no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), fruto das demandas das organizações da chamada economia solidária e articulada por Paul Singer.

No estado do Maranhão, em 2007, foi criado em Alcântara o Banco Comunitário Quilombola, cuja moeda social é o Guará. Seu capital inicial foi proveniente do Banco do Brasil e da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão (SETRES).

Essa iniciativa se apresentou, entre outras, como resposta aos impactos consequentes dos grandes projetos implantados no Maranhão. Como o Projeto Carajás e a ALCOA, a Base Espacial de Alcântara ampliou vantagens ao capital transnacional e agravou a situação socioeconômica do estado e, em especial na capital, São Luís, que absorveu os impactos das políticas desenvolvimentistas implementadas, apesar do discurso do governo se pautar na melhoria da dinâmica econômica (SILVA, 1990).

Este trabalho tem como objeto os Fundos Rotativos Solidários. Procura-se analisar as possibilidades do seu papel impulsionador, enquanto crédito alternativo, na dinâmica dos grupos de trabalho associado.

Busca-se, ainda, problematizar sobre tais políticas e identificar as suas contradições diante das determinações macroeconômicas, que marcadas pela forte dependência de financiamento externo têm sido decisivas para a adoção de políticas voltadas, fundamentalmente, para a focalização e correção das distorções do mercado de trabalho, em favor do capital, mantendo a vulnerabilidade dos trabalhadores. Avalia-se, assim, o papel dos Fundos Rotativos Solidários na dinâmica de crescimento e sustentabilidade dos grupos quanto à geração de emprego e renda.

Assim, a pesquisa considera as práticas de trabalhadores associados, da chamada economia solidária⁴, vigentes no Maranhão; seus limites e contradições; e procura romper com uma análise determinista e preconceituosa buscando garantir a “vivacidade mental” e “inventividade científica”, livre de “posições dogmáticas”, como propõe Gramsci (1986, p.305).

A análise dos Fundos se articula com a análise da crise do capitalismo nas duas últimas décadas do século XX, que se agrava nas economias periféricas pela desregulação⁵ e abertura dos seus mercados, intensificada pelo desemprego estrutural⁶.

⁴ “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. (SINGER, 2002, p. 10)

⁵ “Tendência que surgiu no final dos anos 1970 nos países industrializados, recomendando a redução da participação do Estado – direta ou indireta- na economia e nos mercados, baseada na tese de que as empresas, os preços e a alocação de recursos são controlados e administrados mais eficazmente pelas forças do mercado do que por regulamentos governamentais. As políticas econômicas, originadas dessa tendência, abarcaram desde as privatizações até a redução da carga tributária” (SANDRONI, 1999, p. 172).

⁶ “Origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra”. (SANDRONI, 1999, p. 168)

Coloca-se, então, como questão central: qual a contribuição dos Fundos Rotativos Solidários na dinâmica de crescimento e sustentabilidade dos grupos de trabalhadores associados do Maranhão?

Por conseguinte questiona-se como se caracterizam as políticas de fomento à Economia Solidária, implantadas no Brasil, e, especificamente, no Maranhão. Quais são as contradições na proposta dos Fundos Rotativos Solidários diante das determinações macroeconômicas e da dependência de financiamento externo? Que concepção de desenvolvimento existe no movimento de economia solidária, e qual é sua viabilidade, diante dos modelos implementados no Maranhão? Quais as potencialidades do modelo da economia solidária considerando o nível de concentração de renda e fundiária e a taxa de desemprego e subemprego, no estado do Maranhão?

As hipóteses levantadas neste trabalho são: 1) As experiências de economia solidária, no Brasil e no Maranhão, de práticas associativas e de cooperativismo solidário, têm contribuído positivamente para o protagonismo de populações de baixa renda, tanto na zona rural como urbana; 2) Os Fundos Rotativos Solidários esbarram sua ação na ausência de uma legislação que se adeque às suas demandas; 3) O nível de investimento público, predominantemente, fortalece o mercado financeiro capitalista tradicional, dificulta a captação de poupança e sustentabilidade dos Fundos Rotativos Solidários.

Levantam-se, nesta pesquisa, os agentes financiadores dos fundos, onde se busca demonstrar as condições e restrições do financiamento, diante dos fatores estruturais facilitadores ou dificultadores da ampliação de políticas de crédito solidário.

Analisa-se a concepção de desenvolvimento subjacente ao conceito de economia solidária, discutindo sua viabilidade e seus entraves. Destaca-se a realidade do Maranhão, onde se identifica uma elevada concentração de renda e fundiária que resulta em elevada taxa de desemprego e subemprego, responsável por desencadear uma situação de imensa pobreza da maioria da população e falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação e moradia (BORGES e COSTA, 2000).

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo discute-se a relação capital e trabalho, principalmente sua organização na reestruturação produtiva da década de 1990, considerando a abertura econômica do Brasil, no contexto da crise capitalista e composição orgânica do capital (c/v), desemprego estrutural e exército industrial de reserva, como variáveis inerentes e contraditórias ao capitalismo.

Aborda-se a importância da tecnologia para o aumento da produtividade, ganhos do capital e precarização da força de trabalho no modelo capitalista de produção.

No segundo capítulo, é discutido o efeito multiplicador dos fundos junto aos grupos na geração de trabalho e renda, considerando a proposta associativa e autogestionária da forma de cooperativismo e da economia solidária, destacando suas possibilidades de enfrentamento e/ou funcionalidade ao sistema. Avalia-se a relevância dos Fundos Rotativos Solidários consubstanciados nas políticas governamentais da Política de Fomento à Economia Solidária, com repercussão nos grupos produtivos⁷ e suas possibilidades reais de crédito e viabilidade econômica no contexto das políticas macroeconômicas restritivas aos trabalhadores (ASSIS, 2005).

No terceiro capítulo, articula-se essa discussão com os pontos de convergência e divergência com o capital financeiro e as possibilidades e contradições do desenvolvimento local com a proposta de trabalho associado e os fundos, tendo em vista a proposta da economia solidária num Estado capitalista. Demonstra-se, para tanto, as experiências existentes em Codó (MA), a partir de visitas, reuniões e entrevistas, com os fundos e seus grupos, tomadores de empréstimos, identificados naquele município.

Com o cotejo das categorias trabalho, desenvolvimento, renda, emprego, economia solidária, propõe-se ampliar o debate acadêmico, acerca do trabalho associado. Indaga-se sua possibilidade ou não, de enfrentamento à subordinação dos trabalhadores. Espera-se, com este trabalho, contribuir com a reflexão e debate sobre as novas formas de organização de parcela da classe trabalhadora, alijada das relações formais de trabalho.

⁷ Grupo Produtivo, enquanto grupo que transforma seu trabalho em produto. “O trabalho é trabalho produtivo [...] Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, não é de modo nenhum adequada ao processo de produção capitalista”. (MARX, 1989, p. 205)

Capítulo 1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA DÉCADA DE 1990 E A RELAÇÃO CAPITAL/TRABALHO

A reestruturação produtiva, nos ajustes do capitalismo, intensifica a exploração da força de trabalho, na formação do capital. São mudanças na organização da produção, que demandam novos processos tecnológicos e reengenharia produtiva em busca do aumento da taxa de lucro.

A crise econômica da década de 1970 gerou uma busca pelo aumento da produtividade⁸, em função da crise do petróleo (1973 e 1979) e a desvalorização do dólar (1971), colocando em xeque o acordo internacional de Bretton Woods⁹ (1944), que definiu o dólar como moeda referência para a economia mundial.

Caracterizada pela queda da produtividade e taxa de lucro, a crise gerou uma desaceleração com inflação e desemprego, em função da alta do petróleo e políticas econômicas restritivas adotadas pelas economias centrais. Isso acarretou perda de poder de compra para os trabalhadores em níveis diferenciados entre economia periférica e central, mas contribuindo em nível geral com o aumento do desemprego, em função da recessão mundial. Essa realidade implicou num ônus ainda maior para as economias periféricas, como o Brasil, em função do aumento dos produtos industrializados importados, conforme discorre Brum (1999, p.119).

A brusca elevação dos preços de produtos essenciais que o Brasil importava em grande quantidade, como petróleo, carvão, aço, petroquímicos, fertilizantes, papel e industrializados diversos, sobretudo bens de capital (máquinas, equipamentos e aparelhos), provocou acentuado desequilíbrio (déficit) na balança comercial e no balanço de pagamentos com o exterior e revelou o alto grau de vulnerabilidade econômica do país.

Esse quadro acirra o grau de exploração da força de trabalho, praticado no Brasil, haja vista os resultados positivos da economia brasileira, obtidos no chamado período do milagre econômico (acelerado entre 1968 e 1973), terem como um dos fatores determinantes a superexploração do trabalho, a fim de manter a taxa de lucro elevada e o aumento da composição orgânica do capital. Dessa forma

⁸ Quociente de uma produção por um dos fatores da produção (capital, investimento, matéria prima, trabalho). A produtividade do trabalho é o quociente da produção pelo tempo de trabalho necessário. Analisa-se a eficácia da utilização do trabalho, combinada com outros fatores, como equipamentos, técnica etc (FOURASTIÉ, 1990).

⁹ Conferência monetária e financeira das Nações Unidas, realizada em 1944, com o objetivo de definir ações de estabilização da economia internacional, pós-segunda guerra mundial. Na Conferência de Bretton Woods foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial).

Para seguir expandindo-se ao ritmo anterior – ou inclusive a ritmo mais acelerado, como de fato ocorreu, a economia dependente no Brasil teria que contar, pois, com forças que contrapesassem eficazmente os efeitos depressores que a rápida elevação da composição orgânica provocaria sobre a taxa de lucro. E recorre à principal força contrarrestante: do já elevado grau de exploração do trabalho [...] A participação dos salários-operários no valor da transformação industrial se reduziu de 17,15% em 1970 para 15,20% em 1973. Por outro lado enquanto a produtividade do trabalho industrial no país aumentou em 14% e em São Paulo em 21%, o salário mínimo real se reduziu em 15%, os salários reais mais frequentes em São Paulo baixaram em 13% e o salário real dos metalúrgicos desse estado o fez em 12% (SOUZA, 2004, p.159).

Essa realidade intensifica a necessidade de discutir o espaço e a força das economias nacionais, diante das determinações internacionais e as implicações para a força de trabalho, que se constitui elemento básico na realização da reprodução do capital e da economia.

O sistema capitalista, para se manter, reinventa os processos e mantém sua matriz de formação, sem a qual não é possível garantir reprodução. Trata-se da exploração e submissão da força de trabalho aos meios de produção, articulada com o mercado de consumo e financeiro, gerando a acumulação do capital e sua valorização.

Essa submissão e exploração são garantidas pela estrutura vigente, nas relações econômicas, normatizadas socialmente pelas leis, tendo o Estado como tutor. Em sua análise sobre a intensificação do trabalho, Marx (1989, p. 467) discorre, já no século XIX, que:

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando a impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais valia, prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas. Ocorreu ao mesmo tempo uma alteração no caráter da mais valia relativa. Em termos genéricos, o método de produção da mais valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, com o acréscimo da produtividade do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua, então, a acrescentar o mesmo valor ao produto total, embora esse valor de troca inalterado se represente agora em quantidade maior de valores-de-uso, de artigo, caindo desse modo o valor de cada mercadoria em particular.

Esses ajustes de produtividade se atualizam de acordo com cada crise em cada época. Na década de 1980 e início de 1990, sobrecarregado pela dívida externa, intensificada na década de 1970, para garantir o “milagre econômico”, entre outros fatores, o Brasil enfrentou uma recessão, que limitou seu crescimento e aumentou sua dependência externa, com desemprego e inflação.

Essa realidade é extensiva aos países periféricos. Nesse sentido, Brum, descreve:

Entre os principais sintomas da crise, identificam-se os seguintes: redução acentuada do ritmo de crescimento da economia, caracterizando uma situação prolongada de estagnação/recessão; processo inflacionário crônico e ascendente, tendendo ao descontrole; elevadas dívidas externa e interna, submetendo o governo e o país a uma pesada sangria financeira para pagamento de juros, suspensão de crédito externo; baixo índice de investimento nas atividades produtivas, insuficiente para expandir a produção, aumentar o número de postos de trabalho e proporcionar melhorias salariais; aumento do nível de desemprego, do subemprego e da economia informal; avanço do processo de concentração da riqueza e da renda; pauperização de expressivos contingentes de trabalhadores e proletarianização de amplos segmentos das camadas médias; agravamento da exclusão social; enormes disparidades regionais e contrastes sociais entre ricos e pobres; deteriorização de importantes setores da infraestrutura econômica (transporte, energia elétrica, telefonia...), por insuficiência de investimentos em tempo oportuno; economia altamente oligopolizada, em que cerca de trezentos grandes grupos econômicos multinacionais e nacionais têm o poder real de comandar a economia do país através do controle de seus setores básicos; defasagem tecnológica e relativa deficiência empresarial e de gerenciamento; grande parcela da população economicamente ativa pouco educada e com baixa qualificação técnica para o trabalho [...] (BRUM, 1999, p. 421)

Todas as medidas, com fundamento de ajuste econômico, para superação da crise interna, atenderam diretamente às demandas da crise internacional e suas determinações, com vistas ao equilíbrio do sistema capitalista, ou seja, dos ganhos do capital e seus detentores, investimento interno, tomada de empréstimo, contenção de gastos, abertura de mercado; tudo condicionado ao lugar que as economias ocupam na divisão internacional do trabalho¹⁰.

É nessa perspectiva que a década de 1990 se insere na ordem da globalização e abertura de seu mercado para a “modernização” produtiva.

1.1 A abertura econômica do Brasil na década de 1990 e seus impactos para os trabalhadores.

A abertura econômica, desencadeada na década de 1990, busca ampliar espaços nacionais e precisa dessa articulação expansionista desde sua origem. Como afirma Martins (1999, p.32)

Desde os anos 70, se intensifica o movimento de desregulação nos Estados nacionais. A globalização levaria, no limite, a uma homogeneização completa do mercado mundial, sem as barreiras protecionistas nacionais. Como um processo idealizado e que procura se concretizar, não deveriam existir mais formas políticas nacionais, só a cultura do mercado mundial, do capital totalmente globalizado. Essa é a utopia da substituição do Estado político pelo Estado-capital.

¹⁰ “No âmbito das nações a divisão de trabalho ocorre na especialização da produção, que caracteriza a economia nacional. Assim existem nações que produzem tecnologia sofisticada, bens de capital ou fornecem capital para outras - é o caso das nações ricas. Outras nações são fornecedoras de matérias-primas para o mercado internacional; nesse grupo incluem-se principalmente as nações de passado colonial, que foram até recentemente dominadas pelas grandes metrópoles capitalistas” (SANDRONI, 1999, p. 611).

Nessa perspectiva, o discurso político de modernização e expansão econômica nacional é a aparência para legitimação social, na garantia das determinações internacionais e subserviência das elites locais transferindo aos trabalhadores o ônus dos ajustes de aumento da produtividade, em particular aqueles das economias dependentes (MARTINS, 1999).

A construção ideológica de uma economia globalizada, sem fronteiras, fundamenta-se no acesso globalizado, sem fronteiras de consumo, quando na verdade trata-se de um processo essencialmente desigual porque tende a uma maior concentração de riqueza e poder do capital ampliando os níveis de exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, Martins (199, p.30) afirma que nos últimos anos,

Tanto a valorização do capital quanto as interrupções cíclicas têm aumentado de intensidade. A devastação neoliberal nada mais é do que a plena aplicação das leis que comandam o funcionamento da máquina capitalista globalizada. O chamado neoliberalismo não é uma mera política da burguesia ou a personificação de quem quer que seja. É o próprio movimento de alargamento da base de exploração e valorização do capital. É ampliação e aprofundamento da histórica lei de livre-mercado, quer dizer, da livre exploração das classes proprietárias sobre a classe trabalhadora nos mercados nacionais e da livre exploração imperialista das nações dominantes sobre as nações dominadas no mercado mundial.

É essa essência do capitalismo que norteia os rumos do mercado e as políticas nacionais. A dominação de classe e a relação de dominação entre as economias desenvolvidas e as economias dependentes são minimizadas nas avaliações e implementações das políticas econômicas, favorecendo as abstrações que, segundo Marx (1982b), mascaram as determinações estruturais do sistema.

O livre mercado, a abertura da economia, a desregulação, a globalização, entre outras, são abstrações das relações do modo de produção, que camuflam os níveis de exploração estabelecidos por uma classe dominante para a valorização do capital.

Nesse sentido Mattei (1997, p.65) afirma que.

No âmbito político, a globalização impôs aos Estados Nacionais uma série de constrangimentos. Talvez o mais importante de todos eles é a perda de capacidade e de liberdade destes Estados de operar políticas macroeconômicas, dado o enorme poder de veto dos mercados financeiros. Assim para as economias periféricas e com moedas fracas não resta outra alternativa senão a de seguir as políticas ditadas pelos centros capitalistas.

Essa realidade de subordinação entre nações não é novidade, mas nesse período, as determinações internacionais intensificaram-se negativamente para os trabalhadores de países periféricos como o Brasil. O Estado, enquanto Estado Nacional remete a uma abstração: como aquele que busca garantir os interesses da sociedade em geral, mas na prática

implementa políticas que vão ter repercussão diferenciada para as classes sociais. A desregulação do mercado nacional, em geral, demanda ajustes que vão repercutir na maior precarização da força de trabalho. Como afirma Chesnais (1996, p. 28)

Agora o capital está à vontade para por em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país - e, se for o caso, uma parte do mundo - e outro. Para isso, o capital concentrado pode atuar, seja pela via do investimento, seja pela terceirização.

A maior precarização aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores e minimiza a organização e consciência de classe, levando à desmobilização e enfraquecimento das representações sindicais classistas; os trabalhadores passam a buscar resultados imediatos e articulados com sua sobrevivência, impulsionando uma nova dinâmica aos movimentos; menos ofensiva (ANTUNES, 1997).

O processo de abertura econômica, implementado no Brasil, veio acompanhado de privatizações, desregulação do mercado, redução das tarifas de exportação e flexibilização das relações de trabalho, fornecendo as condições básicas para o capital estrangeiro se ampliar no país (SOUZA, 2004).

O argumento utilizado era desenvolvimento e modernização, via aumento da competitividade, mas na prática quem se beneficiou foi o capital, em particular o capital transnacional, que pode contar com um baixo custo da força de trabalho e outros subsídios, em detrimento das empresas nacionais que se encontravam sem capital de giro, em função do confisco da poupança e ativos financeiros.

O governo de Fernando Collor (1990-1992) estabeleceu políticas ditas modernizantes, mas que se traduziram num desastre para a economia nacional, com uma abertura de mercado indiscriminada e confisco de ativos financeiros, inclusive a poupança. Assim:

O resultado do Plano Collor haveria de ser uma brutal recessão. Por uma simples razão: além de sequestrar a quase totalidade dos ativos financeiros, em lugar de bloquear apenas os vinculados aos títulos públicos, “entesourou” os recursos daí derivados, ao invés de estabelecer um programa que liberasse o capital de giro da pequena e média empresa e canalizasse os recursos sequestrados da especulação financeira para a produção, a infra-estrutura e a área social, através do BNDE¹¹, do Bando do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Sem dinheiro para irrigar a economia, esta haveria de ir para o buraco. A situação se agravou em face do brutal arrocho salarial e do corte dos gastos públicos, que derrubaram fortemente a demanda. (SOUZA, 2004, p. 447).

¹¹ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, “por decreto –lei presidencial de 25/5/1982, a instituição recebeu a responsabilidade de gerir o então criado Fundo de Investimento Social (Finsocial) e teve a palavra ‘social’ acrescentada a seu nome” (SANDRONI, 1999, p. 58).

No estado do Maranhão a situação revela-se ainda mais grave, haja vista a implementação do modelo de desenvolvimento predador e excludente, baseado nos grandes projetos e grandes capitais, com vistas à exportação, que não conseguiu ampliar, significativamente os empregos, mas gerou o aumento de favelas e concentração fundiária (SILVA, 2001).

As indústrias implantadas não conseguiram impulsionar uma dinâmica nova para a economia maranhense, principalmente porque são (na maioria) voltadas para a exportação de *commodities*¹²; os custos sociais são muito grandes, considerando as desapropriações e a situação de pobreza em que são jogadas as famílias expropriadas de suas terras e meio de sobrevivência.

No estado do Maranhão, na década de 1990, implementou-se, no governo oligárquico de Roseana Sarney (1995-1998; 1999-2002)¹³, um conjunto de medidas ditas “modernizantes” (fundamentado na concepção neoliberal), que aprofundou a diminuição de investimento público com o processo de privatização e ampliação do desemprego, com os ilusórios planos de demissão voluntária. Dessa forma

Na administração direta, foram extintas as dezoito secretarias estaduais de governo e criadas, em seu lugar, oito gerências para dar conta das funções distribuídas entre as secretarias anteriores[...]. A principal conseqüência dessa reorganização foi o enxugamento da máquina do Estado e um grande número de funcionários públicos colocados em disponibilidade no Banco de Recursos Humanos para posterior demissão (SILVA, 2001, p. 215).

Os ajustes do Estado e potencialização da abertura ao capital transnacional intensificaram-se, também, no campo, predominantemente no sul do estado com a produção da soja. Essa atividade redefiniu o formato das relações de trabalho no campo e se implementou uma impactante mecanização, garantindo uma maior produtividade, com utilização intensiva de venenos, no contexto da monocultura, latifúndio e concentração fundiária.

Nessa realidade, os efeitos para os trabalhadores são devastadores, estabelecendo trabalho assalariado restrito e impulsionando o êxodo rural ou submissão a condições de trabalho análogo a escravidão, como o exemplo das carvoarias de alimento da produção de ferro gusa.

¹² “Tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre etc” (SANDRONI, 1999, p.113).

¹³ Em 6 de abril, renunciou ao Governo do Estado, passando-o ao vice José Reinaldo Tavares, para se candidatar à Presidência pelo PFL (WIKIPÉDIA, 2013, p.1.).

Diante desse quadro intensificam-se os conflitos, haja vista o desequilíbrio socioeconômico e ambiental. O governo apresenta dados superavitários da balança comercial sem relativizar com as perdas e os danos à população local. Nesse sentido Mesquita (2009, p. 5) considera que

Em diferentes locais da Amazônia, neste período de globalização, os enclaves tem mais bloqueado o desenvolvimento regional do que viabilizá-lo, a razão se encontra na forma em que se consubstanciaram suas inversões, historicamente direcionaram à mineração e ao agronegócio da soja e pecuária, além do eucalipto e do dendê que têm a mesma lógica. Ou seja, os investimentos mais significativos estão em indústrias extrativas, intensiva de capital e voltada ao mercado externo que pouco agrega a economia local. A resultante geral computado em termos de desenvolvimento tem sido desfavorável a população, mesmo a economia local crescendo acima da media nacional.

Essa análise reforça a identificação das inconsistências existentes no modelo de desenvolvimento, que vem sendo adotado: predomina o crescimento econômico em detrimento do social. Os trabalhadores vêm sofrendo um violento processo de exploração; seja pela exigência do aumento da produtividade, seja pelo desemprego.

1.2 Trabalho associado como alternativa ao desemprego estrutural

A composição orgânica (c/v) do capital, que consiste na relação entre capital constante (máquinas e matérias primas) e capital variável (volume de mão de obra), tende a aumentar nos processos produtivos com maior tecnologia, mas para que a taxa de lucro aumente é necessário um aumento da produtividade do trabalho.

O capital constante (meios de produção, c) mantém o mesmo valor no processo de produção; o capital variável (a força de trabalho, v) gera o excedente, que é apropriado pelo capitalista (MARX, 1989). Significa dizer que a tendência de substituição do “trabalho morto” por “trabalho vivo” ou mecanização no processo produtivo, só poderá gerar lucro ao capitalista na medida em que aumentar a exploração da força de trabalho¹⁴. Como afirma Marx

O desenvolvimento da produção mecanizada dá a uma parte cada vez maior do capital uma forma em que ele pode continuamente expandir seu valor e, ao mesmo tempo, perde valor-de-uso e valor-de-troca, logo que interrompe seu contato com o trabalho vivo (MARX, 1989, p. 462).

Para a produção capitalista essa caracterização é indiferente; o seu objetivo é o lucro. Capital constante ou variável consiste, indiferentemente, em custos; o foco do

¹⁴ “A maquinaria é meio para produzir mais-valia” (MARX, 1989, p. 424)

capitalista é aumentar o lucro; não se trata de considerar se é justo ou não o salário pago, mas quanto é possível diminuir os custos para aumentar o lucro; essa é sua perspectiva.

Nessa lógica, a maior produtividade aumenta a mais valia relativa, que intensifica a utilização da força de trabalho, para maiores resultados na taxa de lucro. A tendência do capital é ampliar a tecnologia, os processos tecnológicos e a composição orgânica do capital, com vistas ao melhor preço de seus produtos. Essa tendência gera o desemprego estrutural, que se amplia pela força de trabalho excedente, consolidando a subserviência do trabalho ao capital e garantindo os baixos níveis salariais.

Sobre essa questão Marx (1989, p. 492) afirma que:

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador [...] A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor.

O trabalho, no entanto, permanece como variável indispensável e central, enquanto trabalho concreto¹⁵, no processo produtivo e de geração de valor, intensificada sua exploração pela utilização e menor remuneração.

Do ponto de vista do modo de produção, os trabalhadores, simbolicamente livres, ficam amarrados ou “acorrentados” às determinações da oferta de trabalho. Assim, a flexibilização de direitos trabalhistas se amplia e, também, os espaços de salários mais baixos para o capital se reproduzir.

Os ajustes produtivos se articulam com o capital financeiro em escala mundial e definem as regras de investimento local: o modelo de desenvolvimento e parâmetros de consumo. Essa relação de dependência (centro x periferia) se dá em nível produtivo, financeiro, político e cultural. Sendo assim, como afirma Martins (1999, p. 258)

A divisão hierárquica e desigual entre áreas e populações mundiais mostra quem é quem neste quadro de dominantes e dominados. Mas não mostra tudo. Há uma coisa mais importante, que impede qualquer ilusão de diminuição dessas desigualdades. Acontece que, além de desigual, essa divisão não é nem um pouco estática. Ela se agrava com um movimento combinado do desenvolvimento capitalista global: as economias dominantes devem crescer continuamente, no longo prazo, enquanto que as diversas economias dominadas atingem rapidamente uma “exaustão” de

¹⁵ Aquele que produz valor de uso (MARX, 1989).

crescimento para, em seguida, derrapar para fora da pista e bater no muro de taxas decrescentes e mesmo negativas de crescimento.

Nas relações internacionais, aprofunda-se a dependência tecnológica e, articuladamente, a dependência econômica e política. Do ponto de vista das relações de trabalho, o avanço tecnológico, que deveria servir para melhorar as condições de trabalho, no modo de produção capitalista, serve para ampliar a exploração e minimizar os direitos; aumenta a competição intraclasse e a subserviência ao capital, gerando níveis de renda, cada vez menores, em termos gerais, para a classe trabalhadora, com foco no lucro, via maior produtividade e barateamento do produto¹⁶.

No Brasil, a implementação das políticas neoliberais, na década de 1990, intensificou a reestruturação produtiva que significou, em larga medida, ajustes de custos das empresas e flexibilidade da produção e do trabalho e um processo de terceirização que continua em curso, repercutindo no nível de emprego.

Na sociedade salarial haverá sempre conflito entre o interesse do capital e dos proletários, pois quanto maior o lucro, menor o pagamento da força de trabalho e vice-versa; não há possibilidades de conciliação de interesses. O conflito de interesses se dá de forma permanente, na luta pela ampliação de espaço, nas regulamentações estruturais (políticas e legais).

Uma forma de reação ao desemprego, existente desde a primeira revolução industrial, é a organização dos trabalhadores em cooperativas¹⁷, Essas cooperativas, no entanto, mantiveram-se articuladas e dependentes do sistema capitalista, via cadeia produtiva e lógica de mercado.

Novas configurações, porém, vêm se apresentando, enquanto trabalho associado, tentando diferenciar no modo de produzir, relações de trabalho, ambientais, culturais e visão de desenvolvimento. Nesse sentido, Singer (2000, p. 122) considera que:

Para resolver o problema do desemprego é necessário oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se reinserir na economia por sua própria iniciativa. Esta oportunidade pode ser criada a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos. Tal condição é indispensável porque os ex-

¹⁶ “A máquina produz mais valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário.” (MARX, 1989, p. 463)

¹⁷ As cooperativas surgem como geradoras de trabalho e renda, com oferta de produtos e serviços.

desempregados, como se viu, necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas. Uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar uma cooperativa de produção e de consumo, à qual se associarão a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto. Quanto maior o número de empresas da cooperativa, tanto melhores suas chances de sucesso.

Essas cooperativas devem envolver os processos da cadeia produtiva, a fim de ampliar sua autonomia e peso na correlação de forças com o capital. Outro aspecto relevante é a articulação com os trabalhadores assalariados, seja para ampliar seu mercado consumidor, seja no processo de mobilização e formação.

As experiências, que têm se expandido no Brasil, a partir da década de 1980, intensificaram-se no governo Lula, já no primeiro mandato (2003-2006), com a criação da SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Criadas a partir da necessidade de geração de renda, as experiências da economia solidária começam a construir e apresentar propostas diferenciadas de relações de produção e social. Sendo assim, Culti, Koyama e Trindade (2010, p. 15) consideram que

Essa nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente. O cooperativismo operário surgiu durante o século XIX em reação à Revolução Industrial, era uma tentativa de construir outra maneira de processar a economia, com base no trabalho associado e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual do dinheiro a partir da exploração do trabalho do outro. Seus principais pensadores: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837) Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

Culti, Koyama e Trindade (2010, p. 17-18) ponderam as fragilidades existentes nesse tipo de organização frente ao mercado capitalista, mas destacam o que chamam de “ideias preconcebidas e reducionistas” no tocante ao entendimento do potencial da economia solidária, para as mudanças sociais necessárias. Tais reducionismos seriam: “a economia solidária como setor à parte”, ou economia de gueto; atividade filantrópica ou “economia caritativa de reparação; subeconomia dos excluídos; com função temporária atuando na precariedade da experimentação”.

Contrapondo-se a essas concepções, os autores enfatizam a necessidade das propostas da economia solidária serem reivindicadas coletivamente, enquanto políticas públicas, confrontando as concepções neoliberais de Estado mínimo.

Ainda sob o ponto de vista de análise das potencialidades da economia solidária como contraponto ao modo de produção capitalista, Gaiger (2002, p.24) afirma que sempre

existiram “formas secundárias” de relações de produção e que relevante é saber se “tais formas são típicas ou atípicas para o modo de produção vigente”. Considera que

[...] as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas *contrárias* à forma de produção assalariada: nesta o capital emprega o trabalho, naquelas os trabalhadores empregam o capital. A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas de viabilidade e perduração.

Dessa forma Gaiger destaca as relações diferenciadas dos empreendimentos solidários, enfatizando a formação de redes, clubes de trocas e cooperativas de crédito, entre outros, como iniciativas contrastantes com as relações capitalistas.

Tais iniciativas instigam a discussão sobre trabalho associado e apropriação coletiva dos meios de produção, por parte dos trabalhadores; apropriação reprimida e superada pelo avanço do processo manufatureiro e da grande indústria, onde “Não é apenas a relação com o capitalista, mas é o próprio trabalho, que a grande indústria torna insuportável para o trabalhador” (MARX e ENGELS 1984, p. 95).

O principal problema, no entanto, é que essas iniciativas são ainda muito incipientes e não conseguem atender à demanda na escala necessária para aumentar, consideravelmente, o rendimento do trabalho associado, mantendo a relação de dependência com a cadeia produtiva e tecnologias capitalistas, e um nível elevado de precarização das relações de trabalho, autoimpostas.

Esse quadro vai ao encontro daquilo que Luxemburgo (1986) considera como inviabilidade das cooperativas, numa perspectiva socialmente mais ampla, haja vista suas restrições de mercado produtivo e consumidor, limitados a produtos com pouco valor agregado, deixando os setores mais importantes da economia com a produção capitalista.

Luxemburgo considera, também, que essas experiências, inviabilizam-se, do ponto de vista da emancipação dos trabalhadores, o produto das cooperativas se realiza no mercado capitalista, já que “na economia capitalista a troca domina a produção”, gerando um nível muito elevado de exploração da força de trabalho “pelos interesses capitalistas”. (LUXEMBURGO, 1986, p. 87).

Mesmo quando considera a formação de cooperativas de consumo, Luxemburgo aponta para a inviabilidade das cooperativas porque:

Todos os setores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim como as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência da cooperativa de produção. É por isso que mesmo abstraindo seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 1986, p. 89).

No contraponto dessa análise, Gaiger (2002, p. 28) considerando que apesar do “caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do predomínio do capital”, o próprio Marx (1982b, p. 26) já considerava que “novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade”. Em sintonia com esse pensamento, Singer (2000) defende a possibilidade da economia solidária, como um novo modo de produção, apesar das contradições, a serem enfrentadas e superadas na sociedade capitalista e afirma que

A economia capitalista é de fato um espaço livre para a experimentação organizacional, o que possivelmente é uma das causas de seu inegável vigor. Mas o jogo competitivo capitalista tem um claro viés a favor do grande capital: é ele que usufrui de ganhos de escala, é ele que tem acesso privilegiado a novo capital, é ele que exerce influência sobre decisões de política econômica que promovem seus interesses. A economia solidária deve ser um outro espaço livre para a experimentação organizacional, porque só a tentativa e o erro podem revelar as formas organizacionais que combinam o melhor atendimento do consumidor com a autorrealização do produtor. Se estas formas organizacionais forem encontradas- e certamente serão muito diferentes da empresa capitalista-, haverá uma boa probabilidade de que elas sejam a semente de um novo modo de produção (SINGER, 2000, p. 125).

Significa gerar, a partir das experiências concretas de organização e cooperação do trabalho associado, condições de mobilização dos trabalhadores para um novo formato de relações de produção, de base autogestionária; com foco na superação do assalariamento e subordinação ao capital.

Gaiger (2002, p. 33) enfatiza, que para se presenciar “uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho”, torna-se necessário manter três exigências básicas, que distinguem os empreendimentos solidários:

a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria [...] b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas [...] c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa [...] (GAIGER, 2002, p. 33).

A articulação do pensamento de Singer e Gaiger passa pela construção da práxis, ou seja, implementar e experimentar novas práticas, para construir novos valores e parâmetros, num processo dialético, organizando os trabalhadores associados e assalariados, como protagonistas, na sua auto-organização e na conquista de espaço nas políticas públicas.

Essa perspectiva se aproxima daquilo que Marx e Engels apontam como necessidade da apropriação dos meios de produção por parte dos trabalhadores e superação da propriedade privada e consideram que

A apropriação é, além disso, condicionada pelo modo como deve ser realizada. Só pode ser realizada através de uma união que, dado o caráter do próprio proletariado, só pode ser uma união universal, e através de uma revolução que, de um lado, derrube o poder do modo de produção e de intercâmbio anterior e da estrutura social, e que desenvolva, de outro lado, o caráter universal e a energia do proletariado necessária para a realização da apropriação; e na qual, além disso, o proletariado despoja-se de tudo o que nele ainda resta de sua anterior posição na sociedade. [...] Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, termina a propriedade privada (ENGELS e MARX, 1997, p. 106).

Nesses termos questiona-se sobre as possibilidades da construção de condições junto aos trabalhadores para a efetivação dessa apropriação, via trabalho associado, no modo de produção capitalista, com uma mobilização que possa se ampliar pela desconstrução ideológica e formação de redes de consumo, crédito etc, como aquela proposta pelo movimento de economia solidária, conforme relatório final da V plenária nacional de economia solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 43), quando afirma que

Precisamos partilhar com os/as trabalhadores/as da economia popular o jeito como fazemos e vivemos a Economia Solidária, integrando-os/as aos nossos empreendimentos ou ajudando-os/as a criar outros. O fundamento para esta ação é de que somos todos/as trabalhadores/as e precisamos fazer alianças, não separações. A união de todos os setores promove o fortalecimento da Economia Solidária em cada um dos nossos territórios, combatendo o sistema dominante.

É nessa construção, de uma consciência coletiva dos trabalhadores, para além da produção, envolvendo consumo, crédito e formação, que se fundamenta a utopia que está sendo construída pelo movimento da economia solidária. A proposta de economia solidária apresenta uma pauta de desenvolvimento diferenciada, que passa pela ética dos trabalhadores, no sentido da apropriação, gestão e consumo coletivos. Demanda a ampliação de etapas associativas na realização do produto e utilização dos recursos, para a satisfação das necessidades humanas, de acordo com o que se destaca na V Plenária:

Agora temos a preocupação com o fortalecimento e a diversificação de empreendimentos solidários nos diversos setores econômicos, tais como cultura, esporte e lazer, informática, prestação de serviços etc. Na área das finanças solidárias, ressalta-se o crescimento e fortalecimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e dos Fundos Solidários assim como das cooperativas de crédito (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012 p. 74).

Quando Marx e Engels (1984 p. 109) enfatizam que “a transformação só pode se operar por um movimento prático, por uma revolução”, para que se obtenham mudanças consistentes na sociedade, do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, entende-se que isso passa, necessariamente, por enfrentamentos e conflitos de classes, mas se considerarmos os próprios fundamentos do método dialético, de que é preciso compreender as condições históricas e garantir o protagonismo dos trabalhadores, podemos, então, ponderar que a revolução numa sociedade de consumo, dita globalizada, pode ser construída em processos, inclusive e, principalmente, na formação e desconstrução ideológica do modo de produção dominante, contribuindo para, então, “varrer toda a podridão do velho e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre novas bases” (Marx e Engels (1984 p. 109), tendo por base a organização dos trabalhadores e sua consciência de classe.

A organização dos trabalhadores de forma autogestionária e solidária apresenta-se, num primeiro momento, como resposta mais imediata ao desemprego e avança na perspectiva de outro modo de produção e desenvolvimento socioeconômico; na defesa de valores coletivos e emancipação do trabalho, sintoniza-se com a perspectiva da proposta de construção de uma sociedade e forças produtivas pautadas da organização associada dos trabalhadores.

Na proposta de comunismo, apresentada por Marx e Engels (1984, p.117), eles afirmam que “Na coletividade efetiva, os indivíduos adquirem sua liberdade na e através de sua associação”.

Em sua V plenária, o movimento de economia solidária busca distinguir sua forma de associação afirmando que ela

não se confunde com o microempreendedorismo individual, nem com a economia criativa, nem com a economia verde e propõe ações urgentes para garantir as condições de vida do planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza [...] O movimento de Economia Solidária se alia aos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária no Brasil, na América Latina, Caribe e no mundo [...] Além disso, construir juntos propostas de políticas públicas que fortaleçam a luta dos trabalhadores e trabalhadoras que querem viver numa economia sem patrão, pois o trabalho associado é um direito (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012 p. 28).

Dessa forma, o trabalho associado, proposto pelo movimento, via Fórum Brasileiro de economia Solidária, tem o desafio de estabelecer uma prática diferenciada nas relações de produção e consumo; sem subordinação do trabalho ao capital, mas também de aprofundar esse debate junto à classe trabalhadora, que pode participar no processo de formação de rede de consumo, articulação com as organizações sindicais, fortalecendo sua luta por uma melhor correlação nas relações de trabalho, já que “o verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a reunião cada vez mais ampla dos operários” (ENGELS e MARX, 1997, p. 74).

Dentre outros desafios, cabe ao trabalho associado utilizar a tecnologia material e de processos para o bem estar dos trabalhadores, diminuindo seu desgaste e garantindo uma produtividade justa, com uma remuneração mais adequada.

Essa perspectiva de apropriação coletiva dos meios de produção, via trabalho associado, aponta um potencial caminho para o processo de emancipação dos trabalhadores, inclusive porque

A condição mais essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o aumento do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado baseia-se exclusivamente na concorrência dos operários entre si. O progresso da indústria, cujo agente involuntário e passivo é a própria burguesia, substitui o isolamento dos operários, resultante da concorrência, por sua união revolucionária, resultante da associação (ENGELS e MARX, 1997, p. 77).

Apesar da associação a que Marx se refere não seja exatamente a do trabalho associado cooperado, essa forma de organização suprime o assalariamento e constrói outras possibilidades de trabalho e produção, diferentes do assalariamento e subordinação patronal.

Na prática, no entanto, os níveis de autoexploração ainda são muito elevados nos grupos de economia solidária, e um dos fatores preponderantes é a falta de recursos para investimento em tecnologia e capital de giro. Isso faz com que, na maioria dos grupos, apesar da prática autogestionária, o nível de precarização do trabalho seja muito alto e a remuneração baixa.

É a partir dessa realidade que surgem e são apresentadas as demandas por políticas públicas e recursos públicos no atendimento às necessidades dos grupos de trabalhadores associados; dentre essas demandas o microcrédito adequado para a formação de finanças solidárias, como o Fundo Rotativo Solidário, que garante possibilidades de crédito, conforme as condições dessas organizações.

Capítulo 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO

ASSOCIADO: breve histórico e quadro atual no Brasil

A oferta de trabalho, força de trabalho, demanda meios de produção. O trabalho como “substância social comum a todas as mercadorias” (Marx, 1982b, p.154) gera valor adicional e valor de troca. As mercadorias como meio de produção, na sociedade capitalista, vão consistir em “acumulação prévia de capital” (Marx, 1982b, p.154), para a subordinação da força de trabalho. Nessa configuração, segundo Singer (2000) o Estado, o capital e o setor autônomo são os três acumuladores básicos, geradores de postos de trabalho no capitalismo contemporâneo. Dessa forma

A acumulação autônoma é a única que se rege pela oferta de força de trabalho. Na empresa familiar, o número de herdeiros é um motivador importante para a eventual expansão do estabelecimento. Por isso, no mundo inteiro e ultimamente no Brasil também, o setor autônomo – a produção simples de mercadorias – é a grande esperança para absorver produtivamente o contingente humano, que o aumento de produtividade e a globalização vêm expulsando das empresas capitalistas. Os governos estão cada vez mais destinando recursos à profissionalização de desempregados e à provisão de capital inicial para que possam se estabelecer por conta própria. Esta opção é viabilizada também pelo valor relativamente pequeno do capital necessário pra gerar um posto de trabalho por conta própria. E o grande capital, hoje em dia, interessa-se, também, pelo crescimento da produção autônoma, como comprador de seus serviços. Grandes empresas têm terceirizado parte de suas atividades, despedindo os empregados que as executavam e passando a comprar os produtos ou serviços de produtores autônomos ou cooperativas, pequenas empresas etc. (Singer, 2000, p. 129).

Os espaços de competitividade para os autônomos são muito restritos; seus produtos têm pouco valor agregado; a produtividade é baixa e a produção é predominantemente artesanal¹⁸. As linhas de financiamento são muito limitadas para o pequeno empreendimento e inadequadas, do ponto de vista de suas necessidades de ampliação, seja pelo volume liberado, seja pelos juros, ou pela burocracia exigida. Isso limita, ainda mais a sua disponibilidade de capital de giro, os investimentos e a competitividade, levando muitas iniciativas ao fracasso.

É a partir dessa constatação, que Singer apresenta a economia solidária como “uma nova forma de organização econômica”. Sendo que:

¹⁸ “Artesanato é atividade produtiva individual ou de pequenos grupos de pessoas em que o trabalhador é dono dos meios de produção e do produto do seu trabalho. No artesanato usam-se instrumentos de trabalho rudimentares, a divisão do trabalho é elementar (o artesão executa todas ou quase todas as etapas da produção) e a produção pode destinar-se ao consumo próprio ou ao mercado [...] Com o advento da Revolução industrial (séculos XVIII-XIX), o artesanato tornou-se, na Europa, uma atividade produtiva marginal. O artesão foi substituído pelo operário, que realiza apenas uma operação no processo de produção” (SANDRONI, 1999, p. 33).

A ideia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc. Através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos. A questão do mercado é quase sempre crucial para os novos produtores autônomos, pois não são conhecidos e em geral não dispõem de clientela formada. Atuando em mercados já saturados, a concorrência avilta os preços tornando muito difícil sua sobrevivência. Dadas estas dificuldades, a solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si, o que dá a todos e a cada um maneira de escoar a produção sem ser de imediato aniquilado pela superioridade dos que já estão estabelecidos (SINGER, 2000, p.132).

O fortalecimento dessa organização econômica se dá por meio de processos associativos que vão da produção ao consumo. Trata-se, de uma alternativa ao desemprego, enfrentando todas as condições adversas existentes nessa realidade.

A economia solidária ou trabalho associado em cooperativa não é uma novidade. Experiências de cooperativas de trabalho iniciaram já na primeira revolução industrial (final do século XVIII e início do XIX), em função do empobrecimento e desemprego dos trabalhadores artesãos e camponeses.

Essa forma de organização possui vários formatos e várias contradições, podendo-se, inclusive, encontrar cooperativas com funcionários assalariados e práticas amplamente capitalistas.

A economia solidária que se analisa neste trabalho identifica-se com a proposta desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que se articula com a concepção teórica de Paul Singer, onde

O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas (Singer, 2002b, p. 16).

O FBES é um espaço composto por várias organizações, entre empreendimentos, entidades de assessoria e rede de gestores. O fórum se constituiu mais organicamente a partir de 2001, através da formação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro) no I Fórum Social Mundial (FSM), com a representação de redes e organizações com práticas associativas do segmento popular (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

Esse tema, não obstante estar se ampliando em termos de análises e considerações na perspectiva da organização dos trabalhadores e geração de trabalho e renda, tem recebido muitas críticas, inclusive como sendo uma proposta “economicamente regressiva, politicamente conciliadora e teoricamente equivocada” (MENEZES, 2007, p. 23).

Nesse sentido, destacam-se, a seguir, alguns pontos, que se consideram relevantes enquanto fundamentos e contrapontos da proposta de economia solidária.

2.1 Origem e contemporaneidade do trabalho cooperado associado: princípios e quadro atual da Economia Solidária no Brasil

No início da primeira Revolução Industrial, os trabalhadores foram submetidos a intensas jornadas de trabalho mal remuneradas, extensivo a mulheres e crianças e, aqueles que não conseguiam uma vaga, eram submetidos a um estado de pobreza e marginalização, ainda maior. A grande oferta de mão de obra se deu pela separação dos meios de produção dos trabalhadores artesãos, fortalecida pelos cercamentos, que expropriavam da terra os camponeses pobres. Esse processo foi fundamental para garantir a consolidação do capital industrial e do próprio sistema capitalista (Dobb, 1987).

Sobre a articulação desastrosa de expropriação dos trabalhadores, entre a realidade rural e urbana Polanyi (2000, p.115) considera que

O aumento no conjunto do comércio expandia naturalmente o volume de empregos, enquanto a divisão territorial do trabalho, em combinação com as agudas flutuações do comércio, era responsável pela severa desarticulação das ocupações tanto na aldeia como na cidade, o que resultava no rápido crescimento do desemprego. O boato distante de salários elevados tornava os pobres insatisfeitos com aqueles que a agricultura podia oferecer e criava aversão a um trabalho tão mal remunerado. As regiões industriais daquela época se assemelhavam a um novo país, a uma outra América, atraindo imigrantes aos milhares.

O aumento da oferta excedente da força de trabalho (exército industrial de reserva) contribuiu, também, para a desarticulação dos trabalhadores, que competiam entre si pelo emprego, mantendo os níveis salariais baixos e as condições propícias para o capital (Dobb, 1987).

O aumento do desemprego aumentou, ainda mais, o empobrecimento dos trabalhadores e a exploração nas fábricas refletiam o avanço da concepção liberal de autorregulação do mercado, mas com níveis tão elevados de exploração, que levava os trabalhadores ao esgotamento, a produtividade chegava ao limite de crescimento, com impossibilidade de aumento.

Diante dessa realidade, industriais como Robert Owen, propuseram leis que garantissem proteção aos trabalhadores, com limites de jornada de trabalho e proibição de emprego de crianças. Por sua própria iniciativa, Owen, ao implementar melhores condições de

trabalho, conseguiu garantir maior produtividade e ampliação dos lucros em suas fábricas (SINGER, 2002b).

Owen se destacou por apresentar ao governo, uma proposta de combate à pobreza através da compra de terras e formação de aldeias cooperativas, com produção industrial e troca comercial entre si, gerando renda, riqueza e retorno a longo prazo, mas a proposta não foi aceita, porque parecia ameaçadora ao sistema social vigente (SINGER, 2002b).

Robert Owen está entre os precursores do pensamento socialista, em seu livro *Report to the County of Lanark*, que segundo Jackson (1963, p. 9)

Era um ataque violento ao sistema de concorrência, e uma poderosa expressão de uma idéia que seria retomada por Proudhon e Marx na geração seguinte: a de que o valor de uma mercadoria depende do volume de trabalho a ela incorporado, e que o trabalho, e não o dinheiro, deve medir os diversos valores das mercadorias. No entanto não foi como autor da Teoria do Valor Trabalho, que Owen se tornaria conhecido no exterior, mas como fundador de comunidades cooperativas, modelo novo de organização social que, no seu entender, o mundo aceitaria sem demora.

Na mesma linha de pensamento de Owen, Fourier e Saint-Simon se empenharam em apresentar construções alternativas de organização social e produtiva em suas obras *Traité-d'Association* e *Le Système Industriel*, respectivamente, teorias que, posteriormente Marx denominou de socialismo crítico-utópico (ENGELS e MARX, 1997).

Sobre o pensamento de Owen, Polanyi (2000, p.157) considera que:

A revolução Industrial estava causando uma desarticulação social de estupendas proporções, e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento. Owen afirmou, com muita justeza, que a menos que a interferência e a direção legislativa contrabalançassem essas forças devastadoras, ocorreriam grandes e permanentes males.

Apesar de suas ideias não terem sido aceitas pelo governo, começaram a se expandir com a formação de sociedades cooperativas, paralelamente ao crescimento do sindicalismo que se liberava da restrição legal de enfrentamento às leis de mercado¹⁹. Muitas cooperativas surgiram ligadas ao movimento sindical e nessa perspectiva Singer (2002b, p. 29) destaca que:

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes, conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar

¹⁹ Revogação em 1824 dos Combination Acts: “legislação que proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade” (SINGER, 2002, p. 27).

substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

No contraponto dessa avaliação Pagotto (2003, p. 87) considera que a proposta de Owen possui uma “perspectiva utópica reformista”, por buscar um socialismo, desconsiderando a relevância da luta de classes, apesar de ter contribuído decisivamente na redução da jornada de trabalho e formação do movimento sindical.

Na criação da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, foram adotados os seguintes princípios, vigentes:

1º) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2º) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º) sobre capital emprestado à cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros, isto é, não adulterados); 7º) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões em questões religiosas e políticas (SINGER, 2002b, p. 39).

Foram criadas cooperativas de consumo, de produção e crédito, com vistas à “comunidade cooperativa ou socialista”. Mas a organização cooperativa começou a receber fortes represálias dos empregadores, através da demissão generalizada dos trabalhadores sindicalizados. Também começaram a ser minadas por formação de organizações capitalistas e o próprio consumo de massas e os sindicatos passaram a focar sua luta no pleno emprego e assalariamento (SINGER, 2002b).

Apesar de Engels e Marx denominarem essa proposta de comunismo crítico-utópico, por não aprofundar o antagonismo de classes, destacam que “os escritos socialistas e comunistas também contêm elementos críticos. Atacam todas as bases da sociedade existente. Por isso, forneceram valioso material para o esclarecimento dos operários” (ENGELS e MARX, 1997, p. 96). Reforçam, no entanto, que se trata de uma concepção utópica porque se opõe “a qualquer ação política da parte da classe operária” (ENGELS e MARX, 1997, p. 96) e enfatizam o caráter pontual dessas experiências.

Tal análise parece demandar uma avaliação mais atualizada das proposições do movimento de economia solidária, na medida em que apresenta um elenco de reivindicações a serem implementadas como políticas públicas; estabelecendo, assim, espaços de disputa do recurso público; identifica-se como movimento dos trabalhadores e busca a construção de

redes para se ampliar em nível mundial (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

No Brasil, muitas organizações de economia solidária são fruto de recuperação de empresas falidas, outras surgiram através dos PACs, da Cáritas Brasileira²⁰, já na década de 1980, que buscavam “valorizar os espaços da vida cotidiana e da política” (BERTUCCI, 2003, p.14).

Com a crise econômica da década de 1990 os financiamentos da chamada cooperação internacional de organizações como a Cáritas, diminuiu e apontou para uma perspectiva de auto-sustentabilidade dos seus projetos e grupos apoiados, valorizando as “iniciativas de apoio aos empreendimentos produtivos”; paralelamente desenvolveram-se experiências de microcrédito (BERTUCCI, 2003, p. 22).

Com a falência de várias empresas na década de 1990, os trabalhadores se organizaram na formação de cooperativas autogestionárias, na busca de recuperação das empresas e manutenção de seus postos de trabalho e criaram, em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG); também foi criada, a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), que também apóia a formação de cooperativas de trabalhadores, através da recuperação de empresas (SINGER, 2002b).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) formou cooperativas autogestionárias para dinamizar a produção agrícola dos assentados e criou, em 1989, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), expandindo-se por todo país, como cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito (SINGER, 2002b).

Articuladas pelas universidades, em forma de rede, desde 1999, existem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), ligadas à Fundação Unitrabalho, com o objetivo de assessorar os empreendimentos. No mesmo ano a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o apoio da Unitrabalho e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que se propõe a realizar cursos sobre economia solidária e criar cooperativas de crédito (SINGER, 2002b).

Em 2000 foi criada a Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba e do

²⁰ Entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Sindicato dos Químicos do ABC, com o objetivo de “reunir as entidades, empresas coletivas constituídas por trabalhadores e quaisquer outras modalidades de pessoas jurídicas, que atendam às finalidades de seu estatuto, a fim de promover efetivamente a melhoria sócio-econômica de seus integrantes, garantido trabalho e renda com dignidade” (UNISOL BRASIL, 2012, p.1).

Em 2002 o movimento existente em torno da economia solidária deliberou pela elaboração de uma carta ao presidente²¹ reivindicando a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. A carta foi aprovada na primeira Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada naquele ano. A segunda Plenária Nacional aconteceu em 2003, durante o III FSM e nesse mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, sob a gestão de Paul Singer; a terceira plenária nacional, também aconteceu em 2003, que deliberou ao FBES a responsabilidade de “articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade” (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p.1).

Em 2006 foi realizada a I Conferência Nacional de Economia Solidária, após a realização das conferências estaduais. Havia 1.073 delegados de todos os estados, que definiram Economia Solidária a partir de pontos fundamentais como: valores, sustentabilidade e equidade, educação solidária, direitos e responsabilidades e organização e gestão (MANCE, 2008).

Nesse processo o movimento de economia solidária articulado pelo FBES constrói um conceito específico de cooperativa onde predomina a autogestão e a inexistência de trabalho assalariado, subordinado ao capital. Em sua Carta de Princípios, elaborada na III Plenária Nacional (junho de 2003), os representantes do movimento definiram que “O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas” (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.17).

O FBES é composto por três segmentos:

Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações

²¹ Como era período eleitoral, a carta foi entregue ao presidente eleito.

permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;

Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa;

Gestores públicos são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 1).

Entre outros encaminhamentos, o FBES busca a articulação de redes (consumo, crédito, produção, formação), que fortaleçam a prática de economia solidária no país. A Plataforma da Economia Solidária, construída a partir da primeira plenária nacional, apresenta sete eixos: finanças solidárias; marco legal; educação; comunicação; redes de produção, comercialização e consumo; democratização do conhecimento e tecnologia e organização social de economia solidária (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 1).

Para todos os eixos existem iniciativas e busca de agregação de investimento público, mas ainda pontuais e com limitação de recursos, valendo-se de muito trabalho voluntário, através da realização de feiras municipais, estaduais e nacionais; criação de fundos; formação pela educação popular etc.

Os princípios gerais de convergência, definidos pelo movimento são: 1) a valorização social do trabalho humano; 2) satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e 5) os valores da cooperação e da solidariedade.

A seguir, destacam-se alguns fundamentos da economia solidária construída pelos representantes de seu movimento:

1. A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.
2. A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.
3. A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.
4. A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de autorregular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

5. A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.
6. A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.
7. A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
8. A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.
9. A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.
10. A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico. (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011b, p. 1).

Atualmente existe um projeto para a criação da Lei Nacional de Economia Solidária.²² A justificativa para a criação da Lei está na necessidade de “políticas permanentes de apoio e fortalecimento da economia solidária”, de uma Política Nacional de Economia Solidária, da criação do Sistema Nacional de Economia Solidária e do Fundo Nacional de Economia Solidária, entre outros (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011c, p.1).

Do ponto de vista da representatividade da economia solidária, a SENAES desenvolveu o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), que mapeia por estado os empreendimentos existentes e suas características. O mapeamento é realizado pela Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e referendado por um Conselho Gestor estadual, composto por empreendimentos, entidades de assessoria e poder público.

O último mapeamento realizado em 2007 identificou 21859 empreendimentos no Brasil e 793 no Maranhão (BRASIL, 2007b).

A maioria dos grupos é de associações, seguidas de cooperativas; 1/3 é informal; a maioria dos grupos atua na área rural (48,09%); 34,49% na área urbana e 16,98% com

²² O movimento necessita de mais de 1 milhão e trezentas mil assinaturas para ser aprovado como projeto de Lei de Iniciativa Popular. Há uma mobilização com pontos de coleta de assinaturas, por estado da federação.

atuação nas duas áreas. Os sócios realizam de forma coletiva a produção, comercialização, uso de equipamentos e infraestrutura, aquisição de matéria-prima e insumos, prestação do serviço ou trabalho, captação de clientes, troca de produtos ou serviços, poupança ou crédito, entre outras (BRASIL, 2007a).

Abaixo, demonstramos no Quadro 1 as atividades econômicas mais desenvolvidas pelos empreendimentos, em nível nacional:

Quadro 1 – Principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos de Economia Solidária/Brasil

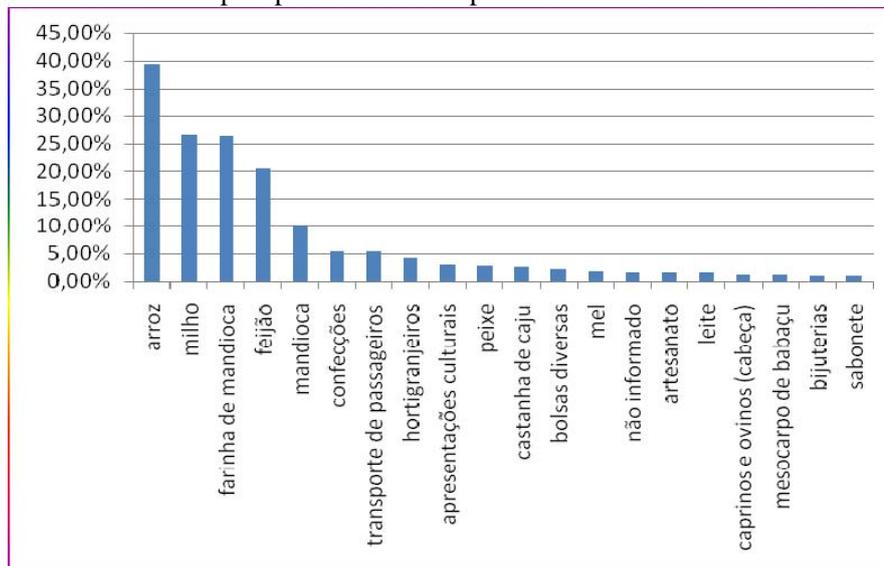
COLOCAÇÃO	ATIVIDADE ECONÔMICA
1ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura
2ª	Cultivo de outros produtos de lavoura temporária
3ª	Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário
4ª	Cultivo de cereais para grãos
5ª	Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura
6ª	Criação de outros animais
7ª	Produção mista: lavoura e pecuária
8ª	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e material trançado - exceto móveis
9ª	Fabricação de farinha de mandioca e derivados
10ª	Confecção de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes
11ª	Fabricação de produtos diversos
12ª	Cultivo de outros produtos de lavoura permanente
13ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas
14ª	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria
15ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem
16ª	Fabricação de outros produtos alimentícios
17ª	Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exceto atividades veterinárias
18ª	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e de produtos do fumo
19ª	Criação de bovinos
20ª	Pesca e serviços relacionados
21ª	Fabricação de acessórios do vestuário
22ª	Preparação do leite
23ª	Fabricação de artefatos de cordoaria
24ª	Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico, incluindo tecelagem
25ª	Criação de aves
26ª	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente
27ª	Comércio atacadista de leite e produtos do leite
28ª	Confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes
29ª	Outros Tipos De Comércio Varejista
30ª	Cultivo de cana-de-açúcar
31ª	Fabricação de artefatos de tapeçaria
32ª	Reciclagem de sucatas metálicas
33ª	Acabamento em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros
34ª	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias
35ª	Criação de ovinos
36ª	Fabricação de malas, bolsas, valises e outros artefatos para viagem, de qualquer

	material
37 ^a	Cultivo de café
38 ^a	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente
39 ^a	Processamento, preservação e produção de conservas de frutas
40 ^a	Confecção de roupas profissionais
41 ^a	Fabricação de sabões, sabonetes e detergentes sintéticos
42 ^a	Outros serviços de alimentação
43 ^a	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
44 ^a	Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano
45 ^a	Cultivo de frutas cítricas
46 ^a	Fabricação de produtos do laticínio
47 ^a	Beneficiamento, moagem e preparação de outros produtos de origem vegetal
48 ^a	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49 ^a	Outras atividades auxiliares da intermediação financeira, não especificadas anteriormente
50 ^a	Fabricação de outros artigos têxteis - exceto vestuário

Fonte: SIES/MTE, 2007

No Maranhão, a predominância de produtos ligados à agricultura é, ainda, maior, além do artesanato, bijuterias e produção de sabonete, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 – Principais produtos dos empreendimentos solidários do Maranhão



Fonte: SIES/MTE, 2007

Verifica-se que a maioria das atividades é artesanal e com pouco valor agregado; os insumos ou matéria-prima necessários são comprados, em maior parte de empresas privadas, alimentando diretamente o capital. Em termos de acesso a financiamento, apenas 16% aproximadamente tiveram acesso, apesar de mais de 76% afirmarem que têm necessidade de crédito.

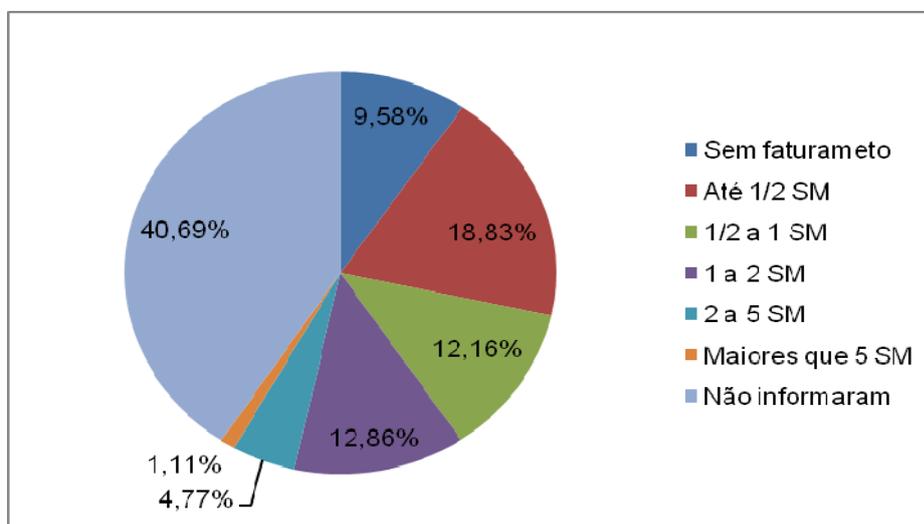
As principais dificuldades apontadas, para o acesso ao crédito, foram: falta de documentação exigida pelo agente financeiro; taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento; prazos de carência inadequados, falta de aval ou garantia; falta de apoio para elaborar projeto; burocracia dos agentes financeiros, falta de linha de crédito (SIES/MTE, 2007).

Do ponto de vista das empresas recuperadas apresentam-se mais desafios, quanto

à dificuldade de obtenção de crédito (para substituir equipamentos defasados, participar de leilões da massa falida, adquirir capital de giro) e à falta de credibilidade junto ao mercado e instâncias governamentais. Tais restrições decorrem do próprio contexto inadimplente da empresa, mas são agravadas também pela desconfiança nutrida pelo mercado hegemônico diante de empreendimentos que são de propriedade coletiva de trabalhadores/as. Somam-se ainda a defasagem tecnológica comumente constatada em processos falimentares, bem como a dilapidação patrimonial decorrente de negociações com credores/as (NARDI e VIEIRA, 2012).

Em relação ao faturamento mensal, os grupos apresentam números muito baixos em termos nacionais, segundo o SIES. Entre os que informaram, a maioria faturava até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, conforme Gráfico 2.

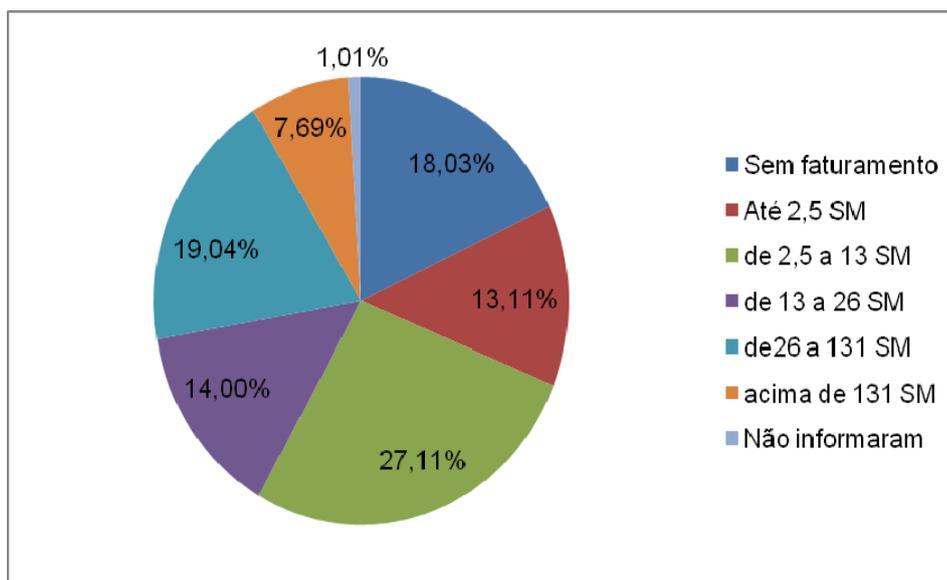
Gráfico 2 – Faturamento mensal dos empreendimentos/Brasil



Fonte: SIES/MTE, 2007

No Maranhão, apesar dos dados apresentarem um faturamento mensal, do empreendimento, predominante (27,11%), entre 2,5 e 13 salários mínimos (Gráfico 3), superior à média nacional, ainda representam um nível de mercado e volume de vendas muito pequeno, refletindo na baixa remuneração dos associados (BRASIL, 2007b).

Gráfico 3 - Faturamento mensal dos empreendimentos/Maranhão



Fonte: SIES/MTE, 2007

Diante da constatação dessa realidade, os propositores da economia solidária apresentam outras questões, que consideram relevantes, do ponto de vista de perspectivas, como aborda Mance (2008, p. 112)

O debate sobre os indicadores de impacto da economia solidária está associado à compreensão que dela se tem, do que se pretende investigar e destacar a seu respeito. Se é compreendida como concepção de desenvolvimento integral, a tendência é recolher todos os indicadores de desenvolvimento humano, relidos à luz dos princípios da economia solidária. Se é delimitada como formas autogestionárias de produção, comercialização e consumo, de geração de trabalho e renda, outros são os indicadores destacados. E assim sucessivamente. Em sentido mais geral a mensuração de seus resultados, considera indicadores econômicos e não econômicos, visando a avaliar não apenas a riqueza produzida sob ela, como também os efeitos sociais e ambientais de suas atividades.

Singer (2000, p.138) enfatiza a tendência capitalista de desencadear níveis elevados de desemprego, que acarreta maior dificuldade de organização dos assalariados e de conquistas (como a redução da jornada de trabalho). A economia solidária pode se tornar contraponto na oferta de trabalho. Significa que

O excesso de oferta de trabalho solapa as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Eliminado este excesso, os sindicatos poderão recuperar representatividade e poder de barganha. Este é o argumento tático a favor da economia solidária. Mas a ele se adiciona outro, de longo alcance. Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela

cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligados por laços de solidariedade.

Dessa forma a articulação entre trabalhadores assalariados e associados torna-se imprescindível, do ponto de vista do consumo e das estratégias de organização, para que possam se identificar como classe e apontar para a perspectiva de construção de processos de produção saudáveis: tanto do ponto de vista de respeito ao meio ambiente quanto das relações sociais. Ou seja, que coloque em xeque o consumismo e valorize o trabalho concreto, cuja meta seja a superação da submissão da força de trabalho ao capital.

Nesse sentido a V Plenária Nacional de Economia Solidária apresentou várias proposições junto ao Estado brasileiro, como:

- economia solidária como política de Estado, através do Ministério da economia Solidária;
- leis que instituam a política pública de Economia Solidária em todas as esferas de governo;
- políticas públicas, organizadas a partir do território e o estímulo à sua organização em redes e cadeias econômico-solidárias;
- centros Públicos de Referência em Economia Solidária;
- fundos públicos específicos;
- espaços de controle social e acompanhamento da elaboração dos Planos Plurianuais e Orçamentos Públicos;
- desburocratização da relação do Estado com os Empreendimentos da economia solidária no acesso às políticas públicas e às compras governamentais;
- Inserção da Economia Solidária como modelo de desenvolvimento na educação formal;
- garantia de recursos e estrutura para serem realizados os processos continuados de educação em economia solidária;
- órgãos de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia devem financiar a construção do conhecimento e de tecnologias sociais em economia solidária;
- fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e tributação diferenciada;
- divulgação dos produtos e serviços da Economia Solidária nas rádios, TVs, jornais e nos meios de comunicação em geral, principalmente nos espaços estatais das mídias;
- coleta seletiva, para a cultura da reciclagem e do reaproveitamento;
- reforma política ampla com financiamento público de campanha e participação popular (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 28).

Essas proposições demandam recurso público e um nível de consciência de classe ainda mais amplo, para garantir um processo de cooperação/solidariedade entre os trabalhadores. Mas seria viável numa sociedade capitalista, cujos meios de comunicação de massa trabalham ideologicamente a favor do sistema dominante? Onde as crises do sistema desarticulam e enfraquecem a organização da força de trabalho e há uma dependência tecnológica e de insumos do mercado capitalista, por parte dos trabalhadores associados?

Esses questionamentos apontam para a necessidade de intensificar a organização de movimentos sociais populares dos trabalhadores, com vistas à disputa do investimento público, tendo como base o trabalho associado e o fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores assalariados; numa articulação que aponte para a transformação social e do modo de produção, numa perspectiva de luta de classes e protagonismo dos trabalhadores.

2.2 Trabalho associado: enfrentamento ou funcionalidade para o sistema capitalista?

O trabalho associado em cooperativas e associações, em geral, apresenta-se de um lado como reação e forma de enfrentamento ao desemprego e níveis elevados de pobreza, a exemplo do início do século XX, no contexto da Revolução Industrial (Singer, 2002b) e, de outro, como possibilidade de emancipação do trabalhador, no tocante à exploração capitalista (PAGOTTO, 2003). Para que ele possa extrapolar respostas imediatas e de acomodação sistêmica e que venha a se constituir numa alternativa e contraponto ao modo de produção capitalista, demanda uma análise das posições que sustentam essa tese e daquelas redarguentes, a fim de que se possa obter visão mais clara das críticas e fundamentos da proposta da economia solidária.

Os elementos centrais da perspectiva de superação do modo de produção capitalista, pela via da economia solidária, são a detenção dos meios de produção por parte dos trabalhadores e sua autogestão. Nesse sentido Singer (2003, p. 11) enfatiza que

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se *capital* à medida que concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho.

Essa afirmação vai ao encontro à análise de Marx (1982b, p. 160), quando afirma que a “[...] acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho”.

A economia solidária pode se tornar relevante para a redução do exército de reserva, contribuindo para a organização dos trabalhadores assalariados e aumentando, portanto, o poder de barganha junto ao capital. Singer (2003) considera que a forma de produzir e distribuir da economia solidária supera o capitalismo pela apropriação e gestão dos meios de produção e por apresentar uma concepção democrática, além de agregar um número muito grande de trabalhadores marginalizados do emprego assalariado.

O próprio movimento de economia solidária agrega vários elementos na construção de um modelo de produção e relação econômica, baseado no trabalho associado. O relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 20) destaca como principais “bandeiras”, definidas por seus representantes: “[...] Programas e políticas de infraestrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária e Sistema Nacional e Comércio Justo e Solidário (SNCJS)”.

Sua proposta de desenvolvimento passa pela alteração do modo de produção, considerando outras variáveis de transformação social, como a produção democrática; reforma agrária; respeito ao meio ambiente; trabalho digno; consumo responsável; autogestão e igualdade de gênero. Na busca de sua efetiva implantação, o movimento definiu algumas ações estratégicas, como: formação; políticas públicas, marco legal e finanças solidárias (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008).

O encaminhamento das ações definidas desencadeou no projeto de lei de economia solidária (tramitando no Congresso Nacional); na criação do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), nacional e regionais e formação de finanças solidárias pelos bancos públicos como: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Referente à formação, Juscilene Barbosa, membro do Conselho Gestor do CFES Regional, pelo Maranhão informou que

O projeto político pedagógico do CFES se define como um instrumento que contribui para viabilizar a troca de saberes e olhares dos sujeitos da Economia Solidária para fomentar a reflexão sobre uma nova proposta de educação que contribua para a promoção de um desenvolvimento justo e solidário. Opondo-se à lógica capitalista de priorização do acúmulo de bens e não a vida humana digna, o PPP do CFES concebe a Economia Solidária enquanto processo contínuo de aprendizado, de cooperação, de solidariedade e de organização para a luta pela igualdade de direitos. No Maranhão foram realizados 3 cursos de formação de formadores em Economia Solidária com temas sobre finanças solidárias, gestão, comercialização; 15 oficinas locais de formação e multiplicação e 3 reuniões para formação de uma rede de educadores e educadoras em Economia Solidária (informação verbal).²³

Todas essas iniciativas são, ainda, irrisórias no conjunto da sociedade e têm tido pouco impacto para alteração do modelo dominante. Apesar dessa constatação Benini (2011, p. 71) considera que

²³ BARBOSA, Juscilene. **Entrevista I**. [mar. 2013]. São Luís, 2013.

É verdade que nada garante, *a priori*, que tais elementos ou componentes, de cunho mais estrutural, logo, portadores efetivos de novas relações sociais de produção, venham a se constituir plenamente e com a necessária densidade ontológica. Entretanto, é igualmente possível identificar, numa perspectiva dialética, pontos de ruptura e inovação societal importantes à práxis da Economia Solidária e que, se bem percebidos e compreendidos podem perfeitamente, dentro de um determinado projeto político, serem recombinaados e potencializados.

Em termos da análise da proposta e princípios da economia solidária Demo (2002, p.263) contrapõe afirmando que

Solidariedade não é situação histórica concreta, mas visão crítica do que falta a todas as situações concretas que se querem solidárias. Assim, realiza-se apenas relativamente, ou seja, dialeticamente, dentro da unidade de contrários. Programas e pedagogias da solidariedade facilmente incidem em utopismos, que fantasiam realidades muito desiguais como situações perfeitas, ocultando gritantes efeitos de poder.

Essa análise poderia se aplicar às políticas existentes na construção da economia solidária. No caso do Brasil, programas que são lançados como fortalecedores do trabalho associado e autogestionário, imputam, muitas vezes, relações de grande exploração, na realização de eventos, como feiras; criação de fundos solidários e cursos de formação, onde os recursos são escassos; as ações demandam grande inversão de trabalho gratuito e condições precárias de realização.

As condições precárias de trabalho se apresentam tanto para os membros dos empreendimentos quanto para as assessorias de apoio, em sua maioria, Organizações Não Governamentais (ONGs), e acabam, muitas vezes, por legitimar as transferências de competência do setor público, em contratações temporárias, com remuneração irrisória e metas incongruentes, do ponto de vista dos recursos existentes. Muitas ações realizadas à custa do sacrifício dos militantes, vão, posteriormente, ser apresentadas como ação governamental e servir para *marketing* político.

Sob esse aspecto Coutinho (2004, p. 141) considera que

As Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (como a OXFAM, a CCFD, o ILDES/FES, a Cáritas) também se apresentam com o objetivo de promover o “desenvolvimento local” e a auto-sustentação das comunidades onde atuam. Raramente fazem alusão às causas estruturais da pobreza, a que estão sujeitas essas mesmas comunidades. Propõem um “comércio justo” (Oxfam), sem considerar a questão da produção e distribuição da riqueza no modo de produção capitalista. Ocorrem, paralelamente, um desmantelamento do Estado social e uma apoteose de ONGDs de várias matrizes. As mais vinculadas aos movimentos sociais fazem questão de frisar que são *progressistas e de esquerda*, para se diferenciarem das marcadamente assistencialistas.

Nesse sentido a autora afirma que “a chamada ‘economia solidária’ serve mais para o desenvolvimento das próprias ONGDs que a experiências ‘externas’” e destaca que

A economia solidária ou popular é, certamente, apenas a mediadora das arbitrariedades do sistema capitalista — sem a pretensão de rompimento. Essa é a maior contradição das cooperativas, principalmente das que formam a “economia solidária” (COUTINHO, 2004, p.173).

Coutinho enfatiza, ainda, que

As cooperativas agem como “contrapoderes”, mas criam a “auto-exploração”: os trabalhadores são obrigados à ampliação de sua jornada, à redução do salário (remuneração no jargão das cooperativas), e à competição para garantir a simples sobrevivência (COUTINHO, 2004, p.175).

Nessa mesma linha de análise, Pagotto (2010, p. 16) aponta para a formação de falsas cooperativas de trabalhadores, utilizadas no processo de terceirização e fortalecimento do capital ou agregação de trabalhadores com baixa escolaridade, manipulados e submetidos a elevados níveis de exploração.

as falsas cooperativas de trabalho, também denominadas *cooperfraudes*, surgem em decorrência da estratégia do empresariado em burlar os encargos que fazem parte dos direitos trabalhistas, aproveitando-se das brechas do artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o qual suprime a necessidade de vínculo empregatício nas organizações cooperativas.

Sobre o discurso da solidariedade, Demo (2002) destaca, ainda, que se esta apresentar ajuda assistencialista, proporciona um estado de “imbecilização”; reforçando os níveis de poder e domínio social, estabelecidos. Nesse sentido ele aponta para a necessidade de uma avaliação crítica permanente, no sentido de evitar que a defesa da solidariedade não se torne fruto de manipulação de poder.

As cooperativas da economia solidária, no entanto, buscam uma identidade própria, de articulação autogestionária e independente; não são ligadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); muitas organizações estão na informalidade e se articulam com o movimento de economia solidária, ligado ao FBES e Fóruns Estaduais.

Entre aqueles que refutam a proposta da economia solidária, para Menezes (2007), trata-se muito mais que uma utopia, traduzindo-se em formulações e práticas nocivas à organização dos trabalhadores e construção do socialismo, haja vista, segundo sua análise, auxiliar na “desmobilização do movimento operário” e se constituir “fonte que abaliza a precarização do trabalho”. Dessa forma ela entende

[...] a proposta da “economia solidária” como um *projeto político* que tem como meta prioritária a acomodação e a conciliação com a ordem, tanto dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados e miseráveis e, ao mesmo tempo, através da manipulação ideológica descobrirem que a solução para as suas desventuras só pode ser encontrada através de seu próprio empenho. (MENEZES, 2007, p. 23).

A avaliação de Menezes desconsidera, no entanto, as possibilidades e ações concretas de mobilização e formação crítica, via educação popular, que o movimento de economia solidária propõe desenvolver, junto aos trabalhadores associados; para a autora, a economia solidária é um instrumento ideológico, na manutenção do capitalismo.

No contraponto dessa análise Benini (2011, p.76) argumenta que a proposta da economia solidária se apresenta como uma construção de enfrentamento ao capitalismo. O autor destaca que

Se, por um lado, tal movimento contraditório da proposta da Economia Solidária indica pontos de acomodação, colocando os empreendimentos ditos solidários na condição de funcionalidade ao sistema orgânico do capital, por outro força outras formas/meios de resistência e inovações sociais. É justamente nesse ponto que pretendemos evidenciar que: os movimentos contraditórios de se buscar relações de trabalho de base autogestionária, no capitalismo, logo, *movimentos de contestação do sistema orgânico do capital*, podem numa lógica e estratégia dialética de enfrentamento direto, se converter e convergir num sistema orgânico de trabalho.

Para o autor, apesar das cooperativas apresentarem um processo de distribuição, na estrutura capitalista, inovam com elementos e formas de organização “indo além do processo imediato de trabalho e produção, com destaque à criação de moedas sociais, cooperativas de crédito, novas tecnologias sociais [...] uma espécie de rede interorganizacional” que, a partir da autogestão, antagoniza-se com o modo de produção vigente (BENINI, 2011, p.76).

Nesse sentido, Benini (2011, p.77) elabora contrapontos potenciais (que ele denomina inversões dialéticas), de enfrentamento ao capital pelo trabalho associado a partir da avaliação de Mészáros (2006), conforme se demonstra no Quadro 2:

Quadro 2 – Contrapontos potenciais do trabalho associado

Mediações estruturantes do capital (de 2º grau)²⁴, segundo Mészáros	Formações sociais e históricas, como <u>inversão dialética</u> das mediações estruturantes do capital, segundo Benini
Propriedade privada dos meios de produção	Propriedade orgânica, anulando a propriedade privada
Intercâmbio comercial, que submete o valor de uso à lógica de acumulação do valor de troca	Renda sistêmica, anulando a intermediação mercantil
Divisão social e hierárquica do trabalho	Autogestão e auto-organização, anulando a divisão social e hierárquica.

Fonte: Benini, 2011, p.77

²⁴ O trabalho é mediação de 1º grau.

Benini (2011, p.78) denomina essas inversões “eixos estruturantes para uma outra sociabilidade” e base de superação do sistema capitalista. A renda sistêmica²⁵ se garantiria pela formação de cooperativas de crédito, que garantiria autonomia aos trabalhadores associados e possibilidade de superação do capitalismo.

A relutância a essas concepções utilizam argumentos, predominantemente marxistas, como Mészáros (1981, p. 46), que qualifica formulações como economia solidária de socialismo utópico e, como tal, incapaz de se libertar do “horizonte burguês”. Considera que “a crítica utópica da alienação capitalista permanece — por mais paradoxal que isso possa parecer na órbita da parcialidade capitalista, que ela nega de um ponto de vista parcial”.

Tal parcialidade se daria pela “falta de uma compreensão adequada das estruturas do capitalismo”, impedindo a “superação, historicamente necessária, do capitalismo pelo socialismo, defendida por Marx” (Mészáros, 1981, p. 46).

Outros argumentos críticos à organização do trabalho associado, da economia solidária, encontram-se, também, em Wellen (2012, p. 19), para quem a proposta de economia solidária é totalmente inconsistente, porque “busca unificar dois elementos que, no sistema produtivo vigente, configuram-se por uma oposição: a economia que é capitalista, com uma valoração supostamente solidária”. Considera, assim, sua impossibilidade, haja vista o impasse para os grupos: quando buscam o lucro, estabelecem níveis de exploração e quando abrem mão deste para “práticas solidárias, fracassam economicamente”.

Sua crítica está para além da inviabilidade da proposta da economia solidária. Para Wellen, há falta de propriedade teórica e metodológica na discussão de economia solidária e essa falta “tem uma função social específica” que seria um “projeto social” que tenta atualizar proposições do socialismo utópico, mas na verdade “carrega um ideal histórico da substituição da exploração do trabalhador pelo patrão, pela autoexploração coletiva” e considera que

No lugar de significar um fenômeno progressista, esse projeto social funciona como um retrocesso econômico, político e ideológico. Se há dois séculos, já era possível apreender que esse era o papel desempenhado por essas organizações, na atualidade não existem justificativas para esse tipo de projeto social. Se, antes, tal prática poderia ser chamada de romantismo anticapitalista, agora não passa de um precário sentimentalismo (WELLEN, 2012, p. 416).

Wellen (2012, p. 417) afirma, ainda, que “a existência de fios que envolvem as organizações da ‘economia solidária’ com empresas e representações capitalistas é tamanha

²⁵ A exata integração entre o consumo individualizado e os fluxos e riqueza coletivos, via, por exemplo, moeda social, garantindo a circulação, com efeito multiplicador (BENINI, 2011).

que se torna impossível apontar para a existência de duas lógicas e razões econômicas em disputa”. Entende que o modelo de economia solidária, defendido pelos teóricos não se efetiva na prática das cooperativas e afirma que esses teóricos buscam resgatar as experiências dos socialistas utópicos. Nas palavras do autor é como se as

determinações que perpassam o modo de produção capitalista não tivessem sido recrudescidas e que, por isso, a forma de intervenção econômica proveniente da cooperativa de Rochdale, por exemplo, poder-se-ia ser transplantada para um avanço temporal de quase dois séculos de história [...] O contexto histórico em que as experiências utópicas estavam inseridas marca um limite claro: o desenvolvimento imaturo do capitalismo, que estava em sua fase embrionária. Esse contexto histórico, ao passo que facultava espaço para lutas econômicas e produtivas, se ressentia do autor central nas lutas contra o capitalismo: o proletariado. Por isso a estratégia mais utilizada foi a criação de organizações econômicas para lutar contra empresas capitalistas, como foi o caso da cooperativa de Rochdale. Atualmente, tanto o capitalismo avançou para fases superiores, com a presença estrutural de monopólios e de empresas imperialistas, como o proletariado tornou-se sujeito revolucionário e passou do estado de classe-em-si para o de para-si (WELLEN, 2012, p. 118 e 119).

O autor reconhece, somente, o trabalhador assalariado, enquanto sujeito revolucionário. Poder-se-ia, então, refletir sobre a sua evolução, enquanto classe-para-si e as efetivas práticas revolucionárias e seu nível de consciência de classe, nas relações assalariadas, com suas conquistas e ganhos trabalhistas, considerando que, em última instância, vão reforçar, também, os ganhos capitalistas através do consumo, além de prevalência de reivindicações setoriais e específicas.

Essa reflexão, no entanto, não invalida a distância existente entre o ideal e as práticas da economia solidária, na realização de sua produção. A autogestão dos trabalhadores, no sistema capitalista, aponta várias contradições entre a perspectiva emancipatória e a relação com o mercado no sistema vigente. São muitos fatores limitadores, que aumentam a demanda por investimento público, que garanta a execução adequada das políticas públicas, sem imputá-la aos trabalhadores e sem transferência da responsabilidade do Estado para as ONGs.

Não obstante essa realidade, verifica-se um avanço nas discussões mais aprofundadas, que vêm se dando no interior do movimento da economia solidária, referente ao seu nível de organização e análise do capitalismo e suas relações de exploração e geração de riqueza, no que consiste à exploração da força de trabalho. São propostas, que além dos processos de produção e relação de trabalho, incorporam valores éticos e ambientais, reunindo conceitos como agroecologia, respeito e promoção das diversidades, valorização de tecnologias sociais entre outros (FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008).

Apesar de ressalvas ao trabalho associado em cooperativas, Marx considera sua relevância, quando redige as instruções para os delegados do Conselho Central Provisório, do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866), apontando para a necessidade de se ampliar para além dos processos produtivos e de consumo, a participação política, conforme abaixo:

(a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade presente baseada em antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de mostrar praticamente que o presente sistema, pauperizador e despótico, de *subordinação do trabalho ao capital* pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente de *associação de produtores livres e iguais*.

(b) Restringido, contudo, às formas anãs, em que escravos assalariados individuais o podem elaborar pelos seus esforços privados, o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são requeridas *mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade*, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, a saber: o poder do Estado de capitalistas e proprietários fundiários para os próprios produtores.

(c) Recomendamos aos operários que se metam na *produção cooperativa* de preferência a em *armazéns cooperativos*. Os últimos não tocam senão na superfície do sistema econômico presente, a primeira ataca o seu alicerce.

(d) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que convertam uma parte do seu rendimento total num fundo para propagar os seus princípios, tanto pelo exemplo como pelo ensinamento, por outras palavras, tanto promovendo o estabelecimento de novas fábricas cooperativas como ensinando e pregando.

(e) Em ordem a evitar que as sociedades cooperativas degenerem em vulgares companhias por ações (*sociétés par actions* da classe média, todos os operários empregados, acionistas ou não, devem coparticipar igualmente. Como mero expediente temporário, estamos na disposição de atribuir aos acionistas uma taxa de lucro baixa (MARX, 1982a, p. 1)

Nesse sentido, pode-se pensar na relevância das ações do movimento de economia solidária do ponto de vista do fortalecimento da organização dos trabalhadores, pela prática de formação, baseada na educação popular. Com método participativo, na construção de responsabilidades e empoderamento a esse segmento de trabalhadores.

Tais práticas convergem para uma visão de autodeterminação e mobilização de massas, de trabalhadores que se envolvem e se identificam com a economia solidária, remetendo à afirmação de Gramsci (1986, p. 23), quando diz que

[...] quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se em certo ponto um perigo iminente, opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo de ser social. Os limites e o domínio da “força das coisas” são restringidos. Por quê? Porque no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “paciente” de uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais paciente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor.

Nessa perspectiva, ainda, no tocante às práticas participativas; formação democrática; educação popular, resgate de valores de interesses coletivos, pode-se considerar que a economia solidária oferece elementos agregadores à luta da classe trabalhadora; na construção de valores contrapostos à essência do capitalismo, como apropriação coletiva, autogestão, combate ao consumismo, consumo direcionado aos grupos de trabalho associado e em rede. A construção dessa proposta se dá nos espaços de trabalho, comunitários, familiares e espaços públicos, que são fundamentais para ampliar a gestão social, na perspectiva das demandas dos trabalhadores.

Assim, considerando a avaliação de Dagnino (2011), quando enfatiza que, mesmo que predominantemente, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado capitalista sejam operacionais à reprodução do capital; é somente pela mobilização e participação coletiva, com consciência de classe, que os trabalhadores poderão obter avanços significativos, do ponto de vista da gestão pública, na superação do denominado “Estado herdado” para o “Estado necessário”, com vistas à alteração de correlação de forças entre capital e trabalho. Nesse sentido Dagnino (2011, p. 376), ressalta que

O contexto institucional é ainda marcado por políticas públicas e práticas de gestão de caráter demagógico e manipulador (típicas do Estado autoritário do período militar) ou minimizadas e praticamente “desativadas” (como ocorreu no Estado mínimo do período do neoliberalismo) e despreparado para atender as demandas que nossa sociedade cada vez mais complexa lhes coloca. O “Estado necessário” é entendido como um Estado capaz não apenas de atender essas demandas, mas de fazer emergir e satisfazer as demandas da maioria da população hoje marginalizada; e que possa, ademais, alavancar o atendimento das demandas atinentes a um novo estilo de desenvolvimento.

Sua análise reforça o caráter funcional do “Estado herdado”, na manutenção do *status quo*, através de políticas sociais, minimizadoras dos conflitos, mas sem alteração de fundo e, estrutural, do ponto de vista sistêmico. O “Estado necessário”²⁶ para essas alterações só se efetiva com a conquista do espaço governamental, inclusive do ponto de vista do fornecimento de “bens e serviços de uso coletivo (público ou social), hoje realizada mediante a alocação de recursos públicos e a utilização do poder de compra do Estado” Dagnino (2011, p. 397). Significa dizer que

²⁶ Para os autores “Estado Necessário” é “um estado para a economia solidária; para a implementação da agenda do movimento da economia solidária, pelo “uso de seu poder de compra”(DAGNINO e DIAS 2012, p. 294 e 296). O “Estado herdado” é o Estado capitalista, que “atua no sentido de privilegiar as classes dominantes”, mas com “um grau de autonomia relativa que pode – e que de fato deveria – ser explorado pelo movimentos da Economia Solidária” (DAGNINO e DIAS 2012, p. 293 e 294).

A economia solidária não pode prescindir do Estado. O que devemos buscar de imediato é fazer com que o Estado que temos, ainda que apenas por simetria faça pela ES e os empreendimentos solidários aquilo que faz pelo setor formal da economia e suas empresas. E isso envolve o uso de seu poder de compra (DAGNINO e DIAS 2012, p. 296).

Singer (2011) relata os avanços da economia solidária nas políticas do governo federal enfatizando o processo participativo e integrado com o movimento social dentro da SENAES; destaca a busca da superação da precarização do trabalho existente nas cooperativas de trabalho — que muitas vezes não conseguem garantir direitos e benefícios sociais aos seus associados—, além das pseudo cooperativas de trabalho, instituídas pelos empregadores, para minimizar custos.

Várias pseudo cooperativas foram identificadas pelo Ministério do Trabalho, em fiscalização dos auditores fiscais do trabalho, que constataram que

Sob a capa da assimilação do cooperativismo social pode-se esconder a imposição de um sistema de precarização dos direitos trabalhistas [...] um falso contrato de prestação de serviço pode ocultar uma relação de emprego, uma vez presentes a direção da prestação dos serviços, a subordinação, a pessoalidade, a não-eventualidade e a remuneração. E o fornecimento de mão-de-obra Por meio de sociedades cooperativas é o maior exemplo de simulação fraudulenta que a Fiscalização do Trabalho tem encontrado (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO, 2001, p. 13).

Nesse sentido é importante distinguir aquelas organizações de trabalhadores associados, com base econômica, que buscam a aplicação de uma metodologia autogestionária, daquelas organizadas para camuflar relações precárias de trabalho e a perda de direitos trabalhistas. Dessa forma, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) adverte que

Qualquer conceito de Cooperativa de Trabalho há de considerar essencialmente a constituição por pessoas físicas, trabalhadores autônomos ou eventuais; exercício de uma atividade em comum com identidade profissional e igualdade social; objetivo de melhoria econômica e de condições gerais de trabalho, bem como auferir benefícios, regime de autogestão democrática e livre adesão; não intervenção de um patrão; ter por objeto a contratação e execução de obras, tarefas e trabalhos (SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO, 2001, p. 18)

O movimento de economia solidária busca se distinguir dessas organizações fraudulentas, no sentido de seu falso caráter associativo, com terceirização e/ou subordinação direta ao capital. Por outro lado, reconhece a precarização existente em muitas cooperativas sérias; organizadas pelos trabalhadores e apresenta proposições de reforma no sistema financeiro, para dar acesso a esses grupos de baixa renda.

A reforma no sistema financeiro passa por alteração na legislação e sua regulação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). O desafio é conseguir ampliar crédito a grupos formais, com pouco capital e grupos informais, via ampliação dos FRS autogestionários, que ampliem o acesso aos meios de produção, insumos e matérias-primas a taxas e prazos adequados aos grupos.

Isso implica uma apropriação de recurso e aumento de espaço na gestão pública, por parte dos trabalhadores associados, mas demanda enfrentar e derrotar os interesses contrários, estabelecidos no mercado produtivo e financeiro, porque dependendo do seu nível de ampliação, pode se chocar com a remuneração dos capitais, que possuem representação hegemônica nos espaços públicos de poder.

Na prática, ainda que crescente, os grupos de trabalho associado ainda são irrisórios se comparados com o assalariamento. Sua remuneração é predominantemente baixa e com um nível de precarização do trabalho, muito alto.

Nesse sentido Freitas e Deus (2008, p.1) destacam, que

As condições precárias de existência de grande parte da classe trabalhadora servem de substância para que o processo de desenvolvimento ocorra de forma eficaz, garantindo assim a perpetuação na dinâmica de acumulação. O caso dos catadores de recicláveis é típico deste processo, porque a função desta parcela da população trabalhadora é de garantir que o reaproveitamento do lixo urbano produzido diariamente seja feito a custos extremamente baixos para o capital, o que contrasta com suas miseráveis condições de existência, se considerarmos seu precário acesso a moradia, aos equipamentos coletivos ou de forma geral, o seu acesso a cidade.

Parte dessa precarização se dá pela falta de recursos para investimento, que poderia ser corrigida por um financiamento com juros adequados às suas condições, como se apresenta nos FRS, mas com um maior volume e maior amplitude.

Existem vários fundos constituídos com poupança própria, como aquelas recomendadas por Marx (1982a, p. 1) às sociedades cooperativas, “para propagar os seus princípios” e “promover o estabelecimento de novas fábricas cooperativas”, porém sem um nível de investimento maior, via recurso público, esses fundos não conseguiram uma intervenção mais ampla, junto à classe trabalhadora.

A possibilidade do avanço dessa ampliação, articulado com a organização dos trabalhadores assalariados e conquista de mercado junto ao consumo governamental, poderia imprimir aos grupos um nível de crescimento e consolidação representativo, permitindo sair da funcionalidade para um tensionamento com os interesses do capital.

Capítulo 3 FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS, FINANCEIRIZAÇÃO TRANSNACIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Entendemos que desenvolvimento pressupõe crescimento econômico, mas, entendemos, igualmente, que esse desenvolvimento deve ter por base a distribuição da riqueza e, por consequência, distribuição de poder.

Do ponto de vista do crescimento da produção e da riqueza, cria-se uma ilusão de que aumento de indicadores como PIB e Balança Comercial (BC) implicam, automaticamente, em favorecimento generalizado, em função do nível de emprego, consumo, poupança e novos investimentos.

O crescimento da riqueza, no entanto, somente contemplará o desenvolvimento social ampliado se houver distribuição, o que implicará aumento do acesso à educação, saúde, moradia entre outros direitos, para o conjunto da sociedade.

Os Fundos Rotativos Solidários, para os grupos de trabalho associado, apontam para uma dinâmica, que priorize o desenvolvimento local, focado na distribuição da riqueza produzida localmente, retida e consumida, em sua maior parte, na comunidade, ampliando a produção e o consumo local, articulados a outras redes setoriais e socioespaciais do trabalho associado e garantindo acesso a direitos, pelo protagonismo de trabalhadores de baixa renda.

Essa proposta, no entanto, tem se efetivado como experiências pontuais e impacto modesto, do ponto de vista econômico, como em Codó (MA), e demanda um nível de investimento público maior e sistemático, para que consiga se ampliar de forma mais significativa e aponta, para a disputa das prioridades da política pública. Enfrenta, também, o desafio da representatividade coerente no espaço institucional, considerando a existência dos interesses representativos capitalistas nas instâncias políticas deliberativas, junto ao Estado, como é o caso dos conselhos, das secretarias estaduais e secretaria nacional de economia solidária.

A representatividade, no espaço institucional, não acontece de forma tranquila porque reproduz o contexto político e econômico vigente, gerando os riscos de manipulação dos representantes para legitimação das desigualdades. Nesse sentido, Andrade (1993, p. 36) alerta para o que aconteceu com as organizações populares no fim da década de 1970 e início da década de 1980:

As políticas sociais do Estado “burocrático-autoritário” começam a ser redefinidas e as “políticas participativas” ou o “planejamento participativo”, são introduzidos na agenda estatal como estratégias compensatórias à exclusão das massas populares. O próprio capital internacional, quando financia, através do Banco Mundial, programas

de natureza social e econômica, inclui a exigência da “participação”, como elemento essencial à plena eficácia dos mesmos. Assim, através de uma retórica de “participação” e “comunidade” aponta-se para a inclusão, nas instâncias decisórias do Estado, das organizações populares (associações, conselhos) ou organizações de trabalhadores (sindicatos). Forja-se, assim, uma “aliança” entre o Capital Internacional, o Estado e os Movimentos Organizados em um contexto marcado por um discurso de “inclusão” e uma prática geral de “exclusão”. Afinal a redefinição das políticas não implicava ruptura com o padrão vigente anteriormente.

O desafio para essas representações, no sentido de reivindicar uma inversão de prioridades nas políticas de desenvolvimento, passa pelo interesse de classes, que não se explicita nos programas de governo. Ao contrário, se camufla num discurso abrangente do ponto de vista social, mas que tem se direcionado ao favorecimento do capital.

Essas políticas e programas estão pautadas em determinações estruturais de cunho internacional a serem implementadas no espaço nacional e local, integrando a lógica da remuneração do capital financeiro, tendendo a amenizar o conflito de classes, intermediado pelo Estado.

Dessa forma, apresenta-se um dilema para o segmento dos trabalhadores organizados: o estado burguês norteia-se juridicamente, como defensor da democracia e dos direitos universais, mas na prática os mecanismos estruturais diferenciam o acesso a tais direitos como: educação, saúde, moradia, lazer ou crédito.

As políticas implementadas de forma diferenciada e a beneficiar a classe dominante, precisam de argumentos e alguns instrumentos para se legitimar, o Estado apresenta-se, assim, com o véu da neutralidade e acima dos interesses particulares.

Programas de efeito imediato como elevação da renda básica da família e aumento de poder de consumo e endividamento são implementados, sem que esses ganhos coloquem em xeque a ordem econômica e política vigente, mas, ao contrário, ampliem as possibilidades do capital se reproduzir.

O argumento é ideológico e funciona como instrumento para neutralizar a sociedade. A ideologia constrói várias concepções num sistema de classes. Nesse sentido Poulantzas (1986, p.189), considera que:

A relação particular do tipo capitalista de Estado com as classes dominadas manifesta-se também ao nível ideológico. Com efeito, a dominação hegemônica de classe, enquanto tipo particular de dominação de classe, indica aqui o lugar e a função particulares da ideologia, nas suas relações com o político, nas formações capitalistas: em uma palavra, indica o funcionamento político particular daquilo que podemos designar como a *ideologia burguesa*. Esse caráter particular da ideologia burguesa não é, de fato, senão o aspecto político, relativo ao Estado, desse funcionamento específico da ideologia que Marx enxergava em *O Capital*, como condição de existência do modo capitalista de produção. A questão reveste uma

importância tanto maior quanto diz respeito a um dos problemas cruciais da ciência política, o da *legitimidade*.

Assim, a visão dominante numa sociedade é a da classe dominante e sua visão de desenvolvimento será aquela mais adequada aos seus interesses e manutenção do *status quo*, mas mascarada como interesse de todos. Questionar o modelo de desenvolvimento implementado implica desmistificá-lo “na sua pretensão a uma validade absoluta”. (LÖWY, 1991, p.15). Isso implica, também, questionar a própria concepção de modelo, como algo a ser reproduzido, imitado, seguido; a fim de alcançar seus resultados, como, exemplo, nos países periféricos, em relação às economias centrais. Junto a essa concepção de desenvolvimento vem, também, a de urbanização, gerando um grande problema nas duas realidades (rural e urbana), em termos de qualidade de vida, conforme destaca Singer (2002a, p. 63):

A população urbana cresce aos saltos, os serviços urbanos, principalmente o da habitação, atendem cada vez mais precariamente as necessidades do público, e os sinais exteriores de miséria – mendicância, prostituição, comércio ambulante etc – se multiplicam. Tudo isso vai alimentar a controvérsia sobre a urbanização nos países não desenvolvidos, cujas características sociais nefastas ocasionam um pessimismo que vai adquirindo diferentes tonalidades ideológicas conforme as preferências do autor.

O Estado ocupa função fundamental na regulação e direção do processo de desenvolvimento, por seu papel regulador, legitimado socialmente. Dessa forma, mascara-se uma prática de subordinação aos modelos determinados pelas forças dominantes, em nível internacional, sob o subterfúgio do crescimento nacional ou regional, mas com ganhos explicitamente desiguais do ponto de vista da localização e apropriação da riqueza.

É dessa forma que o poder econômico vai se fortalecendo em nível internacional, conforme destaca Brum (1999, p. 338)

[...] O comando do mundo está nos países centrais e nas corporações transnacionais neles sediadas. Entre os países centrais destaca-se o Grupo dos Sete (G-7): Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá. Neles situa-se o centro das decisões macroeconômicas. A concentração de capitais e a globalização da produção, dos mercados e das comunicações confere-lhes um poder sem precedentes. Controlam o dinheiro, o conhecimento, a tecnologia e os mercados, expandem seus negócios e aumentam os lucros e a acumulação. A combinação desses fatores dá origem à economia internacional. Esta não se confunde com a soma das economias nacionais dos países centrais, mas é constituída dos bens, bancos, laboratórios de pesquisa, unidades de produção e mercados das companhias transnacionais, que atuam por cima das fronteiras e dos interesses das nações. A esse mundo com poder altamente centralizado o Brasil, como os demais países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, está integrado de forma periférica, dependente – sócio menor e retardatário.

Essa integração é uma demanda da expansão do capital e torna-se exigência para as economias menores e subordinadas, garantindo-se pelo viés ideológico do modelo de desenvolvimento, com aumento do parque industrial e crescimento do PIB. Nessa perspectiva os países centrais e mais industrializados tornam-se o parâmetro de desenvolvimento a ser perseguido pelos países dependentes, a fim de garantir um padrão de consumo dos produtos com maior tecnologia.

Ao Estado cabe aplicar políticas que viabilizem o estabelecimento e expansão do capital; infraestrutura física e trabalhista, de forma a garantir a lucratividade necessária para sua reprodução, utilizando-se de indicadores econômicos de referência, como risco país, que é definido e calculado por agências internacionais de classificação de risco e bancos de investimento, considerando o grau de instabilidade econômica do país, do ponto de vista do investimento estrangeiro.

O risco país é um indicador concentrado para países ditos emergentes e considera o rendimento dos títulos da dívida pública, em particular a taxa de juros que o país pretende remunerar os investidores, considerando a rentabilidade dos Bônus do tesouro dos Estados Unidos. Avalia-se o nível do déficit fiscal, as turbulências políticas, o crescimento econômico e a relação entre arrecadação e a dívida do país.

É nesse contexto que se define a meta de superávit primário, que verifica a capacidade de pagamento dos juros da dívida, em função das receitas menos as despesas, sem considerar o pagamento com os juros, ou seja, quanto maior o superávit primário, maior capacidade de remunerar os juros da dívida, para tanto, o Governo precisa reduzir o déficit fiscal, com corte de gastos e investimentos e/ou arrecadação de impostos; isso se traduz em menos recursos para educação, ciência e tecnologia, saúde, reforma agrária, entre outros.

Dessa forma o país se torna confiável e rentável para os capitais estrangeiros e o governo aumenta suas reservas, principalmente em dólar estadunidense, que ainda é a moeda dominante em nível internacional. A defesa dessa política de liquidez é no sentido de diminuir a vulnerabilidade, diante de um ataque especulativo ou crise internacional, para tanto, o país mantém uma taxa básica de juros elevadíssima, atraente ao mercado financeiro e a dívida pública só tem crescido, bem como o superávit primário, a fim de remunerar o serviço da dívida.

Diante desse entrave, a economia mantém níveis de investimento baixos e alta dependência tecnológica, no contexto da divisão internacional do trabalho e da relação centro/periferia

3.1 Políticas de desenvolvimento adotadas localmente e suas implicações para os trabalhadores

A busca por desenvolvimento, no padrão dos países centrais, tem sido uma constante nas economias dependentes. O tratamento ideológico, dado às políticas macroeconômicas, implementadas, tenta conseguir o respaldo da sociedade no tocante a aceitação dos efeitos colaterais, em grande parte, desfavoráveis aos trabalhadores. Como exemplo, a afirmação de Brum (1999, p. 537), diante do arrocho salarial do Plano Real:

A contenção dos salários é uma necessidade do Plano Real, pois ajuda a segurar o consumo e, conseqüentemente, a manter os preços estáveis. Também favorece a competitividade das exportações e a redução do déficit público (federal, estadual e municipal) [...] A estabilização traz, por si só, um aumento do poder aquisitivo, e, conseqüentemente, do consumo, por eliminar a corrosão da moeda provocada pela inflação. Por isso há que controlar o consumo para evitar pressão inflacionária de demanda. À medida que a economia do país retome o crescimento com segurança e obtenha ganhos de produtividade, criam-se possibilidades reais de aumentos de salários sem pressões inflacionárias.

Nessas justificativas, não cabe a redução de lucro, ou o prejuízo do capital. Na sociedade capitalista, desenvolvimento é compreendido como aumento de riqueza; não importa que se dê com níveis elevados de concentração e, por conseqüência, com desequilíbrio social.

As políticas implementadas acarretam a inserção do grande capital industrial transnacional, visando ampliação do PIB, superávit da balança comercial e assim, aumento de arrecadação e da riqueza pública. Nesse ponto de vista, trabalha-se a idéia de geração de emprego e maior dinâmica da economia.

Na prática, no entanto, as experiências têm demonstrado que essa visão de desenvolvimento, não tem sido eficaz, para a equidade social; ao contrário, tem gerado um desequilíbrio cada vez maior, com expulsão da população rural; formação e ampliação de periferias urbanas; aumento da violência e da miséria nos países periféricos.

Essa realidade amplia a demanda por políticas públicas a serem implementadas pelo Estado, que poderá eleger ações meramente minimizadoras dos problemas, ou implementar políticas de fundo, que modifiquem, efetivamente, as condições de vida dos trabalhadores, como reforma agrária, educação e saúde pública de qualidade, salários e condições de trabalho dignos; articuladas com protagonismo social, com processos diferenciados dos modelos de desenvolvimento, que vêm sendo predominantemente aplicados, na perspectiva da lógica capitalista.

A questão é: como o Estado, numa sociedade capitalista, que define as políticas em função dos interesses dos seus representantes hegemônicos, irá implementar políticas que alterem a estrutura de poder e as desigualdades de acesso aos direitos, já que atua como braço forte da classe dominante privilegiada, considerando que, segundo Gramsci (2004, p. 258)

O Estado sempre foi o protagonista da história, já que é em seus organismos que se concentra a potência da classe proprietária; é no Estado que a classe proprietária se disciplina e se constrói como unidade, acima dos dissídios e dos conflitos gerados pela concorrência, com o objetivo de manter intocada a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência, ou seja, na fase da luta de classe pelo poder, pelo predomínio na direção e no disciplinamento da sociedade.

Para que políticas de desenvolvimento social, possam ser aplicadas, torna-se necessário um processo contínuo de mobilização social, que busque garantir a autonomia e interesses dos grupos e classes sociais subordinados, que vêm, historicamente, sendo prejudicados pela lógica do desenvolvimentismo do grande capital.

Dessa forma, para um desenvolvimento socioeconômico que beneficie os trabalhadores, é preciso possibilitar o desenvolvimento local em contraponto ao modelo desenvolvimentista predominante, que concentra o poder (político e econômico) legitimado pelo Estado. Significa dizer que no modelo dominante de desenvolvimento,

Fomentar o crescimento é frequentemente considerado uma forma de evitar enfrentar diretamente a questão da distribuição. Associar o crescimento da capacidade produtiva com os interesses nacionais facilita a pretensão de cumprir o papel de agente universal. O argumento do Estado sustenta que é melhor um pedaço pequeno de um bolo que está crescendo do que um pedaço maior de um bolo que está encolhendo. Na realidade, os pedaços frequentemente encolhem mais rápido do que o bolo cresce, e os perdedores perguntam a quais interesses o crescimento está servindo. Entretanto, o crescimento continua sendo um pré-requisito para o bem-estar social a longo prazo. (EVANS, 2004, p.31).

Nessa realidade, a dívida, tanto interna, quanto externa só cresce ao longo dos anos, aumentando a vulnerabilidade e dependência do país. Dados do BACEN (2013a) mostram que a dívida bruta do governo central brasileiro evoluiu de R\$1,3 trilhões em 2006 para mais de R\$2,5 trilhões em 2012, quando o PIB foi R\$ 4,4 trilhões (IBGE, 2012).

A necessidade de financiamento do Governo Central se mantém elevada, porque apesar de conseguir atingir a meta do superávit primário, quando os juros são contabilizados, o resultado de caixa da execução financeira do tesouro nacional apresenta vários resultados deficitários (BACEN, 2013b).

A política adotada mantém um resultado primário superavitário, com o argumento de uma economia sólida e confiável aos investidores, mas sem explicitar o peso do ônus da

dívida (amortização e juros) e a necessidade de refinanciamento, que limita cada vez mais os investimentos e autonomia tecnológica interna, com reflexo na balança comercial.

Mesmo o Brasil e o Maranhão apresentando um saldo superavitário na Balança Comercial, quando se avaliam os componentes de importação e exportação, verifica-se uma dependência tecnológica, em bens de capital, que têm maior valor agregado, tendo como consequência, menor retorno nas relações comerciais (BRASIL, 2012b).

O Quadro 3 demonstra que o Brasil mantém uma relação comercial significativa com as economias centrais, mas quando se considera o nível tecnológico dos produtos, conclui-se que há um fortalecimento da especialização dependente, na divisão internacional do trabalho, decisivo no poder de intervenção das determinações internacionais (econômicas e políticas).

Quadro 3 – Principais países fornecedores e compradores do Brasil/ 2010

PAÍS FORNECEDOR	Part. %	PAÍS COMPRADOR	Part. %
Estados Unidos	15,1	China	16,0
China	13,8	Estados Unidos	9,8
Argentina	8,0	Argentina	9,0
Alemanha	6,9	Países Baixos	5,1
Coreia do Sul	4,8	Alemanha	4,1
Japão	3,8	Japão	3,4
Nigéria	3,5	Reino Unido	2,2
França	2,7	Rússia	2,1
Itália	2,7	Itália	2,1
Índia	2,3	Chile	2,0
Chile	2,2	Espanha	2,0
México	2,1	Venezuela	2,0

Fonte: MDIC (2012)

A dinâmica econômica nacional se mantém concentrada em termos regionais no sudeste e sul²⁷, o maior destaque é São Paulo, com 33% de participação na exportação nacional em 2006 e 25% em 2010. O Maranhão apresenta-se com uma participação de 1,25% e 1,6%. A participação total dos estados do norte e nordeste está com 14,93% em 2006 e 15,11% em 2010, sendo a do nordeste 8,46% (2006), 8,05 (2010) e a do norte 6,47% em 2006 e 7,06% em 2010 (BRASIL, 2012b).

Abaixo, quadros dos principais produtos (exportados e importados) do Brasil (BRASIL, 2012b) e do Maranhão (BRASIL, 2012a):

²⁷ Os estados que compõem esta região estão entre os dez maiores exportadores.

Quadro 4 - Principais produtos exportados e importados/Brasil em 2010

Produtos exportados		Produtos importados	
Produto	Part. %	Produto	Part. %
Minério	14,2	Combustíveis e lubrificantes	17
Petróleo e combustíveis	11,3	Equipamentos mecânicos	15,6
Material de transporte	10,4	Equip. elétricos e eletrônicos	12,6
Completo soja	10,3	Automóveis e partes	9,8
Carnes	6,8	Químicos org. e inorgânicos	5,6
Químicos	6,8	Ferro, aço e obras	4,3
Açúcar e etanol	6,6	Plásticos e obras	3,6
Produtos metalúrgicos	6,2	Farmacêuticos	3,5
Maquinas e equipamentos	4,0	Instr. ótica e precisão	3,4
Papel e celulose	3,4	Fertilizantes	2,4
Café	2,6	Borracha e obras	2,2
Equipamentos elétricos	2,5	Cereais e prods. moagem	1,6
Calçados e couro	1,8	Cobre e suas obras	1,3
Fumo e sucedâneos	1,5	Aeronaves e peças	1,2
Metais e pedras preciosas	1,1	Filamen. fibras sintét. e artif.	1,2

Fonte: CECEX/MDIC, 2012

Quadro 5 – Principais produtos exportados e importados/Maranhão em 2009

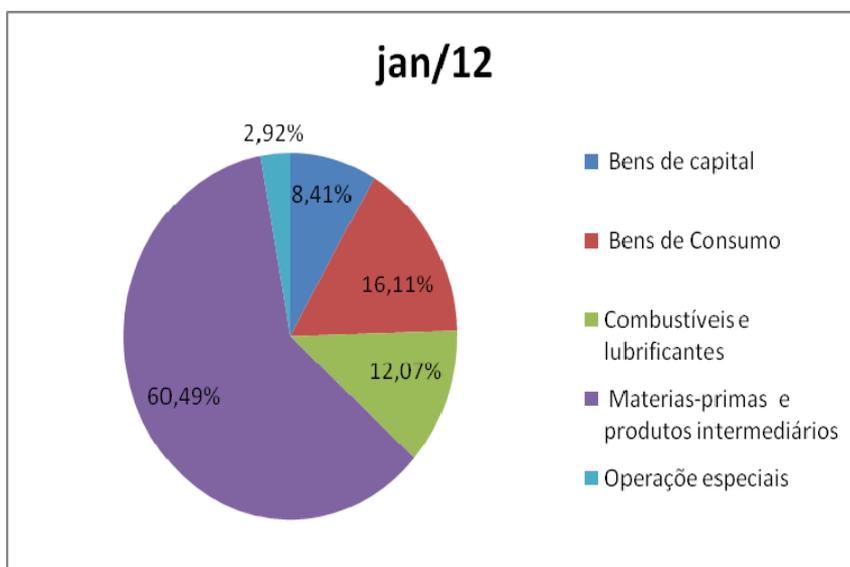
Principais produtos de exportação	%	Principais produtos de importação	Part. %
outros graos de soja,mesmo triturados	30,64	"gasoleo" (oleo diesel)	45,70
ferro fundido bruto nao ligado,c/peso<=0.5% d	24,86	querosenes de aviacao	19,25
aluminio nao ligado em forma bruta	15,92	outs.grupos letrog.p/motor diesel,p>375kva,c	5,86
alumina calcinada	9,92	outros cloretos de potassio	2,99
minerios de ferro aglomerados e seus concentr	7,46	hidroxido de sodio em sol.aquosa (lixiv.soda	2,66
ligas de aluminio em forma bruta	5,20	trilhos de aco,de peso linear super.ou igual	2,45
semeas,farelos e outros residuos,de leguminos	1,44	coque de petroleo calcinado	2,04
algodao simplesmente debulhado,nao cardado ne	1,35	arroz emibranqueado,etc. n/parboilizado,polid	1,42
consumo de bordo - combustiveis e lubrif.p/em	1,28	locomotivas diesel-eletricas	1,42
alcool etilico n/desnaturado c/vol.teor alcoo	0,39	guindastes de portico	1,38

Fonte: MDIC (2009)

Os Quadros 4 e 5 confirmam o grau de especialização da economia nacional e maranhense: enquanto, predominantemente, exportam pouco valor agregado, com elevado peso das matérias-primas e produtos intermediários, importam (inclusive em níveis baixos), aqueles beneficiados com maior tecnologia.

Os Gráficos 4 e 5 (BRASIL, 2013a), demonstram o peso decrescente dos bens de capital e crescente, das matérias primas e produtos intermediários na exportação brasileira, referente o mesmo período nos anos de 2012 e 2013:

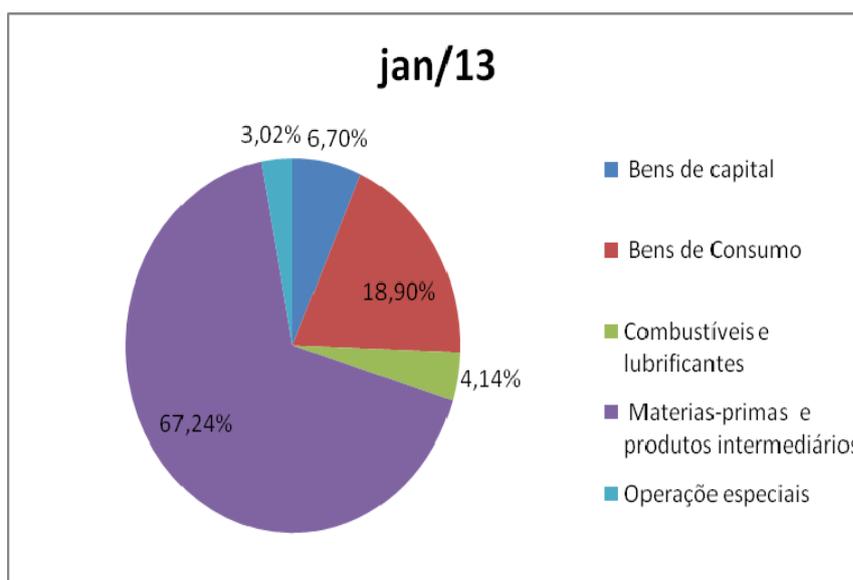
Gráfico 4- Exportação brasileira por categoria de uso/2012



Fonte: CECEX/MDIC, 2013

Os bens de capital, que em janeiro de 2012 participavam com 8,41% da exportação brasileira, em janeiro de 2013 cai para 6,7 (mais de 20%), mantendo-se em nível geral das exportações, abaixo dos 10%.

Gráfico 5 - Exportação brasileira por categoria de uso/2013



Fonte: CECEX/MDIC, 2013

Em termos de investimento em inovação tecnológica, segundo dados do IBGE (2008), considerando suas principais atividades industriais e de serviços, as empresas no Brasil, no período de 2006-2008 apresentaram apenas 299 produtos novos para o mercado mundial, sendo que 161 já existiam e foram aprimorados e apenas 138 foram completamente novos. Dos 117 completamente novos na indústria de transformação, destacam-se 31 na fabricação de artigos de borracha e plástico; 15 na fabricação de produtos químicos; 16 na fabricação de máquinas e equipamentos. Dos 22 completamente novos na oferta de serviços, destaque para 13 nas atividades dos serviços de tecnologia da informação e 10 na de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador; na atividade de pesquisa e desenvolvimento foram implementados apenas 7, completamente novos para o mercado mundial.

O baixo investimento, em ciência e tecnologia, mantém um baixo nível de rendimento da população, conforme demonstra o Quadro 6:

Quadro 6 - Evolução do rendimento médio real habitual da população ocupada/regiões metropolitanas

MÊS/ANO	TOTAL (a preços de janeiro de 2013)
Jan/2003	1.485,70
Jan/2004	1.397,74
Jan/2005	1.414,98
Jan/2006	1.438,10
Jan/2007	1.506,80
Jan/2008	1.557,01
Jan/2009	1.648,47
Jan/2010	1.642,27
Jan/2011	1.730,01
Jan/2012	1.777,47
Jan/2013	1.820,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2013.

Articulada à baixa remuneração está a baixa escolaridade. Conforme dados do IBGE (2013b), em 2010 o nível de instrução da População Economicamente Ativa (PEA), era predominantemente o ensino fundamental incompleto e sem instrução (mais de 42%), aquela com nível médio completo era inferior a 20% e a população com superior completo equivalia a 7%.

No Maranhão o peso das exportações está na soja em grão e, os produtos industrializados, são, basicamente, do minério, com pouco valor agregado. Possui, igualmente, um baixo nível de investimento em pesquisa, ciência e tecnologia na produção

local e um alto nível de dependência tecnológica, revelando, também, o tipo de emprego predominante de mão de obra e sua remuneração.

O mesmo minério que é exportado com pouco valor agregado volta beneficiado, mais valorizado e mais caro, estabelecendo perdas no intercâmbio comercial, para o mercado local.

A oferta crescente de *commodities* tem consolidado a produção capitalista no campo e intensificado as relações de exploração e expropriação da gente da zona rural, haja vista o pouco investimento nas atividades da agricultura familiar e um processo crescente de grilagem no fortalecimento do agronegócio capitalista, que possui um acesso muito maior ao financiamento governamental do que aquelas organizações tradicionais dos trabalhadores rurais. Essa realidade tem gerado, além de graves problemas do ponto de vista social, também ambiental, em particular para Amazônia brasileira. Nesse sentido Mesquita (2008, p. 17) afirma que:

A correlação entre a expansão da pecuária com o desmatamento se aplica adequadamente no período anterior a 90, nesta fase atual, é a produção de grãos que assume relevância cada vez mais. Estados como o Maranhão, o Tocantins, onde a taxa de crescimento com soja é exponencial cabe à mesma esse papel anterior da pecuária. No entanto, outros elementos, devem entrar no rol de fatores responsáveis pelo crescimento e a dimensão do desmatamento, dentre eles, o financiamento público, os grandes projetos estruturantes que compõem o PAC, sobretudo, as hidroelétricas, oleodutos e asfaltamento de BR, todos grandes indutores de fluxos migratórios que detém um potencial significativo na (re)organização do espaço.

Esse processo contribui para o aumento de concentração de terra e de renda e amplia o desequilíbrio socioeconômico em nível nacional e local.

É nessa configuração que o estado do Maranhão implementa suas políticas de desenvolvimento, desencadeando um saldo positivo da sua balança comercial na década de 1990, mas não consegue se manter superavitária, em função das crises e determinações internacionais (BRASIL, 2012a) com a valorização cambial interna, a partir de 2001, gerando sucessivos déficits seguintes.

É assim que se apresenta o quadro de desenvolvimento e suas prioridades de investimento, sendo ainda mais precário no estado do Maranhão, haja vista mais de 48% da população de 10 anos ou mais de idade estar entre aqueles sem instrução e com ensino fundamental incompleto; a população com ensino médio completo e superior completo corresponde a 15% e com nível superior completo menos de 3%, conforme Quadro 7.

Quadro 7 - Nível educacional/ Brasil e Maranhão em 2010

GRAU DE INSTRUÇÃO	BRASIL	%	MARANHÃO	%
População	190.755.799	100,00	6.574.789	100,00
Pessoas de 10 ou mais anos sem instrução e fundamental incompleto	81.386.577	42,67	3.218.208	48,95
Pessoas de 10 ou mais anos com ensino fundamental completo e médio incompleto	28.178.794	14,77	842.284	12,81
Pessoas de 10 ou mais anos com ensino médio completo e superior incompleto	37.980.515	19,91	994.385	15,12
Pessoas de 10 ou mais anos com ensino superior completo	13.463.757	7,06	189.918	2,89
Não determinado	971.655	0,51	91.242	1,39

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Censo 2010

A situação no estado do Maranhão, agrava-se, ainda, pela política oligárquica, que instrumentaliza, de várias formas, a gestão governamental e os recursos públicos, com grande concentração.

A população urbana que tem aumentado em detrimento da rural, passa a demandar serviços de saúde, educação, saneamento etc, que não são atendidos, precarizando em várias dimensões, ainda mais, a realidade social (MESQUITA, 2011a).

No tocante à força de trabalho, o processo de substituição do capital variável por capital fixo no campo, tem se ampliado pela busca do aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que reduz as condições do trabalho familiar, que tem relevância fundamental “na oferta de alimentos básicos e na garantia de uma segurança alimentar” (MESQUITA, 2011b, p. 98).

O volume baixo de emprego gerado no campo pela produção mecânica capitalista²⁸ e sua baixa remuneração, articula-se com as condições mais degradantes de trabalho, como aquelas análogas ao escravo. O excedente gerado nessas atividades produtivas, em vez de dinamizar o desenvolvimento local, alimenta o capital internacional, inclusive o capital financeiro, impactando na diminuição do nível de investimento, no nível de emprego e geração da riqueza real (MESQUITA, 2010).

²⁸ Na análise de Marx (1982, p. 183) “Ricardo observou, com exatidão, que a máquina está em contínua concorrência com o trabalho e, amiúde, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho alcança certo limite: mas a aplicação da maquinaria é apenas um dos muitos métodos empregados para aumentar a força produtiva do trabalho. Esse mesmo processo, que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado, e portanto, o deprecia [...] A parte do capital global formada por capital fixo: maquinaria, matérias-primas, meios de produção de todo gênero, cresce com maior rapidez que a outra parte do capital destinada a salários, ou seja, à compra de trabalho.

Na realidade maranhense a situação se agrava pelo baixo investimento e nível do gasto público, com vistas ao desenvolvimento local, para melhor repartição do excedente e crescimento descentralizado.

Nesse sentido Singer (2002a, p. 44) afirma que

O que vai decidir, em última análise, se o processo de industrialização capitalista cria ou não um volume de emprego que guarda alguma correspondência com o volume de mão-de-obra disponível (conceito por si só algo ambíguo) é a destinação que é dada à mais-valia que pode ser criada graças ao aumento da produtividade do trabalho. Esta mais-valia é, em sua maior parte, inicialmente apropriada pelas empresas, que a redistribuem aos seus proprietários, credores, governo etc. Conforme o uso que estas personagens e entidades derem ao acréscimo de renda de que são beneficiárias, o desemprego tecnológico será ou não compensado pela criação de novo emprego.

Esse nível baixo de investimento reflete a lógica dominante do processo de desenvolvimento nos países periféricos como o Brasil e atende a determinações de interesses mais amplos que os interesses nacionais. Ele atende à ordem econômica do modo de produção capitalista e se consolida em níveis admissíveis adaptada às realidades locais, como é o caso das oligarquias no nordeste brasileiro.

Essas determinações encontram-se bem definidas em orientações, elaborados por organismos internacionais, que delimitam o gasto do governo em educação voltado para as expectativas capitalistas de desenvolvimento, através de documentos, fruto de seus espaços de discussão como conferências. Assim, Bernartt (2012, p. 232) destaca que a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL), já nos anos 1960

ênfatisa a formação de mão de obra profissionalizante, uma vez que esta responderia às exigências do mercado produtivo [...] A partir dos anos 1990, seguindo a mesma lógica de proposições, ou seja, atrelando a educação ao desenvolvimento, entendido como crescimento econômico do capital, outros organismos internacionais, além da CEPAL, têm participado na reelaboração e redefinição de modelos para a educação dos países chamados periféricos, para que estes, via educação, atinjam o tão almejado desenvolvimento, quais sejam: o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a ONU e suas agências, como: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ANUO), a UNESCO e a UNICEF [...] Deve-se atentar para o fato de que as perspectivas educacionais desses organismos estão voltadas para as exigências do atual estágio do capitalismo para a América Latina.

Bernartt (2012, p. 239) menciona, ainda, a elaboração do documento do Banco Mundial, em 1995, recomendando “que o ensino superior deve se deixar orientar pela lógica da eficiência, da qualidade e da equidade”. Assim, destaca, sobre as recomendações do Banco, que

Primeiramente, argumenta que o modelo de universidade europeu centrado na pesquisa não é adequado aos países em desenvolvimento. E que as instituições não universitárias são mais flexíveis no atendimento à demanda do mercado. Desse modo, o fomento a instituições privadas de ensino superior ampliaria as oportunidades de forma eficiente e flexível, sem onerar o Estado, uma vez que a este caberia somente a função de estabelecer mecanismos de controle e avaliação das instituições. [...] buscar fundos privados para o ensino superior [...] maior apoio à ampliação do ensino superior privado e controle do sistema [...] adoção de mecanismos eficientes de avaliação, o estabelecimento de vínculos com os setores produtivos da economia e a adoção de políticas de admissão que elevem a qualidade do ensino secundário e possibilitem o ingresso de grupos menos favorecidos da população.

A partir dessas constatações busca-se analisar outros modelos propostos de desenvolvimento, como aquele que vem sendo apresentado pelo movimento atual de economia solidária, articulado por instâncias como FBES.

A essência resgatada na proposta da economia solidária é a mudança de base no modo de produção, onde o trabalho não seja subordinado ao capital, a longo prazo e para avançar, a curto prazo, do ponto de vista da competição sistêmica, torna-se necessário estabelecer condições, que passam pela implantação de políticas públicas, que implica disputa de espaço e recursos, a partir da ampliação do investimento do Estado, que segundo Dagnino e Dias (2012, p. 293), constitui-se “ator fundamental pra a construção da Economia Solidária”, haja vista sua “autonomia relativa”, que deve ser explorada pelo movimento.

O movimento da economia solidária e seus teóricos defendem como base o trabalho associado²⁹, que, em primeira instância contribui com a diminuição do exército de reserva dos trabalhadores, disponíveis para o capital, fortalecendo o poder de barganha da classe trabalhadora. Outro aspecto é a defesa da construção de redes, como a rede de consumo, no fortalecimento do modo de produção em trabalho associado, diminuindo o formato assalariado. Esse entendimento se articula com a concepção marxista das condições necessárias para a acumulação primitiva e reprodução do capital, retomadas por Luxemburgo (1985, p. 327), e, ainda que esta autora apresente fortes críticas às cooperativas de trabalho de produção e consumo dos trabalhadores, afirma que

[...] garantida a existência do material de exploração constantemente disponível, que assume a forma de proletariado assalariado, e garantido o funcionamento regular do mecanismo de exploração por meio do próprio sistema de remuneração, outra condição básica da acumulação se nos apresenta ainda. É necessário atentar para as

²⁹ A força de trabalho organizada na atividade econômica, de forma solidária (corresponsável) pelos trabalhadores, em associações, oferecendo produtos e serviços e dinamizando sua demanda. “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o princípio básico [...] se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual” (SINGER, 2002, p. 9).

possibilidades de venda progressiva das mercadorias produzidas pelos assalariados, bem como para as de receber de volta, em dinheiro, as despesas pessoais do capitalista e a mais-valia extorquida da força de trabalho.

O movimento apresenta sua proposta de não assalariamento, com a concepção diferenciada de produção e desenvolvimento, articulada à formação das cooperativas e de redes, demandante de políticas públicas.

Já na I Conferência Nacional, em 2006, seus fundamentos temáticos destacavam a propriedade coletiva dos meios e produção; a reforma agrária; a valorização das comunidades tradicionais e sua cultura; a reforma urbana (moradia, resíduos sólidos); questão de gênero e a questão ambiental.

O movimento rejeita ser enquadrado nas “políticas de corte assistencial e compensatório” e propõe um desenvolvimento endógeno, com o fortalecimento de cadeias produtivas solidárias, com empoderamento³⁰ local e participação social. Suas propostas atacam questões de fundo e problemas graves do ponto de vista socioeconômico, como reforma agrária, com produção agroecológica, que traz uma concepção participativa e controle ambiental, sem uso de venenos, com vistas à segurança alimentar e desenvolvimento local.

Sua proposta de desenvolvimento, enfim, passa, fundamentalmente, pelo “trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital” (SINGER, 2002, p. 9).

Para que essas políticas sejam efetivadas, a Conferência enfatiza a necessidade de participação e controle social, através da “formulação, desenvolvimento e avaliação das políticas, visando seu aperfeiçoamento constante e sua legitimação social” (BRASIL, 2006, p. 46).

As demandas prioritárias de políticas públicas, em busca da consolidação da economia solidária (destacadas na sua I Conferência), foram: acesso e organização dos serviços de crédito; reconhecimento jurídico; formação, assistência e desenvolvimento tecnológico; qualificação dos produtos e serviços; logística para armazenamento e distribuição e multiplicação dos espaços de comercialização; formação de redes e cadeias produtivas entre empreendimentos solidários; poder de compra do Estado para fortalecimento

³⁰ Enquanto protagonismo social, que busca a efetivação de direitos; propondo, intervindo e construindo uma realidade equitativa nas instâncias deliberativas, nas dimensões política, social e econômica, a partir do “homem, que em certo momento se sente forte, com a consciência da própria responsabilidade e do próprio valor” (GRAMSCI, 2004, p. 43).

dos empreendimentos; marco legal; legislação que elimine as falsas cooperativas; cooperativa social; elevação da escolaridade e qualificação social e profissional; ações de extensão das universidades e centros de pesquisa (BRASIL, 2006).

É nesse sentido que buscamos analisar a demanda “acesso e organização dos serviços de crédito” e suas possibilidades, como elemento dinamizador da produção e comercialização dos grupos de economia solidária, na concepção da finança solidária/Fundo Rotativo Solidário, destacando a experiência do Fundo de Fomento à Economia Solidária de Codó.

3.2 FRS e mercado financeiro: pontos de convergência e divergência

Os FRS são parte integrante da chamada finança solidária, que abrange, entre outros, os bancos comunitários, cooperativas de crédito e moedas sociais. A finança solidária se diferencia das demais formas de microcrédito por seu objetivo social, articulado com os princípios da economia solidária, com os grupos produtivos solidários e sua concepção de desenvolvimento, conforme define Santos Filho

Os Fundos Rotativos Solidários são instrumentos de finanças solidárias direcionadas às comunidades que, em tese, praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança voluntária e que decidem (re) investir parte desta em prol da própria comunidade. Estes podem ser caracterizados como uma forma de associação de crédito rotativo. (SANTOS FILHO, 2010, p. 19).

O Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES, em seu Programa Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários, define os FRS como

fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local (BRASIL, 2013b, p. 1).

A proposta de desenvolvimento apresentada pelo movimento de economia solidária, como já se explanou, articula variáveis diversas, que perpassam pelas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Tais propostas, no entanto, vão à contramão do modelo vigente. Como, então, tais propostas podem se efetivar, considerando a estrutura dominante e seus interesses?

Enquanto as iniciativas de economia solidária se limitarem a experiências pontuais e funcionais, isso não se constitui problema ao modo de produção capitalista. Mas se o processo de disputa de espaço nas políticas e recursos públicos se acirrar, a dificuldade tende a se aprofundar, seja travando batalha no legislativo, seja na ofensiva nos diversos espaços políticos, a depender dos rumos das propostas e nível de organização do movimento.

Os FRS, para se ampliarem em níveis significativos, demandam alterações no Sistema Financeiro Nacional (SFN), na legislação monetária e fiscal, com vistas à emancipação do trabalho.

Atualmente, na legislação existente, predomina a prática de valorização do capital, inadequada à realidade e objetivo dos empreendimentos solidários. Várias são as impertinências no processo de financiamento formal existente, para atender aos grupos produtivos do trabalho associado; dentre elas as tarifas e os juros altos e a burocracia.

O aumento de crédito existente no mercado, nos últimos anos, mesmo para populações de renda baixa, não se caracteriza benéfico, do ponto de vista da emancipação dessas populações, haja vista o nível de juros elevado, desencadeando uma onda de endividamento improdutivo e fortalecendo o mercado financeiro tradicional.

Nessa linha de análise, Santos Filho (1993, p. 42) considera que

De um modo geral, pode-se definir o crédito como sendo um ato econômico que visa assegurar a produção e a circulação capitalistas. O crédito existia antes do modo de produção capitalista, mas é com o seu desenvolvimento que um sistema de crédito começou a ser construído. Assistimos não apenas ao desenvolvimento do crédito para ajudar a circulação das mercadorias como também ao aparecimento do crédito para a produção. O sistema de crédito assume então uma forma mais desenvolvida, capaz de reunir os capitais necessários à produção e de colocá-los à disposição do capitalista-empresário.

O Relatório de Economia Bancária e Crédito do BACEN (2012), por exemplo, destaca o aumento de créditos para famílias, na aquisição de imóveis e veículos, no período de 2010 e 2011, que beneficia, muito mais, o mercado habitacional e sua especulação, acarretando alta inadimplência dos veículos financiados.

No SFN, o que mais se aproxima das demandas do trabalho associado, e da sua realidade, são as políticas de microcrédito, mas possuem, ainda, muita inconsistência do ponto de vista da viabilidade para os grupos solidários.

Os grupos solidários, que em sua maioria, não possuem recurso de investimento e saldo para poupança, equivalente ao capital de giro, demandam uma política de crédito diferenciada, que garanta investimento necessário ao modo de produção baseado no trabalho

associado, que possa absorver um maior número de trabalhadores e dinamizar a economia, num processo de desenvolvimento distinto.

Esse crédito diferenciado passa pela implementação das políticas correlatas, demandadas pela economia solidária, de forma a favorecer maiores possibilidades de sustentabilidade aos grupos com suas atividades.

Uma avaliação neoliberal poderia argumentar que se trata de protecionismo do Estado, mas na consolidação do capitalismo, as políticas e recursos estatais estão sempre sendo demandados, apesar do discurso *laissez-faire*³¹, conforme afirma Demo (2002, p. 195):

Na prática, a emergência e a expansão do capitalismo sempre foram absolutamente dependentes do poder estatal. Capital e Estado sempre se entenderam bem: sem constrangimento, o capital assedia o Estado em busca de todas as complacências, imunidades e impunidades, perfazendo essa expectativa – o Estado submisso ao capital – parte central do neoliberalismo.

A IV Plenária Nacional de Economia Solidária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008, p. 40) propõe o fortalecimento das finanças solidárias, com os seguintes fundamentos:

[...] criação de um Sistema de Finanças Solidárias, que apóie o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e avance na construção de uma política da Economia Solidária, como parte de um Estado Democrático [...] formado pelas redes de finanças solidárias [...] Os bancos comunitários, fundos solidários, cooperativas de crédito e outras experiências de finanças solidárias são os instrumentos para o acesso popular ao financiamento da economia solidária. Estas ações articuladas provocam o estímulo ao comércio justo e solidário e o empoderamento financeiro das comunidades. O controle e a regulação dos fluxos financeiros devem cumprir seu papel de intermediário nas atividades econômicas com limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários do sistema financeiro, controle público da taxa de câmbio e emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado. Estas são as bases do Sistema de Finanças Solidárias construídas pela economia solidária.

A V plenária (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012, p. 75) apresenta um balanço positivo sobre as ações, inclusive, na “parceria com o poder público para acesso a recursos públicos”, no tocante às finanças solidárias, como: ampliação do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS); mapeamento Nacional dos Fundos Solidários; assinatura da portaria que regulamenta as doações de produtos apreendidos pela receita federal para constituição dos Fundos Solidários; relação entre fundos e

³¹ “Deixar fazer. Palavra de ordem do liberalismo econômico, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias [...]. O lema foi cunhado pelos fisiocratas franceses no século XVIII [...] Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para o liberalismo econômico, que condenava toda intervenção do Estado na economia” (SANDRONI, 1999, p. 329).

experiências agroecológicas; fundos estimulando redes e cadeias solidárias; criação e expansão de comitês; expansão de Bancos Comunitários; aumento da produção de conhecimento científico sobre finanças solidárias, com base em Bancos Comunitários; ampliação do microcrédito; aproximação com o Banco Central e outros agentes financeiros; incidência das práticas de finanças solidárias no processo de desenvolvimento territorial e sustentável; diversificação de produtos e serviços financeiros solidários; amadurecimento das tecnologias de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento etc.

No entanto, para todos esses aspectos considerados avanços positivos, são apresentadas ressalvas em seu aspecto restrito e demanda por sua ampliação, desde um maior volume de recursos públicos e investimento do PAPPS à aproximação com os demais movimentos, como MST, movimentos de moradia, de agroecologia, do semiárido, segurança alimentar etc.

Para a ampliação de investimento público na democratização do crédito, torna-se necessária uma revisão das políticas monetária e fiscal e mudança de rumo das estratégias de governo, com políticas públicas que busquem alcançar o desenvolvimento social integrado. Mas isso é uma questão de interesse de classe e, para alcançar avanços mais significativos, é preciso que o movimento dos trabalhadores conquiste espaço nas determinações da gestão pública, enquanto disputa política e “reivindicações dignas de credibilidade”, que sejam, segundo Bihl (1998, p. 186),

Capazes de remobilizar os trabalhadores, ao lhes restituir esperança e confiança em si próprios, para dar origem a uma nova dinâmica ascendente à luta de classes. Mas, de outro lado, esses objetivos devem abrir perspectivas a mais longo que permitam, através das lutas parciais e pontuais destinadas a concretizá-los imediatamente, impulsionar um processo de ruptura com o capitalismo.

Tais reivindicações teriam que enfrentar a lógica vigente, cuja realidade econômica é a financeirização mundial, que se intensificou com o avanço neoliberal, inclusive, a partir do Consenso de Washington³², valorizando o capital financeiro, sem lastro produtivo, com intensa inserção de capital volátil, de forma a aumentar a vulnerabilidade das economias periféricas, diante das crises do capitalismo.

Numa economia com baixa produção tecnológica competitiva, como a do Brasil, essa prática aumenta a dependência de inversões de curto prazo, valorizadas por juros mais

³² Reunião realizada em 1989, em Washington, EUA, compreendendo “dez áreas principais: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. (BRUM, 1999, p. 104).

elevados, a fim de evitar que esses investimentos migrem para economias mais fortes a qualquer tempo.

Nesse sentido, Santos Filho (1993, p. 47) afirma:

O sistema monetário se impõe assim como importante vínculo entre o sistema internacional de endividamento e a divisão internacional de trabalho, uma vez que a capacidade de um país para pagar a sua dívida externa estará diretamente ligada à situação de sua balança de pagamentos, ou seja, em última análise à posição do país na divisão internacional do trabalho.

A política macroeconômica vigente, atendendo à lógica da financeirização, não propicia o desenvolvimento endógeno, nem o investimento produtivo, com educação e avanço tecnológico a serviço social, perpassando por remuneração, jornada, processos e relações de trabalho favoráveis aos trabalhadores.

Condições favoráveis à força de trabalho implicam impacto na taxa de lucro, no modo de produção capitalista, e confronto com os detentores do capital e seus interesses. Por outro lado demanda dos trabalhadores um nível mais elevado de organização, proposição e busca de possibilidades para sua emancipação (MARTINS, 1999). Dessa forma, pode-se considerar que a disputa das políticas públicas é elemento tensivo essencial, na perspectiva de mudanças estruturais.

Do ponto de vista de políticas públicas existentes no nordeste, voltadas para a perspectiva de finanças solidárias, no âmbito do BNB, foi criado o PAPPS, em 2005, que objetiva “apoiar financeiramente os empreendimentos de economia solidária com recursos não reembolsáveis oriundos de parcela do lucro do Banco do Nordeste”. Assim

O PAPPS resgata como metodologia, a prática dos Fundos Rotativos; uma prática ancestral das comunidades camponesas no Nordeste baseada na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade presentes também nos movimentos associativos. As escolhas e decisões de alocação dos Fundos Rotativos são compartilhadas por um Comitê Gestor Local, constituído por representantes dos empreendimentos e entidades de apoio, que implementam as ações do Programa nas comunidades. Trata-se de uma metodologia que, na sua própria natureza, confronta a tradição do Estado de promover ações desenvolvimentistas baseadas no individualismo e na propriedade privada capitalista (ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011).

Conforme Clarício dos Santos Filho, gerente de Produtos e Serviços do BNB, em entrevista concedida³³, o BNB fomenta FRS, desde 2005, nos nove estados do nordeste, além do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (sua área de sua atuação espacial).

³³ Uma das fontes utilizadas em nossa pesquisa foi a entrevista oral e escrita, baseada em identificação de sujeitos relevantes no processo de formação dos fundos: grupos e fundos comunitários municipais e estaduais, BNB como agente financeiro, Cáritas, Tijupá, como entidades de apoio, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Estadual do Trabalho e Economia Solidária do Maranhão etc.

No entanto, mesmo no BNB, o PAPPS é pouco difundido, isso demonstra o nível de relevância dado pela política financeira vigente a esse tipo de programa e seu público e a dificuldade de consolidação de uma política pública de crédito diferenciada, voltada para o interesse dos trabalhadores.

O recurso liberado pelo Programa para as despesas administrativas é muito baixo, o que dificulta um melhor acompanhamento e assessoria por parte das organizações gerenciadoras dos futuros fundos. Nesse sentido, Clarício reconhece essa realidade, quando afirma, em entrevista³⁴, que

Os apoios que concedemos, são direcionados 30 % do valor global do projeto para custeio e despesas administrativas e 70 % para investimentos, e atividades produtivas. O problema é que, sendo experiências ainda muito incipientes os valores geralmente são insuficientes (informação verbal).

O PAPPS se apresentou como uma experiência inicial, apoiando 50 projetos, na região nordeste, a organizações que apresentaram propostas contempladas no edital lançado pelo BNB, com recurso do próprio BNB e da SENAES/MTE. Seu Comitê Gestor foi formado por representantes do setor público (BNB e SENAES), e de organizações nacionais, com atuação na economia solidária, como Cáritas, e FBES (SANTOS FILHO, 2010).

Santos Filho (2010, p. 13) afirma, ainda, que

O PAPPS foca benefícios e, portanto, quer funcionar como porta de saída para pessoas ingressas no Programa Bolsa Família, incentivando o sentimento de pertença ao lugar onde nasceram, descobrindo as potencialidades locais. Neste sentido, um outro princípio norteador no meio rural, é o fortalecimento e desenvolvimento das tecnologias sociais apropriadas à convivência com o semiárido, como as cisternas de placas, que contrapõe-se aos programas convencionais de combate à seca.

Entre os ganhos do programa, destacados por Santos Filho (2010) estão os depósitos efetivos das devoluções voluntárias; realização dos investimentos previstos; crescimento do saldo líquido das ocupações; declaração de aumento da renda familiar dos participantes; aumento e diversificação da mobilização de recursos; formação dos Comitês Gestores Locais; experiências autogestionárias, intensificando as relações de companheirismo e solidariedade nas comunidades. E como dificuldades destaca: fraca incidência no mercado, em função da baixa produção, com valor agregado dos produtos oferecidos; descontinuidade das ações; insuficiente articulação institucional e falta de um marco regulatório para as finanças solidárias, com recurso público, com vistas à autogestão dos trabalhadores.

³⁴ SANTOS FILHO, Clarício dos. **Entrevista II**. [maio 2013]. São Luís, 2013.

Por fim, Santos Filho (2010, p. 18) aponta as seguintes perspectivas do Programa:

- Consolidar os empreendimentos já atendidos [...]
- Ampliar as ações em execução, o que implica em ampliar a disponibilidade de recursos, seja para atender um maior número de projetos, seja para ampliar os territórios de experimentação do PAPPs;

No entanto, apesar da intenção de ampliar em nível nacional os editais do Programa cessaram, desde aquele que contemplou os 50 projetos. O volume de crédito distribuído pelo PAPPs, no período de 2005 a 2010, foi de R\$6.281.997,63, para os 50 projetos em todo o nordeste, equivalente a 0,02% dos valores contratados do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) e 0,07% do volume total de recursos em microcrédito, financiado pelo BNB, no período de 2005 a 2010 (R\$8,4 bilhões), conforme Santos Filho (2011).

Em 2010 a SENAES lançou um projeto de mapeamento de fundos solidários em todas as regiões do país. No nordeste o mapeamento foi feito pela Fundação Esquel, que identificou 341 fundos. Diante do levantamento feito, a Fundação Esquel demonstrou que seria necessário um investimento de cerca de R\$26 milhões anuais, para manter e fortalecer a dinâmica dos fundos existentes na região, e ainda fomentar novos fundos. Isso equivale a 0,96% (menos de 1%) do total de valores contratados de microcrédito no BNB, só no ano de 2010, que foi equivalente a R\$2,7 bilhões (SANTOS FILHO, 2011).

Para que os fundos possam avançar de forma mais significativa, torna-se necessário ampliar a assessoria técnica, articulada com infraestrutura e logística de produção e comercialização, acesso ao crédito e formação (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL, 2010). Essas demandas implicam políticas públicas articuladas para trabalhadores de baixa renda, que é o público dos FRS e, nesse ponto, o avanço de modelos de desenvolvimento alternativos trava, porque esbarra na disputa do recurso e investimento público, que vai desencadear na política macroeconômica adotada, que pelo braço do Estado privilegia a classe dominante.

Essa política é alimentada e realimentada na lógica das determinações internacionais, onde países subjugados economicamente, como o Brasil desenvolvem ações de fortalecimento do grande capital, em particular do capital financeiro, como a política de juros; de crédito; minimização de políticas públicas; privatizações; rebaixamento de salários; redução de funcionários públicos; aumento de Investimento Externo Direto (IED), em função de fusões e aquisições (aumento da concentração) entre outros (CHENAIS, 1996).

É assim que, a política de crédito, por exemplo, vai permitindo que a pequena poupança, crédito a baixas rendas, com juros elevados, fundos de pensão e microcrédito contribuam com o aumento de recurso do mercado financeiro, com baixo efeito no nível de investimento produtivo, apesar de sua dependência relativa a este (CHENAIS, 1996).

Nessa perspectiva microcrédito, renda mínima e benefícios previdenciários, por exemplo, fortalecem o capital financeiro e sua rentabilidade pelos juros de mercado aplicados, pelo crédito de consumo, favorecendo taxas de lucro elevadíssimas, como as atingidas pelos bancos no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, em que “abocanharam uma taxa de lucro quatro vezes maior do que aquela das empresas não financeiras” (Souza, 2004, p. 733) e, também, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando, já no início de seu primeiro mandato, “a rentabilidade do sistema bancário chegou ao 24,5%” (COGGIOLA, 2005, p. 103).

Desse ponto de vista, é interessante constatar que tudo está muito articulado no modo de produção capitalista, em termos sistêmicos no mercado nacional e internacional, de forma a convergir para a valorização do capital, abarcando a estrutura educacional, crédito, fundos de pensão, investimento produtivo etc. Articulados por organismos internacionais de desenvolvimento como o BIRD, que em seu discurso sempre apresenta propostas com vistas ao desenvolvimento de países pobres, mas na essência fortalece os interesses de seus maiores acionistas, as economias centrais.

É assim, também, que iniciativas como da economia solidária e ações das Organizações Não Governamentais, abrigadas no chamado “terceiro setor”, atendem às propostas desses organismos, e, conseqüentemente de seus acionistas, podendo acarretar, muito mais no favorecimento da estrutura capitalista, do que sua superação, na medida em que há muitos elementos de convergência com as organizações empresariais, inclusive no próprio processo de financiamento (COUTINHO, 2004).

Essa articulação, de realidades em níveis diferentes de desenvolvimento do capitalismo, revela seu caráter de totalidade internacional, que, segundo Löwy (1995), Trotsky demonstra na Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. Significa dizer que os grupos de trabalho associado na perspectiva da economia solidária, na medida em que se fortalecem e incluem seus membros no acesso a serviços e bens de consumo, ainda que organizados de forma autogestionária ou com crédito diferenciado, estarão, em última instância, agregando demanda às cadeias produtivas capitalistas, pelo consumo, fortalecendo, assim, o sistema e amenizando a luta de classes.

Essa funcionalidade ao sistema capitalista, no entanto, não se limita à economia solidária, aplica-se a outros espaços e formas de organização que estão no contexto do capitalismo e sua estrutura, sendo mais ou menos funcional; mais ou menos revolucionário, a depender do nível de alteração da correlação de forças classista, alcançado.

A questão, então, passaria a ter relevância na medida em que apontasse para uma disputa de interesses onde os ganhos dos trabalhadores, seja associados, seja assalariados, pudessem impactar na taxa de lucro, acirrando a consciência de classe e a proposta de um desenvolvimento e modo de produção diferenciados.

Do ponto de vista dos FRS e seu público, que é predominante de baixa renda e da zona rural, encontram-se, ainda, relações econômicas com características pré-capitalistas, mas a proposta e as demandas dos FRS, a partir de financiamento público integral, com acompanhamento autogestionário e políticas públicas estruturais, tendo como base a formação e articulação econômica em rede, com o conjunto dos trabalhadores, trazendo pelo método da educação popular um processo de formação crítico e de consciência de classe ecológica, pode apontar para a realização de mudanças efetivas nas estruturas de poder.

Dados sistematizados³⁵ pela Cáritas Brasileira, destacam 5 experiências de FRS (1 em cada região do país), consideradas práticas relevantes de finanças solidárias, escolhidas a partir dos seguintes critérios: diversidade; particularidades locais e regionais; experiências ainda não sistematizadas; referências para o movimento de economia solidária; que pudessem ser reproduzidas; que tivessem vínculos com políticas públicas e que tivessem representatividade regional (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012b). A seguir relação das experiências selecionadas:

Quadro 8 – Relação de experiências regionais, de finanças solidárias sistematizadas

REGIÃO	EXPERIÊNCIA/ ESTADO	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES APONTADAS
Norte	Fundo Solidário de ABAA (Associação Bajaruense de Agricultores e Agricultoras (1996)/ PA (região Bujaru)	- atividades de fruticultura no sistema agroflorestal; - implantação de projetos econômicos sustentáveis (destaque para o mel); - maior organização; - melhoria no processo de comercialização (destaque para contrato com a CONAB);

³⁵ “A sistematização não é uma mera descrição de experiências, mas uma releitura crítica das práticas concretas, devidamente contextualizadas e capazes de fazer identificar avanços e limites, extrair lições e aprendizagens. Para se chegar a esta releitura, se faz necessário que os principais atores sociais envolvidos na experiência participem ativamente do processo sistematizador, passando pela construção/reconstrução coletiva de uma ou mais narrativas. Cada narrativa incorporará novas análises e contribuições – inclusive de assessorias que possam dar aportes em várias áreas de conhecimento, como pedagogia, sociologia, economia, ecologia e antropologia.” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012b, p. 11).

		- parceria com PRONAF/BASA
Nordeste	Aresol – Projeto Vencer Juntos (2003)/ BA (região Senhor do Bonfim)	- construção de espaço coletivo de vendas; - processo de formação contínuo; - incentivo às políticas públicas de finanças solidárias; - convênios com o Estado; - ação articulada em rede ³⁶
Centro-Oeste	Rede de Fundos Solidários – Cáritas (2009) ³⁷ / DF (região entorno de Brasília)	- aumento de postos de trabalho e ocupação; - aumento da renda dos associados; - maior credibilidade dos grupos; - maior articulação dos grupos; - maior mobilização dos associados; - maior apropriação dos princípios da economia solidária;
Sudeste	Centro de Agricultura Vicentina (CAV) (1994)/ MG (região Turmalina, Vale do Jequitinhonha)	- fortalecimento da agricultura familiar; - organização em associações; - fornecimento de alimentos de qualidade; - diminuição do fluxo migratório; - agricultura com base agroecológica; - espaço de comercialização; - acesso a políticas públicas, em especial PNAE; - organização comunitária; - maior participação política; - aumento da renda familiar.
Sul	Fundo Diocesano de Solidariedade (2000)/ RS (Noroeste riograndense)	- formação em economia solidária e conquista e direitos - rede solidária com outros movimentos sociais e entidades públicas; - espaços de articulação e deliberação política; - espaços de formação; - feira ecológica; - criação de Fórum de Agroecologia; - maior facilidade de acesso ao crédito mais adequado; - participação de famílias indígenas

Fonte: CÁRITAS BARSILEIRA, 2012b

As experiências sistematizadas reforçam o caráter de apoio financeiro às organizações econômicas, de trabalho associado. Revelam, também, uma metodologia própria de mobilização e disseminadora de princípios agregados à economia solidária, que vão encontrando maior adesão exatamente nos espaços sociais mais vulneráveis, com maior ausência de acesso a direitos.

³⁶ Grupo Regional de Economia Popular e Solidária – GREPS (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012b)

³⁷ Destaca “o fato da experiência do DF e Entorno ter provocado ou subsidiado a publicação pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a Portaria nº776, de 11 de novembro de 2010, que ‘Dispõe sobre autorização para destinação de bens do estoque da Estratégia Fome Zero para apoiar projetos de inclusão produtiva, desenvolvidos por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos com base nos princípios da economia solidária’ (CÁRITAS BRASILEIRA, 2012b, p. 42)

3.3 Microcrédito e desenvolvimento social: possibilidades e limites

O microcrédito surgiu na Alemanha, em 1846, após uma crise e perda da safra de cereais, acarretando endividamento de fazendeiros e fome de muitos trabalhadores. Foi criado um comitê, favorecendo a produção de pães, por fazendeiros endividados, a fim de garantir-lhes capital de giro; os pães seriam doados a trabalhadores pobres. Destaca-se a iniciativa de dois alemães: na zona rural o pastor Friedrich Wilhelm Riffeisen e na zona urbana, o juiz Hermann Schulze-Delitzsch; este ampliando a prática a formação de uma cooperativa de artesãos e outra de compra para mestres sapateiros, que acarretou na demanda por acesso a crédito e, posteriormente, na cooperativa de crédito. Outras experiências relevantes de microcrédito, foram criadas, posteriormente, como a de Quebec, no Canadá, em 1900, com as *Caisses Populaires*, que contribuído com o desenvolvimento regional e local (SINGER, 2002a).

Na Europa, Estados Unidos e Canadá, formaram-se organizações de microcrédito, mas se fortaleceram no mercado financeiro tradicional, já não representando o segmento mais pobre da população. Nessa realidade

O movimento de cooperativismo de crédito tende a se centralizar e burocratizar, buscando ganhos de escala e atendimento em massa, com o que abre mão da autogestão e do caráter comunitário da cooperativa de crédito. Mesmo mantendo as formalidades do cooperativismo, o funcionamento concreto passa a se assemelhar cada vez mais ao dos intermediários convencionais (SINGER, 2002b, p. 73).

Em Bangladesh, em 1974, com a situação grave de falta de acesso a alimentos por parte da população mais pobre, o economista Muhammad Yunus, juntamente com outros professores e estudantes de economia, criaram o Grameen Bank, cuja prática seria realizar pequenos empréstimos a juros baixos ou sem juros àquelas pessoas que não tinham propriedades, a maioria mulheres solitárias, vítimas de agiotagem. A experiência permitiu dinamizar localmente a economia, voltada para camadas de baixa renda, a baixo custo. Um dos aspectos inovadores foi

substituir a garantia real (inexistente) pelo aval solidário: o Grammen só aceita como membros grupos de cinco mulheres, dispostas a se responsabilizar coletivamente pelos empréstimos feitos a cada uma (SINGER, 2002b, p. 79).

Em 2011, Muhammad Yunus foi retirado da direção do Grameen Bank por denúncias de gestão e sonegação de impostos, em sua defesa alegou perseguição política (BUENO, 2011). Em entrevista, Muhammad Yunus afirma que

O Grameen foi muito bem. Hoje, 37 anos depois de sua criação, ele se espalhou por todo o país. Temos 8,5 milhões de tomadores de empréstimos, 97% dos quais são mulheres. O banco empresta cerca de US\$ 1,5 bilhão, e a inadimplência é de apenas 3%. Tentamos garantir também que as crianças das famílias dos tomadores de crédito frequentem a escola e não sejam analfabetas como seus pais – e fomos bem-sucedidos nisso. Elas concluíram o ensino básico, seguiram no ensino médio e algumas foram para a faculdade. Além do microcrédito, o Grameen oferece também empréstimos para a educação, para cobrir os custos do ensino superior e evitar o abandono de cursos por falta de recursos para pagar as mensalidades. A taxa de juro do microcrédito é de 20% ao ano; e a de empréstimos para educação, de 5%. O estudante só começa a pagar depois de se formar e conseguir um emprego. Hoje, há centenas de milhares de crianças que estão na escola e na faculdade com o apoio do Grameen. Elas se tornam médicos, engenheiros e seguem outras carreiras (CORONATO, 2013, p.1)

Apesar de críticas, como a de Umar (2011, p. 1), que considera que Yunus tenha propagandeado “feitos muito exagerados quanto ao banco e quanto a si próprio”, a iniciativa do Grameen Bank inspirou muitas outras experiências de microcrédito, em diversos países, como no Brasil, entre elas, destaca-se o Crediamigo e Agroamigo do BNB e também, os FRS.

Com o objetivo de fazer avançar o microcrédito brasileiro, em 1999, a Lei 9.790/99 permitiu que Organizações Sociais sem Fins Lucrativos, desenvolvam trabalho de microcrédito no limite de juros de 12% ao ano. O Conselho Monetário Nacional criou, no mesmo ano, a Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) por meio da Medida Provisória nº 1894-19 a fim de favorecer crédito adequado às micro e pequenas empresas. Dessa forma

O microcrédito adota uma metodologia específica, que consiste, primeiramente, na concessão assistida do crédito. Ao contrário do que acontece no sistema financeiro tradicional, onde existe uma postura reativa (cliente é que vai até o banco), Nas instituições de microcrédito os Agentes de Crédito vão até o local onde o candidato ao crédito exerce sua atividade produtiva, para avaliar as necessidades e as condições de seu empreendimento, bem como as possibilidades de pagamento. Após a liberação do crédito, esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio (BARONE *et al*, 2002, p. 12).

Em 2003 foi criada a Lei 10.735 que “Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores” (BRASIL, 2003). Em 2005 foi instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, no âmbito do MTE, incluindo as cooperativas singulares de crédito como instituições de microcrédito produtivo orientado (BRASIL, 2005). Essa perspectiva, do “produtivo e orientado”, contribui para a utilização adequada do recurso emprestado e diminuição da inadimplência.

É dessa forma que acontece com o programa de microcrédito do BNB, tido como o mais exitoso Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul (BANCO

DO NORDESTE DO BRASIL, 2013), cujos valores mínimos são R\$100,00 e máximos R\$15.000,00. Allanison José de Oliveira Souza (Gerente de microfinanças do BNB do Maranhão), descreve:

A gente faz uma metodologia de grupos solidários e também o crédito individual pra quem já tem uma certa experiência e pra quem é formalizado. O grupo solidário responde por mais de 90% do acesso realizado. Não tem carência, nem para investimento, nem para capital de giro. Ele recebe o empréstimo e paga com 30 dias depois (informação verbal)³⁸.

Quanto ao caráter exitoso do programa, Allanison Souza atribui à metodologia do crédito orientado, com participação do assessor de crédito e discorre:

Cada financiamento desses, nosso assessor de crédito vai avaliar a capacidade de pagamento; é feito um fluxo de caixa e avaliação patrimonial. Essa metodologia consegue garantir uma metodologia das melhores do banco e das melhores em termos de microcrédito da América do Sul. É uma metodologia amarrada. Esse assessor de crédito recebe um salário em torno de R\$800,00 e ele recebe, também, uma remuneração variável que é de acordo com a qualidade da carteira. Então se ele emprestar e tiver uma boa qualidade da carteira, ele chega a tirar três vezes o que ele ganha; tudo dependendo da qualidade desse crédito que ele consegue aplicar. Ele sabe que se empurrar um crédito a um cliente que não tenha condições de pagar ele sofre no bolso, então ele tem esse cuidado, essa responsabilidade maior. Essa metodologia é muito bem amarrada, com uma série de etapas que vão qualificando melhor; inclusive o assessor de crédito faz pesquisa na comunidade sobre o cliente (informação verbal).

Em termos de êxito, o Banco contabiliza o nível de inadimplência, que é inferior a 1%, em função do crédito solidário, formado por um grupo de 3 a 10 pessoas, “um é avalista do outro” e “assumem a responsabilidade do montante do financiamento, conjuntamente”, desde que tenham atividades produtivas, e contabiliza, também, o montante financiado. No Maranhão, em 2011, foram aplicados mais de R\$300 milhões e em 2012, R\$524 milhões, equivalentes a 475 mil operações. O programa não foca o associativismo e nem o público do trabalho associado; o financiamento é individual, apesar da responsabilização solidária. A dinâmica do Crediamigo é totalmente autossustentável e lucrativa para o Banco.

Os custos do Banco são muito baixos, inclusive com o pessoal envolvido: um funcionário do banco na coordenação e vários assessores terceirizados. Destaca-se, no entanto a relação de precarização de trabalho junto aos assessores de crédito do Programa: eles são terceirizados; o valor fixo recebido em salário é muito baixo e trabalham com metas para conseguirem aumentar seu rendimento salarial. O custo desse tipo de força de trabalho (terceirizada) é bem menor e sem encargos e tem que se equilibrar na tarefa de aumentar o número de operações de crédito, com baixa inadimplência.

³⁸ SOUZA, Allanison. **Entrevista III**. [mar 2012]. São Luís, 2012.

Outra experiência articulada ao microcrédito é a dos Bancos Comunitários, que, no MTE, fazem parte do Programa de Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários e são definidos como

projetos de apoio a economias populares de municípios de baixo IDH, prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão (BRASIL, 2013b).

A principal referência de Banco Comunitário de Desenvolvimento, atualmente, é o Banco Palmas, na comunidade do Conjunto Palmeira, periferia de Fortaleza (CE). Desenvolve a metodologia de moeda social e crédito solidário, visando fortalecer o trabalho associado e o consumo local. A moeda social do Banco Palmas (Palmas) circula com total aceitação na comunidade, com lastro em real (R\$). Os moradores podem acessar empréstimo junto ao Banco, sem juros; podem pagar e receber em moeda social pela prestação de serviço; trocando real por moeda social ou recebendo em moeda social os resultados dos ganhos das atividades produtivas dos grupos (BANCO PALMAS, 2007).

Sobre a metodologia de Bancos Comunitários e outras formas alternativas de acesso popular ao crédito, Dowbor (2013, p.28) considera que

É interessante notar que enquanto os mecanismos de mercado estão sendo engessados pelos gigantes transnacionais, ou nacionais que monopolizam amplos setores econômicos, manipulam os fluxos e restringem o acesso às informações, gerando desequilíbrios e crises, estão surgindo formas alternativas de regulação econômica, baseadas em valores e participação direta do cidadão

Reforça o caráter dinamizador da metodologia de garantia de crédito numa perspectiva produtiva, lembrando que

A intermediação financeira é uma atividade meio. Não alimenta nem veste ninguém. Mas se agregar as nossas poupanças para financiar uma fábrica de sapatos, por exemplo, e com isso gerar investimento, produção e empregos, está plenamente justificada. Os lucros da fábrica permitirão a remuneração da iniciativa, a modesta remuneração da nossa poupança e o lucro financeiro do intermediário, além de, evidentemente, aumentar a oferta de sapatos. Mas tudo está nos montantes: o funcionamento devidamente regulado capitaliza as atividades econômicas; a agiotagem as descapitaliza (Dowbor, 2013, p.30).

Dowbor conclui, sugerindo que

Há uma nova teoria econômica em construção, sem que talvez nos apercebamos disso em razão de estarmos ocupados em refutar os marginalistas ou a lei das

vantagens comparadas de Ricardo. Não se trata de uma dinâmica socialmente caridosa e economicamente marginal. É um espaço importante a ser ocupado. Não precisamos esperar um governo que nos agrade para tirar o nosso dinheiro do banco e aplicar as nossas poupanças em coisas úteis. O resgate do controle das nossas poupanças emerge como eixo estruturador das dinâmicas sociais, e o direito de controlarmos o nosso próprio dinheiro e de exigirmos prestação de contas na área é perfeitamente democrático (Dowbor, 2013, p. 32).

Os Bancos Comunitários nesse, sentido, aproximam-se das finanças solidárias, mas os avanços e impacto na condição de vida dos tomadores do microcrédito ainda são muito tímidos, e esses empréstimos podem estar muito mais servindo para garantir a expansão do mercado financeiro e aumento do consumo, do que para o crescimento dos microemprendimentos, mantidos como mercado confiável e dependente do grande capital, mantendo a absorção da “poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo” (COSTA, 2001, p. 23)

A concessão de crédito, a trabalhadores de baixa renda, na área urbana e rural, para se manter, então, como elemento relevante no combate à pobreza e alavanca de desenvolvimento local, demanda, além do aumento do financiamento, a implementação de outras políticas públicas como a devida assessoria técnica; acesso à educação e saúde, com qualidade; infraestrutura e reforma agrária, podendo garantir a esses trabalhadores condições de emancipação das políticas sociais, que muitas vezes reforçam a dependência assistencialista e clientelista, apesar de sua importância imediata junto à população em situação de extrema pobreza.

Segundo Allanison Souza (informação verbal), 30% dos tomadores de empréstimo do Crediamigo são beneficiários do Bolsa Família e, conforme acompanhamento do seu fluxo de caixa, realizado com os assessores de crédito, os empréstimos tem contribuído para melhoria das suas atividades produtivas e aumento da renda.

Outras iniciativas de microcrédito existem, junto a outros bancos oficiais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e, mesmo, bancos privados, e, ainda, junto às cooperativas de crédito, como a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda (COOPEFORTE), formada majoritariamente pela poupança de funcionários do Banco do Brasil.

No Maranhão, a representação estadual da COOPEFORTE se dá por delegado seccional, dos associados residentes no Maranhão e Piauí.

Segundo o delegado seccional, Sr. Camilo Gomes da Rocha Filho³⁹ (informação verbal), a cooperativa, realiza operações de empréstimo, aos seus associados, que podem ser os funcionários das Instituições Financeiras Públicas Federais, seus pais, filhos e netos, cônjuges, funcionários da cooperativa e empresas subsidiárias das Instituições Financeiras. Informou, ainda, que “a adesão à cooperativa se dá por meio da integralização de uma cota no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais). As sobras verificadas ao final de cada exercício são repartidas aos associados conforme o volume de negócios com a cooperativa”.

Para o Sr. Camilo a associação e tomada de empréstimo pela cooperativa, tornam-se vantajosas, porque as taxas praticadas são abaixo dos juros de mercado.

No entanto é o BNB quem se destaca nas transações de microcrédito, inclusive, do ponto de vista do acompanhamento com assessoria.

O BACEN em seu Relatório de Inclusão Financeira (BACEN, 2011, p. 95), afirma que

O acesso ao crédito tem sido considerado um eficaz instrumento tanto de desenvolvimento econômico quanto de inclusão financeira. O crédito talhado para o público empreendedor normalmente excluído do sistema financeiro tradicional possui características próprias e passou a ser mundialmente denominado microcrédito.

O referido relatório demonstra que na composição de aplicação do microcrédito, os bancos públicos federais, com destaque para o BNB participam com 88% das operações de microcrédito produtivo e 86% com as operações de microcrédito de consumo, revelando o pouco investimento das instituições financeiras privadas, já que a taxa de juros para esse tipo de crédito não ultrapassa em média aos 8% ao ano.

Dessa forma, o BNB apresenta uma curva ascendente das quantidades de operações e valores desembolsados para o microcrédito, de 2002 a 2012, mantendo o ritmo em 2013. Subindo em mais de 790% a quantidade de operação anual (de 359.216 para 2.844.021) e mais de 1500% em valores desembolsados (de R\$287,3 milhões para R\$4.320,1 milhões) no referido período (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2013).

Na realidade, no entanto, há, ainda, uma distribuição muito desigual de recursos, para enfrentar e superar a desigualdade social, via crédito. E, mesmo o aumento constante do volume das operações de microcrédito, ainda se apresenta como parte muito pequena das operações financeiras, inclusive no BNB.

³⁹ ROCHA FILHO, Camilo Gomes da. **Entrevista IV**. [set. 2013]. São Luís, 2013.

Em 2010, por exemplo, os quase R\$2,1 bilhões alcançados pelo Crediamigo equivalem a menos de 20% dos valores contratados pelo FNE, enquanto correspondem ao dobro dos valores contratados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SANTOS FILHO, 2011). Para que esses programas obtenham um resultado mais positivo do ponto de vista da ampliação de direitos, há uma necessidade de integração e ampliação dessas políticas.

A metodologia dos FRS, no entanto, é diferenciada, no contexto do microcrédito, e se propõe mais abrangente, porque busca a autogestão do recurso; com juros, prazos e valores de empréstimo definidos pelos próprios tomadores, estudando cada caso, na perspectiva do trabalho associado e do movimento de economia solidária, que busca se distinguir da caracterização de microempresário e afirmação da identidade e emancipação de classe, considerando suas peculiaridades e demandas.

Na contrapartida do aumento de inversões para o Crediamigo, o PAPPS estagnou. Apesar de se constituir como um programa específico e relevante do ponto de vista da demanda de crédito dos grupos solidários, não conseguiu evoluir junto às demandas do movimento de economia solidária, que culminam com a existência de um marco regulatório, com vistas à formação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias e melhoria das condições das atividades do trabalho associado.

3.4 Experiências dos Fundos Rotativos Solidários em Codó (MA)

Os Fundos Rotativos Solidários têm uma metodologia própria, que segundo mapeamento da Fundação Grupo Esquel (2010), por meio do Projeto Fundos Solidários do Nordeste, podem ser monetários e não monetários e atendem as populações mais vulneráveis da sociedade (remanescentes de quilombo, acampados, catadores, indígenas, ribeirinhos etc) e se apresentam como uma resposta aos beneficiários de programas de transferência de renda, na perspectiva de inclusão produtiva.

A metodologia identificada consiste na captação de recursos, que se dá de duas formas mais frequentes: “(1) a partir de uma injeção de capital externo, oriundo de um Fundo de Fomento e devolvido para o FRS; (2) a partir de contribuições dos participantes, da comunidade (poupança coletiva)” (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2010, p.7).

Os recursos são investidos, basicamente nas demandas dos grupos, em projetos produtivos e atividades da agricultura familiar e em infraestrutura, escolhidos pelos sócios e pela entidade gestora. O termo devolução é utilizado no lugar de pagamento, porque não é

obrigatória e pode ser parcial ou total, definida, geralmente de forma coletiva, assim como os prazos. A partir da devolução, novos empréstimos são concedidos.

O mapeamento, realizado no Nordeste, identificou 341 FRS na região, distribuídos em 404 municípios, atendendo 41.595 famílias. Abaixo a distribuição por estado:

Quadro 9 - Distribuição dos Fundos Solidários por estado no nordeste

ESTADOS COM FS	Nº FS	Nº FAMÍLIAS
Alagoas	30	1.013
Bahia	31	27.049
Ceará	59	3.197
Maranhão	48	4.142
Paraíba	97	1.047
Pernambuco	43	2.587
Piauí	29	2.416
Rio Grande do Norte	3	86
Sergipe	1	58
TOTAL	341	41.595

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010.

Mais de 60% dos fundos têm abrangência comunitária e o restante se distribui entre municipal, estadual, territorial e regional. Os principais apoiadores, repassadores de recurso são organizações demonstradas no Quadro 10, com suas respectivas abrangências espaciais.

Quadro 10 – Principais organizações de fomento aos FRS no nordeste

ORGANIZAÇÃO FOMENTADORA	ABRANGÊNCIA
Rede Caritas	Regional e territorial
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)	Nacional
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA)	Territorial/PB
Fundação Santa Ângela	Estadual
Fundação Grupo Esquel Brasil/Pastoral da Criança -Vencer Juntos	Regional
Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor- CEDAPP	Territorial/PE
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo – MTC	Territorial
DIACONIA- Unidade Territorial Afogados da Ingazeira- Sertão do Pajéu	Territorial/PE
Movimento de Organização Comunitária – MOC	Estadual/BA
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Territorial/MA
Cooperativa Rede de Produtores da Bahia	Territorial/BA
Outras 11 entidades	

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010

Os principais resultados identificados no mapeamento, a partir da utilização dos FRS, estão demonstrados do Quadro 11, abaixo:

Quadro 11 – Principais resultados alcançados pelos FRS no nordeste

Resultado	Desdobramentos
Acesso à água	Cisternas de placa
	Barragens, outras estruturas comunitárias de captação e armazenamento de água
	Sistemas de irrigação para hortas e plantações no quintal ou na comunidade
Segurança alimentar	Acesso a sementes adaptadas à região, no período certo
	Hortas e quintais produtivos irrigados garantam melhor alimentação da família.
	Criação de pequenos animais: acesso a carne e leite
Geração de renda	Empreendimentos financiados geram um complemento na renda familiar
	Geração de renda é significativa quando FS possibilita inserção do produtor em outras políticas públicas: PRONAF, PAA, PNAE ⁴⁰ , feiras.
Organização social e cidadania	Organização em torno de um patrimônio próprio fortalece as associações
	Formação para captar e gerir outros recursos e projetos
	Protagonismo da mulher
	Incidência sobre políticas públicas: as famílias organizadas coletivamente conseguem acessar outras políticas públicas
Convivência com o semiárido/agroecologia	Água, sementes
	Produção e armazenamento de silo, feno, alimentação dos animais durante a estiagem.
	Práticas agroecológicas, recuperação de terras e nascentes
	Redução do êxodo rural

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010

As organizações fomentadoras oferecem, também, “serviços de acompanhamento técnico, capacitações e/ou apoio à comercialização”, mas ainda se apresentam como demandas reprimidas (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2010), haja vista a oferta insuficiente, principalmente do serviço técnico. A seguir, o Quadro 12 demonstra as principais fontes de financiamento dos fundos.

⁴⁰ PAA: Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar do governo federal.

Quadro 12 – Principais fontes de financiamento dos FRS do nordeste.

FONTE DE FINANCIAMENTO	VALOR EM 2010
CONAB	900.000,00
BNB	829.891
Contribuição dos participantes	781.880,96
Igreja+ONGs	600.349,97
Cooperação Internacional	524.462,35
Outros recursos públicos	510.962
SEBRAE	422.714
Empresas/doações privadas	318.183
Petrobras	300.818

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010

Segundo o mapeamento, os principais resultados alcançados pelos FRS, no nordeste, podem ser identificados, também, na realidade do Maranhão, conforme demonstra Quadro 13, a seguir:

Quadro 13 – Principais resultados alcançados pelos FRS no Maranhão

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELOS FUNDOS	OBSERVAÇÃO
Geração de renda	Complemento na renda familiar alcançado pelos grupos financiados Aumento da renda com inserção do produtor em políticas públicas, como PRONAF, PAA, PNAE e feiras.
Organização social e cidadania	Fortalecimento das associações Formação Protagonismo da mulher Incidência sobre políticas públicas
Convivência com o semiárido/agroecologia	Acesso a água e sementes Atividades alternativas durante a estiagem, para garantir a alimentação dos animais (como silo e feno) Práticas agroecológicas Redução do êxodo rural.

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010

No estado do Maranhão, foram mapeados 48 FRS, distribuídos em 21 municípios, de 9 regiões, conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Distribuição dos FRS no Maranhão, por município/2010

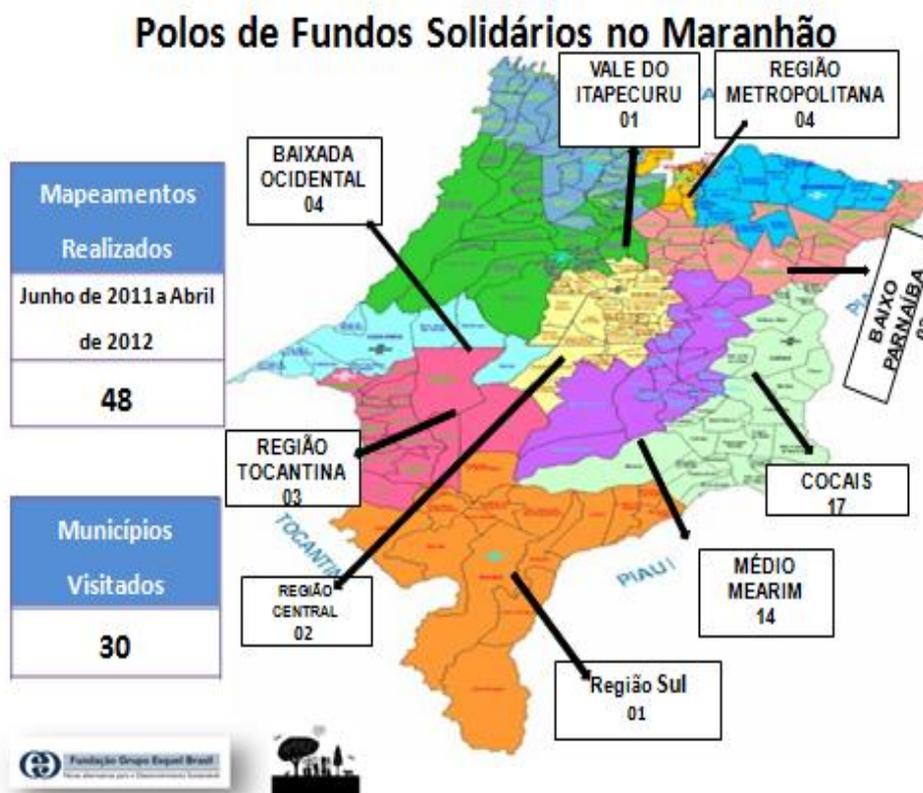
Municípios c/ FRS	Nº FRS
Alto Alegre do Maranhão	1
Bacabal	4
Barra do Corda	2
Capinzal do Norte	2
Codó	6
Coroatá	3
Esperantinópolis	1
Imperatriz	4
Lago da Pedra	1
Lago do Junco	2
Loreto	1
Pedreiras	1
Penalva	1
Peritoró	1
São Bernardo	3
São Jose dos Basílio	1
São Luis	4
São Luís Gonzaga do Maranhão	1
Timbiras	1
Trizidela do Vale	1
Vargem Grande	4
Viana	3

Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2010

Em novembro de 2012, A Fundação Esquel e Cáritas Brasileira realizaram o Seminário Estadual Maranhão de Fundos, em Codó (MA), com os seguintes objetivos: socializar os resultados do projeto Fundos Solidários no Maranhão; estabelecer ações de articulação entre os Fundos Solidários no Estado; elaborar estratégias para a construção de políticas públicas par o fortalecimento dos fundos solidários no Maranhão (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2012).

Dos 48 FRS no Maranhão a maior incidência é na região dos Cocais (17), equivalente a mais de 35% dos fundos identificados, mapeados no estado, conforme Mapa 1, a seguir:

Mapa 1 – Identificação dos FRS por região, no Maranhão.



Fonte: Fundação Grupo Esquel, 2012

A área de atuação dos fundos da região dos Cocais Maranhenses é, majoritariamente, rural (77,5%) e 54% é de abrangência comunitária. No ano de 2010 foram efetuados 621 repasses para os participantes dos grupos, totalizando R\$537.712,00, sendo predominantemente tomado de forma coletiva e para atividades da agricultura familiar. As principais atividades desenvolvidas com o recurso foram: compras de equipamentos, infraestrutura para casa de farinha, apoio para produção e comercialização, prestação de serviços, beneficiamento (babaçu, mel, mandioca), criação de pequenos animais, artesanato, confecção de roupas e hortaliças. As condições de empréstimo e devolução voluntária são, predominantemente, sem juros e sem correção monetária (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2012), sendo que os valores restantes, das devoluções parciais, destinam-se, na maioria das vezes à formação de fundos comunitários.

A maioria dos participantes é formada por mulheres e a renda familiar, em média, inferior a R\$760,00. Do ponto de vista de sua inserção nas políticas públicas, destacaram-se: bolsa família, feiras de economia solidária, PRONAF, assentamentos de reforma agrária,

PAA, PNAE, Territórios da cidadania, Educação de Jovens e Adultos PRONASCI⁴¹, Formação CFES, PAPPS, Território da paz e Talher.

Os principais resultados apontados foram: organização coletiva e união das famílias, com fortalecimento das instituições locais; aumento da renda familiar; segurança alimentar; maior qualidade de vida; novos conhecimentos sociais, ambientais e econômicos; preservação do meio ambiente; eliminação de sementes transgênicas e agrotóxico; protagonismo de mulheres e jovens e aumento da autoestima (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2012).

As dificuldades apontadas pelos participantes foram: demanda do recurso maior que oferta, dificultando a inclusão de um número maior de famílias; assistência técnica insuficiente; dificuldade de gestão; poucos pontos de comercialização e transporte para escoamento dos produtos e concorrência dos produtos agroecológicos com os convencionais (FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL, 2012).

Dos municípios mapeados, Codó foi quem apresentou o maior número de fundos solidários, em 2010 (6 fundos), tendo garantido a devolução em praticamente 100%.

Codó é um município do cerrado maranhense, na Região dos Cocais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013a), com uma área de 4.361,341 km² sua população em 2010 era 118.038, estimada em 119.641 para 2013. O mapa da pobreza e desigualdades, de 2003, apontou uma taxa de incidência da pobreza de 59,37% (maior que a do estado, 56,38%) e um Índice de Gini de 0,41 (Maranhão: 0,43).

Levantamento do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC- (MARANHÃO, 2010), em 2010 o PIB do município estava entre os 10 maiores do Maranhão, na sétima posição, correspondendo a 1,22% do PIB estadual, já que São Luis concentrava com 39,29%, seguido de Imperatriz (4,68%), Açailândia (2,89%), Balsas (2,44%), Timon (1,81) e Caxias (1,74).

A realidade do município não diverge da estadual, em referência à situação de pobreza e falta de políticas públicas mais incisivas, do ponto de vista de um desenvolvimento socioeconômico descentralizado e desconcentrado.

De acordo com o mapeamento/2007 da economia solidária no Brasil, realizado pelo SIES (BRASIL, 2007b), existiam no município de Codó 18 grupos de economia solidária, predominando o segmento de Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca, com

⁴¹ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

faturamento mensal máximo de até R\$50 mil, mas com maior incidência aqueles sem faturamento ou com faturamento mensal de até R\$5 mil (segunda maior frequência).

No processo de comercialização desses grupos predomina a venda direta ao consumidor, principalmente em feiras de economia solidária; outros entregam a revendedor e uma menor parte vende a órgão governamental. O escoamento se dá no mercado comunitário e municipal. Na pesquisa, os grupos destacam como principais dificuldades de comercialização o número reduzido de clientes, a baixa escala da produção e a falta de logística e apontam uma demanda de crédito bastante elevada - mais de 88% dos grupos; compatível com a demanda estadual e nacional.

A metodologia utilizada pelos fundos de Codó segue a mesma base: deliberações coletivas, incentivo às atividades de interesse comunitário, estímulo à produção artesanal e da agricultura familiar, formação pela educação popular e busca de ampliação do financiamento. A maioria iniciou a partir do Fundo de Fomento.

Segundo o articulador da Cáritas, Valdivino Silva⁴², os fundos se organizam em diretoria, com presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros políticos. São representantes de associações comunitárias e movimento social, eleitos por um período de 4 anos, indicados nas assembleias dos grupos.

Dos 6 fundos identificados, no mapeamento da Fundação Esquel, quatro são ligados ao Fundo Estadual da Cáritas, sendo que 1 tem abrangência Municipal (Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidária de Codó) e 3 são fundos comunitários (Fundo Comunitário de Mirindiba, Fundo Comunitário de Passagem Grande e Fundo Comunitário de São Benedito dos Colocados); são comunidades rurais afastadas da sede de Codó, com dificuldade de acesso.

O Fundo municipal acompanha 11 grupos, com atividades artesanais e confecção, a maioria de mulheres; estão na zona urbana de Codó. Os fundos comunitários estão ligados a atividades da agricultura familiar, com destaque para os derivados da mandioca. O grupo de confecção, acompanhado pelo fundo municipal, consegue tirar uma renda mensal de R\$700,00 por pessoa e já organiza feiras, para melhorar a dinâmica da venda; consegue escoar o seu produto no próprio município de Codó.

Os fundos comunitários iniciaram suas atividades em parceria com a Caritas, com montantes, em média, de R\$ 3.000,00. Utilizaram o recurso para agricultura irrigada e criação de animais; após a venda dos produtos, devolveram 50% para o Fundo Estadual da Caritas os

⁴²SILVA, Valdivino. **Entrevista V.** [jun 2013]. Codó, 2013.

outros 50% destinaram-se para a formação do fundo comunitário, sendo reinvestido na produção, de forma autogestionária pela associação do povoado. Posteriormente, receberam mais R\$2.500,00 e devolveram parte. Do saldo restante, em função das devoluções, conseguiram incrementar, em média, 15% as inversões recebidas dos fundos de fomento. Todos os fundos, no entanto, possuem um montante muito baixo de recurso, seja em espécie ou produto. Para garantir uma maior dinâmica aos grupos, Valdivino Silva (informação verbal) explicou que

Eles, para emprestar fazem uma avaliação, não tem tanta burocracia, mas tem um caderno de anotação. Eles vão olhar como é que tá a família, se tá precisando. A família é quem diz: com tal tempo eu vou devolver tanto, de acordo com a possibilidade da família. O fundo tem o objetivo não só do dinheiro, da mercadoria; é essa coisa em comum que o povo tem, que tudo vai ministrado dentro do fundo. Por exemplo: tem R\$10.000,00, só não tem nenhum R\$1.000,00 na carteira, mas tem produto. Nós da economia solidária, nós não tem um dinheiro no banco, nós tem produto dos grupos que vai trabalhando, vai devolvendo; aí, aquele produto é vendido, vai transformado em dinheiro, vai passado de novo para os grupos comprar matéria-prima, para produzir. Tem vez que quando chega um pagamento já tem uma família ou grupo que pediu empréstimo; na reunião já empresta. O Fundo de Desenvolvimento⁴³ tem conta corrente, mas não tem dinheiro, mas tem produto nas mãos dos grupos (Silva, 2013).

Em média o prazo de carência para devolução é 45 a 60 dias para atividade de bordado; 90 dias para confecção e agricultura irrigada; 6 meses para agricultura sequeira; 18 meses para o plantio da mandioca. O trabalho da diretoria dos FRS não pode ser remunerado, é todo voluntário e só há recurso para contratar técnicos e bancar despesas administrativas, quando há projetos financiados por outras fontes.

Durante o Encontro de Avaliação dos Grupos Acompanhados pelo Fundo de Desenvolvimento e Fomento de Economia Solidária de Codó, em junho/2013, os participantes destacaram como avanços alcançados: melhoria na qualidade de vida, porque melhorou a renda; não haver endividamento; recurso de fácil acesso; melhora na qualidade da produção, em função de cursos de qualificação realizados.

As dificuldades identificadas foram: falta de assessoria técnica, inclusive para elaborar projetos de economia solidária; pouca adesão da população para a economia solidária e despesas administrativas descobertas.

⁴³ Fundo de Desenvolvimento e Fomento da Economia Solidária de Codó.

Figura 1 – Grupo de Mulheres de Bordado de Codó-MA



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso, 2013

O Fundo comunitário de Mirindiba está na área de assentamento. São 42 famílias assentadas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA. A realidade é bastante peculiar aos processos de assentamento, realizados no estado: loteamento; casas construídas precariamente; escassez de água; difícil acesso; falta de assessoria técnica; sem posto de saúde; sem escola adequada.

A política pública, necessária para a autonomia econômica do assentamento, não existe. O fundo de Mirindiba iniciou em 2009, após o primeiro empréstimo junto à Cáritas. Depois da devolução de 50% para o fundo estadual, criaram seu FRS comunitário e definiram, entre as famílias associadas, o percentual de 30% de correção na devolução do empréstimo, a fim de aumentar sua capacidade de poupança.

Com o recurso acessado, investiram no plantio e na reforma da casa de farinha comunitária. A casa que era coberta de palha, de taipa e aberta; vulnerável à entrada de animais e sem estrutura adequada, recebeu paredes de alvenaria, telha, tanques, grades, prensa, forno mecânico, classificador de farinha e seladora.

Figura 2 – Forno mecânico da casa de farinha do Povoado Mirindiba e amostra da farinha produzida



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso, 2013

Esse investimento permitiu melhorar a qualidade da farinha, o preço e, conseqüentemente, a renda dos associados. As famílias que ainda não são associadas ao fundo, também utilizam a casa de farinha e contribuem com uma taxa para as despesas com energia elétrica.

Há, ainda, muitas famílias que não participam do FRS, umas são por falta de interesse e outras por falta de recurso suficiente. Quando há solicitação de alguma família nova, o pedido é apreciado pelos associados e atendido, de acordo com a disponibilidade do fundo.

Do ponto e vista dos ganhos identificados, a partir da formação do FRS, os associados destacaram os seguintes: incremento da renda em 30%, aproximadamente; participação em cursos sobre produção e comercialização, realizados pela Caritas e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); fornecimento para merenda escolar (PNAE) e acesso ao crédito sem burocracia.

As dificuldades, no entanto, ainda são muito grandes, entre elas: falta de escola adequada (o assentamento possui uma escola, do 1º ao 5º ano). A partir do sexto ano as crianças têm que se deslocar para outro povoado ou sede de Codó; não há formação de técnicos para acompanhar a produção; o acesso é muito precário; sem estrada, sem transporte, os carros particulares cobram muito caro e predomina a utilização de motos, por vias sem pavimentação, existem situações em que o doente é deslocado da comunidade, em rede; falta água (até mesmo para irrigação) e para esse problema a comunidade alega a falta de chuva e o plantio exasperado de eucalipto no município⁴⁴. “O eucalipto secou os rios”, afirmou Sr.

⁴⁴ A principal empresa responsável pelo plantio de eucalipto na região de Codó é a Suzano Papel e Celulose S/A, que vem conseguindo licenciamento ambiental com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e somente tem sido freada por ação civil pública (AMAZÔNIA, 2012)

Antonio Francisco Santos⁴⁵ (informação verbal), presidente do Grupo União da Associação dos Moradores e produtores Rurais de Mirindiba. “Eles vêm plantando nas cabeceiras dos brejos”⁴⁶.

Apesar das dificuldades, o grupo tem muitas expectativas: ampliar o recurso do fundo, a fim de favorecer mais famílias; melhoria de transporte para deslocamento e escoamento da produção; melhoria das casas, com piso e banheiro; inclusão digital para os jovens e assessoria técnica necessária.

Figura 3 – Selo dos produtos da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Mirindiba/Codó – MA



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso

Na comunidade de São Benedito dos Colocados, onde existem 66 famílias, o primeiro empréstimo foi adquirido em 2008, com o Fundo de Fomento Estadual da Cáritas. Após o plantio (principalmente de mandioca), devolveram 80%, ficando 20% para a formação do FRS. Em função de estiagem, pediram mais dois reforços, ao fundo estadual; devolvendo 50% do total. Com o recurso recebido, construíram, também, a casa de farinha, onde produzem farinha de mandioca.

⁴⁵ SANTOS, Antonio Francisco. **Entrevista VI**. [set. 2013]. Codó, 2013.

⁴⁶ Valdivino Silva, entrevista concedida em setembro de 2013

Figura 4 – Reunião da Comunidade de São Benedito dos Colocados/Codó-MA



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso, 2013

O presidente da associação⁴⁷, Sr. Antonio Martins, durante a reunião na comunidade, afirmou: “hoje tem estrutura pra gente trabalhar; toda comunidade pode trabalhar nela. Isso foi uma vantagem muito grande” (sobre a construção da casa de farinha). Destacou, ainda:

Para nós o fundo é muito bom, porque não tem juro. Não queremos trabalhar com banco. Banco não facilita; tem juro que gera uma bola de neve; a associação entende a nossa condição. Temos trabalhado e produzido com nossos recursos (informação verbal).⁴⁸

A produção é vendida na sede do município de Codó, em feiras de economia solidária e na Quitanda da Rede Mandioca⁴⁹, na sede da Caritas, em São Luís. A Quitanda é um espaço de escoamento inaugurado pela Cáritas para os produtos dos grupos da Rede Mandioca, prioritariamente, mas aberto a outros grupos de economia solidária e agricultura familiar, que queiram expor seus produtos, para venda (Centro de Referência de Agricultura Familiar). A gestão da quitanda é da Cooperativa de Vargem Grande.

Em termos de dificuldades, a comunidade aponta: falta de assessoria técnica; predomínio da roça no toco, por falta de condições para preparar a terra; não existe posto de saúde; a precariedade da escola; acesso muito ruim. Segundo o presidente da Associação não existe política pública em São Benedito dos Colocados; sentem-se “abandonados”. A

⁴⁷ Associação de Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de S. Benedito dos Colocados

⁴⁸ MARTINS, Antonio. **Entrevista VII**. [set. 2013]. Codó, 2013.

⁴⁹ A Rede Mandioca surgiu com o intuito do combate ao trabalho escravo, no contexto de outras atividades, como os Planos Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (PEETE) e as Comissões de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado – COETRAE.

comunidade tem que enfrentar o “areião” a pé, porque a prefeitura não ajeita a estrada de acesso ao povoado.

A expectativa da comunidade é que o fundo se amplie e com a melhoria da produção possa conseguir melhor infraestrutura: saneamento, transporte, saúde e educação. Foi interessante verificar a participação de vários jovens na reunião da associação, que enfatizou as condições precárias da escola e necessidade de melhorias: reforma e mais professores.

Em síntese: os fundos em Codó foram fomentados, principalmente, pela Caritas. O dinheiro tomado emprestado é devolvido voluntariamente; o prazo de devolução é de acordo com a atividade. A parte do recurso, que não é devolvido para o fundo estadual, forma o fundo comunitário. Os novos empréstimos serão feitos para o fundo comunitário sob a gestão da associação responsável, onde é deliberado o prazo e juro a ser aplicado. Após a devolução novos empréstimos são concedidos e é aplicada a rotatividade. Nesse sentido, Valdivino Silva afirmou que

Enquanto na televisão se ouve falar em milhões, o povo se desenvolve com um tostão. O que nós precisa, pro Governo é um pingo de dinheiro. O fundo de combate à pobreza do Maranhão é que nem pé de cobra: ninguém vê. Na metodologia da economia solidária, tu começa a transformar a realidade na prática; começa a ter outra visão de mundo, como pessoa, como família e como grupo (informação verbal).

Verifica-se que os fundos contribuem para uma construção autogestionária da produção comunitária. Em algumas associações há ainda uma centralização na coordenação, mas estabelecem, em sua metodologia, práticas participativas, como priorizar e conduzir o atendimento de suas demandas de forma mais adequada e eficiente, coletivamente, aonde não chega a gestão pública, ou chega de forma muito deficiente.

Sobre a autogestão como prática revolucionária, Nascimento destaca que:

A idéia da autogestão é tão antiga como a idéia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista. A mesma é resultado de aspirações permanentes do homem em pró da liberdade e da livre criação, pelo domínio das leis objetivas da natureza e da sociedade, por uma vida melhor. As idéias e aspirações autogestionárias se expressaram de distintos modos no mundo, em numerosas lutas da classe operária e de homens e movimentos progressistas em pró da libertação do trabalho e do homem, e em todas as revoluções socialistas até o presente [...] A autogestão é um processo revolucionário socialista e popular (NASCIMENTO apud KARDELJ, 2008, P. 28).

Nesse sentido, a perspectiva de prática autogestionária, que fortaleça a organização coletiva, pode potencializar a formação crítica dos trabalhadores e fomentar mobilizações para mudanças mais profundas, a longo prazo. Mas para um processo de tensionamento, que altere a correlação de forças classista, é preciso ampliação das bases, que pode se dar pela luta por reformas, na busca por melhoria nas condições de vida.

Os fundos se iniciam a partir de uma demanda concreta, ligada às necessidades da comunidade, geralmente articulada à melhoria da atividade econômica. A metodologia dos FRS tem demonstrado trabalhadores de baixa renda e baixa escolaridade, organizando-se, gerindo recursos, melhorando a produção e a renda, de forma agregadora e crítica, na maioria das experiências. Esse processo, no entanto, precisa ampliar a consciência de classe dos trabalhadores associados, seja nas relações de produção-consumo, seja reforçando politicamente as lutas classistas.

As possibilidades, no entanto, apontam, para outra realidade: a alienação e o ajustamento de trabalhadores de baixa renda, para a autoexploração e atrelamento político ou dependência de financiamentos que definam ações imediatistas e pontuais, sem condições de se ampliar pra o conjunto da sociedade, amenizando o confronto, seja com o Governo, seja com o capital.

A questão é que os FRS são formas reais de organização e mobilização em diversas comunidades; seus ganhos são modestos, mas demonstram uma capacidade de gestão democrática e simplificada; com um volume de recursos muito baixo e condições muito limitadas. Os participantes se colocam como sujeitos do processo e avaliam positivamente suas experiências, apesar das dificuldades existentes.

Todo seu potencial, no entanto, tende a se manter no nível das ocorrências pontuais se não conseguir garantir o atendimento de suas demandas, identificadas anteriormente (assessoria técnica, maior volume de recurso para os fundos, infraestrutura adequada, formação etc).

Conforme foi demonstrado, no Maranhão, a entidade de maior fomento a FRS é a Cáritas Brasileira, que já desenvolve essa articulação desde a década de 1970, como relatou Lucineth Cordeiro Machado (Responsável pela linha de desenvolvimento sustentável e solidário – Fundos Solidários da Caritas/MA)⁵⁰

Essa é a terceira experiência de fundo. A primeira se deu nos anos 1970. A segunda experiência foi de 1983 a 1992; nós estamos agora na terceira etapa. A maior e que envolveu mais dinheiro, foi a segunda experiência, espalhada pelo Maranhão inteiro,

⁵⁰ MACHADO, Lucineth Cordeiro. **Entrevista VIII**. [Nov. 2012]. Codó, 2012.

naqueles anos 80/90. A experiência foi considerada muito boa do ponto de vista educativo. As pessoas criaram outra mentalidade e viram que é importante trabalhar, importante trabalhar coletivamente, de forma organizada, de forma inteligente. A importância de evitar o atravessador e a importância de estarem discutindo a realidade para acompanhar e cobrar mais do poder público; aplicação de políticas públicas e fazer o controle social (informação verbal).

A Cáritas é entidade membro do FBES e já participou da coordenação do Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão (FEESMA), quando este estimulou a Associação Agroecológica Tijupá a apresentar proposta de fundo, por ocasião do edital do BNB/PAPPS, em 2008.

Lucineth descreve a origem dos recursos que atendem os atuais fundos, no Maranhão, acompanhados pela Cáritas:

Nós somos apoiados pelo Banco do Nordeste e recursos da Campanha feita pela CNBB, Igrejas e Cáritas Nacional, por ocasião das enchentes 2008 e 2009. Esse dinheiro, que foi arrecadado, foi mandado pra os estados que sofreram com a enchente, entre eles o Maranhão. Nós [...] apoiamos 30 grupos [...]. Esse dinheiro é para apoiar a recuperação de lavouras; já que o pessoal perdeu toda lavoura com aquelas duas enchentes, e do Banco do Nordeste é para construção de casa de farinha e roça comunitária de mandioca (informação verbal).

Sobre a metodologia, explica:

A Cáritas contratou três técnicos para acompanhar esse processo todo de construção, de organização da comunidade, do trabalho em mutirão, como contrapartida, para não ficar uma coisa tipo dada, com pouco valor. Trabalha a questão da formação, da educação. Esse projeto é como um sinal, para contribuir com cada trabalhador e trabalhadora, compreender o valor que eles têm e a importância do trabalho coletivo e despertar a consciência política para eles poderem estar exigindo, acompanhando o orçamento; exigindo políticas públicas; sugerindo alternativas para sair da pobreza; participando do governo, de alguma forma, do controle social e controle político. Então é uma pequena janela que a gente abre, a partir da contribuição que cada um pode dar, nesse processo. Nós temos atualmente 46 grupos apoiados pela Cáritas, com quantidade diferenciada de recurso para cada atividade. Para produção de farinha é um valor, para roça é outra quantia; para criação de pequenos animais, outra; dependendo da atividade que cada grupo vai fazer. Eles fazem um projeto, apresentam um plano de trabalho, com objetivo, prazo e o que eles vão fazer; a forma como eles vão fazer e o prazo para devolução desse recurso. Nesse período de um ano, um ano e meio, conforme cada grupo se propõe, a Cáritas faz o acompanhamento de visita, reunião, formação, avaliação, de planejamento e o técnico também, para ajudá-los a produzir; melhorar a qualidade; garantir a quantidade; porque não dá pra gente começar a fornecer hoje e amanhã não ter mais o produto; a gente vê essa questão da continuidade como uma coisa importante. A higiene e os princípios agroecológicos, para eles produzirem sem usar agrotóxico, sem queimar, sem explorar mão de obra infantil nem escrava etc⁵¹ (informação verbal).

⁵¹ Um dos grupos apoiados pela Cáritas (Comunidade Canaã – município de Magalhães de Almeida), foi dispensado da devolução do empréstimo, porque os equipamentos comprados além de entregues com muito atraso, não atenderam às necessidades específicas colocadas pelo grupo.

Esse trabalho de apoio aos grupos desencadeou a formação de uma rede de produção, comercialização, consumo e finanças, tendo como base os produtos da mandioca, denominada Rede Mandioca, articulada com o combate ao trabalho análogo ao escravo.

Quadro 15 - Síntese da metodologia do Fundo Cáritas/Rede Mandioca

ETAPA	PROCESSO	
Captação de recursos	Responsabilidade da Caritas Regional/MA – entidade gestora.	Coordenação do secretariado regional da Caritas
Definição das políticas e regras de funcionamento do FRS	Coordenação estadual da Rede Mandioca, composta por 8 pessoas: representantes dos grupos, técnicos agrícolas e coordenador regional do FRS	Avaliação das propostas, com Bse nos critérios dos FRS
Definição dos critérios de acesso ao FRS	Conforme experiências coletivas, capacidade produtiva, princípios agroecológicos e organização interna.	Entidade gestora com técnicos agrícolas que conhecem a realidade do grupo
Mobilização de novos participantes	Equipe diocesana de Caritas, técnicos agrícolas e coordenador regional do FRS	Divulgação através de editais e visita aos grupos
Seleção de novos participantes	Coordenação da Rede Mandioca e coordenação regional da Caritas	Com reuniões e debates, com base nos critérios definidos
Planejamento e elaboração dos projetos a serem financiados	As comunidades/grupos que pretendem apoio do FRS	Reuniões para ler e discutir o edital, avaliar condições e decidir sobre propostas.
Análise das solicitações de financiamento	Coordenação da Caritas e Rede Mandioca	Através de reuniões de avaliação dos projetos, com base nos critérios definidos
Operação de recursos do FRS	Setor administrativo da Caritas regional	Através de depósito na conta da associação/grupos
Acompanhamento dos empreendimentos e projetos sociais	Os técnicos agrícolas, a coordenação regional, com apoio da equipe diocesana da Caritas nas regiões	Através de visitas, oficinas sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável e economia solidária; planejamento e avaliação

Fonte: CÁRITAS BRASILEIRA. Relatório de Gestão, 2012a.

No mês de setembro de 2013, foi inaugurada a “Quitanda da Rede Mandioca” que se constitui um centro de referência de formação e comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária. A quitanda funciona em São Luís, na sede da Cáritas.

A estrutura da Cáritas, enquanto, organismo articulado à Igreja, permite uma maior inserção junto às comunidades, além das experiências em trabalho de CEBs, que possibilita maior eficiência na aplicação da metodologia dos fundos. Dificuldades, entretanto, são relacionadas: ausência do poder público para fortalecimento das ações solidárias; falta de

políticas públicas (estrada, abastecimento de água de qualidade, educação, saúde); falta de assessoria técnica permanente; ausência de financiamento dos projetos governamentais; dificuldade de comercialização.

A criação da Quitanda da Rede Mandioca é um avanço, enquanto espaço de divulgação da economia solidária e escoamento dos produtos, mas ainda tem um custo muito alto para os grupos dos municípios, que acabam sendo repassados para o preço do produto, diminuindo suas possibilidades diante do mercado competitivo. Seria necessário ampliar esses espaços localmente e, para tanto, ampliar o volume de recursos disponíveis, para dinamizar cadeias produtivas de economia solidária, o que fortaleceria o trabalho associado.

Figura 5 –Quitanda da Rede Mandioca/Centro de Referência da Agricultura Familiar do Maranhão



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso, 2013

Além da Cáritas, outras entidades foram mapeadas, enquanto fomentadoras de FRS no Maranhão: a ASSEMA e a Própria Fundação Esquel, cada uma acompanhando 2 fundos, mas optou-se por analisar, a seguir, o Fundo Maranhão Solidário, não mapeado.

O Fundo Maranhão Solidário (FMS) foi articulado a partir do edital do BNB/PAPPS, EM 2008, sob responsabilidade da Associação Agroecológica Tijupá, com o aval e indicação do FEESMA.

Foram apresentados os seguintes objetivos do FMS:

Geral: Contribuir para a sustentabilidade econômica dos Grupos Produtivos Solidários do Maranhão, através da criação e gestão de um Fundo Rotativo Solidário estadual.

Específicos:

1. Incrementar a capacidade de produção e comercialização de, no mínimo, 47 ou, no Máximo, 71 grupos produtivos solidários, em 01 ano;
2. Articular uma rede de apoio e acompanhamento aos grupos produtivos solidários, nas regiões;

3. Capacitar de 94 a 142 membros dos grupos produtivos solidários para a gestão dos recursos acessados (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ, 2008, p. 9)

A seguir quadros com os critérios definidos para tomada de empréstimo e itens da planilha de custos:

Quadro 16 – Critérios para empréstimos junto ao FMS

FORMAS DE EMPRESTIMO	CRITÉRIOS
Valor mínimo (R\$500,00 a 1.000,00)	Para quaisquer necessidades do grupo, custeio ou capital. Carência de dois a seis meses; parcelado em duas vezes. Nos casos das “atividades agrícolas relacionadas a investimento na produção e transformação” carência de até 10 meses.
Valor médio (2.500,00)	Contemplar, no mínimo, 60% de investimento e restante (40%), referente a custeio, aplicado em material de consumo e custos operacionais de produção, transformação e comercialização. Carência de seis a doze meses, parcelado em até quatro vezes.
Valor máximo (5.000,00)	Contemplar, no mínimo, 60% de investimento e o restante (40%), referente a custeio, aplicado em material de consumo e custos operacionais de produção, transformação e comercialização. Carência de seis a doze meses, parcelado em até quatro vezes.

Fonte: ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ, 2008.

Quadro 17 – Itens da planilha de custo do FMS

DESCRIÇÃO	BNB/ CONTRAPARTIDA
1. Tomada pelos grupos produtivos	BNB
2. Recursos Humanos	CONTRAPARTIDA
Coordenador	
Coordenador Adjunto	
Estagiário	BNB
3. Oficinas de capacitação	
Gestão produtiva e Comercialização	
Planejamento estratégico	
4. Viagens – Acompanhamento técnico	
5. Consumo (papel, tinta, caneta, xerox, telefone...)	
6. Infraestrutura	CONTRAPARTIDA
Sala, computador, impressora	

Fonte: ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ, 2008

As atividades previstas foram: sensibilização e mobilização, avaliação de propostas, implementação do fundo solidário, realização de oficinas, assessoria técnica e gestão financeira do fundo.

Os valores reembolsados seriam para constituir o Fundo Solidário Estadual. O prazo máximo de devolução dos recursos era de 12 meses. As devoluções não sofreriam acréscimo de juros, salvo em situação de atraso.

A Tijupá foi contemplada em seu projeto e chegou a lançar 2 editais, atendendo 13 grupos; sua abrangência é estadual, mas enfrentou um problema de desvio do recurso por parte de um componente de um grupo, deixando sua organização sem condições de novo empréstimo, ao mesmo tempo em que desmobilizou a dinâmica do fundo. Além disso, a entidade se deparou com uma realidade burocrática totalmente inadequada aos grupos de trabalhadores associados, na zona rural do estado do Maranhão. Abaixo, Quadro 18, dos grupos contemplados pelo Fundo Maranhão Solidário e respectivas demandas:

Quadro 18 – Grupos contemplados pelo Fundo Maranhão Solidário

Nº	Grupos Produtivo Solidário	Município	Itens financiados
1	FRUTA SÃ IND. COM. E EXP.	Carolina	Embalagens para produtos oriundos da unidade agroindustrial de processamento de frutas
2	COOPERCAMPOS (Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras do Município de Olinda Nova do Maranhão)	Olinda Nova	Aquisição de equipamentos e intercambio entre agricultores/as com experiências exitosas
3	NB ARTE (Associação Vamos – NB ARTE)	Bacabal	Matéria –prima para trabalhos em artesanato: vidros, sementes, crochê, biscuits e costura
4	AEFAGT (Associação Escola Família Agrícola Guajara de Turilândia)	Turilândia	Materiais e insumos para melhoria de aviários para incrementar
5	GPAT (Grupo de Produtores de Artes Turilandenses)	Turilândia	Tecidos e Linhas para produção de roupas
6	Mensageiros de Cristo	Turilândia	Matéria –prima para atividade de panificação e capacitação para os jovens envolvidos/as
7	AAAPJ (Associação de Apicultores de Presidente Juscelino)	Presidente Juscelino	Construção de ponto de venda na sede do município
8	Grupo de Mulheres Extrativistas de Boa Vista	Presidente Juscelino	Construção de galpão para funcionamento da agroindústria de extração de óleo de andiroba
9	AGJCC (Associação de Grupo de Jovens a Caminho da Caridade)	Codó	Insumos para a produção de roupas e da unidade de serigrafia

10	Comunidade Quilombola Santo Antônio	Penalva	Equipamentos e insumos para implementação de campo agrícola
11	Grupo de Apicultores de Curimatá	Rosário	EPIs e ampliação de apiários do grupo de apicultores/as
12	Uruçu Mel	Rosário	Confecção de colmeias e investimento em estrutura para melhoria dos meliponários
13	Mãos a Fio	Presidente Juscelino	Matéria – prima para atividade de artesanato em palha

Fonte: Associação Agroecológica Tijupá, 2008

Em entrevista concedida por Carlos Bonfim⁵² (coordenador técnico do Projeto Fundo Maranhão Solidário), identificou-se que para esse fundo não houve devolução, ainda, e foram apontadas algumas dificuldades, que revelam problemas estruturais, limitadores da metodologia peculiar dos FRS:

Não houve devolução de recurso, mas houve a tentativa de devolução. A dificuldade inicial que teve logo de cara é quanto à execução do cronograma de desembolso; houve demora na execução do recurso. Houve várias causas, tendo haver com a própria natureza da atividade. Teve um projeto que ficou aguardando o MAPA para liberar o selo, já que o projeto era só de embalagem, essa embalagem precisava do SIF e o MAPA atrasou mais de um ano e meio a dois anos para entregar o SIF; nesse período o recurso ficou lá parado. Eles não tinham como utilizar o recurso por conta da embalagem. Ao mesmo tempo, o fundo não tinha capacidade operacional administrativa, para estar acompanhando esses processos *in loco*, para acompanhar a dinâmica da execução do recurso. O projeto pediu logo a prestação de contas, para verificar se não tinha nenhum problema, a nota teria que ser em nome da Tijupá; o problema é, principalmente para emissão de nota de pessoa física. Por exemplo, o pessoal ia confeccionar caixa de produção de abelha (apicultura e meliponicultura); nenhuma marcenaria no interior emite nota; não tem CNPJ, qual alternativa que restava: nota de pessoa física, tendo que pagar nota avulsa nas prefeituras. Isso daí gerava outro problema: o cara tinha que ter NIT ou PIS e eles não têm isso. É uma dificuldade operacional enorme. É um projeto pensado para ser realizado na zona urbana. Os interiores daqui não têm estrutura nenhuma; tudo funciona na ilegalidade, mesmo. Então aplicar a execução de forma fragmentada como o projeto propunha, é quase inexecutável; a dificuldade é muito grande. Se for um negócio urbano, beleza, aqui tem tudo em termos de nota, mas lá no interior é muito difícil. Por isso que alguns grupos nem quiseram tomar o empréstimo; são vários problemas. Eu tô te dando um pequeno exemplo⁵³ (informação verbal).

Verifica-se, através do Fundo Maranhão Solidário, que os problemas estruturais, na perspectiva de ampliação de crédito para os trabalhadores de baixa renda, são muito maiores e mais complexos, que simplesmente aumento do recurso, porque passam pela

⁵² BONFIM, Carlos. **Entrevista IX**. [jun. 2013]. São Luís, 2013.

⁵³ Meliponicultura – criação racional de abelhas sem ferrão (abelhas nativas)

SIF- Serviço de Inspeção Federal

MAPA – Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento

NIT – Número de Identificação do Trabalhador (equivalente ao PIS/PASEP, mas como contribuinte individual)

PIS - Programa de Integração Social

composição de um arcabouço de políticas específicas, para esses segmentos. Um dilema se apresenta: possibilitar a esses grupos alcance das exigências burocráticas e padronizadas de produção e comercialização, e, ao mesmo tempo, flexibilizar esses padrões, com vistas a atender as especificidades desses trabalhadores marginalizados a curto prazo.

Esse dilema se acirra na medida em que se pretende estender o espaço econômico do trabalho associado, predominantemente originado de trabalhadores de baixa renda, em realidades tão adversas, como as existentes na zona rural do Maranhão. Os entraves apresentam-se muito maiores que a incidência do fundo e sua metodologia, limitando o seu poder de alcance, como aconteceu com o Fundo Maranhão Solidário. Nesse sentido Carlos Bonfim considera

que a forma que o Fórum pensou foi a melhor, porém ela não foi colocada em prática: a gente pensou num modelo de apoio, chamado núcleo técnico; esse núcleo técnico era um grupo de pessoas de entidades em cada região, acompanhando os grupos produtivos apoiados, parceiros daquelas organizações. Garantindo o apoio na ponta, de forma mais próxima [...] Mas esse fundo é paradoxal. Vamos analisar: o governo passa recurso para um fórum estadual, que vai gerenciar esse recurso, para apoiar grupos que estão na ponta. O fórum dispõe uma proponente que possa através do seu CNPJ acessar o recurso; a entidade é vista como uma organização que já tem o recurso necessário do ponto de vista operacional, como proponente e é disponibilizado pouquíssimo recurso para as atividades administrativas; despesas como água, luz, telefone; os grupos também não podem. Os fundos solidários precisam de uma legislação específica. Até agora tem apenas uma regulamentação de moeda social e do microcrédito. A maioria dos grupos não tem estrutura administrativa [...]. O campo ecosol vem lutando pelo reconhecimento da forma como os grupos trabalham (de forma associada); o Estado precisa reconhecer as suas especificidades (questão tributária, reconhecimento de formas associativas; uma legislação que reconhecesse os grupos como eles são). Acho que tem que formalizar mesmo, mas buscar formas de formalizar quem não é ainda, em estágios, com uma estrutura de incubação. Não adianta formalizar um grupo informal que está começando sem as condições (administrativas, de gestão...). Esse pessoal tinha que ser subsidiado pelo governo. Os repasses dos fundos deveriam ser menos burocráticos, com controle social; com tributação adequada, que onere menos as organizações (informação verbal).

As questões acima reafirmam a necessidade de uma política adequada de acesso ao crédito produtivo popular, que reforce uma rede integrada do recurso e instituições públicas. Instigam a possibilidade do gerenciamento administrativo do recurso público ser efetivado no próprio serviço público, mas com gestão política dos trabalhadores associados.

Essa alternativa, às demandas administrativas, poderia desencadear ações mais efetivas da política pública para o trabalho associado e seu crédito, inclusive na identificação dos problemas de infraestrutura e legislação inadequadas, agregando recursos e novas concepções e desenvolvimento.

Figura 6 – Reunião da coordenação do FEESMA



Fonte: FERREIRA, Nilce Cardoso, 2013

Para que essa proposta se concretize, no entanto, é mister uma revisão metodológica das práticas de assessoria e resultados objetivados na formação dos técnicos e das metas vislumbradas pelas políticas públicas. A metodologia participativa e autogestionária, dos fundos e dos grupos de trabalhadores associados, precisaria ser predominante, mas essa é uma contradição no Estado capitalista. Sobre esse dilema ou contradição, Nascimento, considerando as reflexões de Lefebvre, sobre autogestão e discorre:

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado: “Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado. Para se generalizar, para se transformar em sistema, em escala de toda a sociedade (unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores) a autogestão não pode evitar o choque com o sistema estatal-político, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal. O Estado da autogestão, isto é o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser um tipo: um estado em extinção. A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: Como meio de luta, abrindo caminho, e como meio de reorganização da sociedade, transformação de baixo para cima da vida cotidiana e do Estado (NASCIMENTO, 2008, p. 32).

A reflexão de Nascimento se articula com exigência de mudança de foco da política pública, dominada pela lógica do capital, onde muitas ações são desenvolvidas em forma de programas, mas sem uma efetiva política pública, que contribua para alteração do *status quo*. O volume de recursos aplicados para a economia solidária é irrisório. Essa constatação é reforçada na fala de Luciene Martins (Chefe do Núcleo de Economia Solidária da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego do Maranhão):

A superintendência do trabalho, na sua estrutura, contempla o núcleo de economia solidária que fomenta, apóia e supervisiona as políticas públicas da economia solidária desenvolvidas no estado do Maranhão, através da SENAES, no âmbito do

Ministério do Trabalho e Emprego. Foi criada uma chefia, porque, no Ministério do Trabalho, dependendo do estado, da região, as superintendências são divididas em três níveis, nível 1, 2 e 3. No nível 1 e 2, eles são sessões da economia solidária; nas superintendências de nível 3, são as que têm o menor poder político e estrutural, é núcleo. Inclusive, funciona de maneira muito precária e a gente já vem lutando, em nível de Brasil, pra transformar todos os núcleos em sessões, porque elas têm mais estrutura, inclusive esse núcleo de economia solidária, às vezes, na maior parte dos estados funciona apenas com o chefe, que é o caso do Maranhão. Além da falta de pessoal, também estamos com a dificuldade de estrutura. Os recursos são poucos para a gente se deslocar; é difícil a gente se deslocar para o interior do estado. A gente acompanha muito mais aqui na ilha de São Luís, é mais fácil disponibilizar um carro, ou a gente vai num carro particular mesmo. Nós articulamos um trabalho de atuação junto à SENAES e ao Fórum de Economia Solidária. Falta recurso para a SENAES desenvolver políticas nos municípios, junto às prefeituras, despertando o interesse do poder público municipal, para que possa fomentar grupos de economia solidária nos municípios. As pessoas precisam entender o que é de fato a economia solidária; muitas vezes as pessoas trabalham com isso, mas não sabem. Às vezes praticam o formato associativo, mas sem trabalhar outros princípios, como o respeito à questão de gênero, a preocupação ambiental, uma maior consciência de cooperação. Dentro do próprio Ministério do Trabalho falta muita consciência e conhecimento sobre a economia solidária [...] A gente precisa avançar muito e o Ministério do Trabalho precisa contribuir dando subsídios para que a própria superintendência possa sair das quatro paredes (informação verbal).⁵⁴

O baixo recurso da SENAES reflete o baixo nível de prioridade da política da economia solidária, que se mantém em programas vulneráveis, garantidos pontualmente e à base de trabalho voluntário.

A falta de política efetiva, para a economia solidária, refletiu nas dificuldades encontradas pelo Fundo Maranhão Solidário, que se propôs mais abrangente, em termos de acesso e volume de recurso, por parte dos trabalhadores associados.

Os grupos, de trabalho associado, compõem um segmento da classe trabalhadora muito vulnerável e bastante significativo. Sua organização é um processo concreto e pode contribuir, como contraponto, ao sistema vigente ou funcionalidade estratégica, a depender das prioridades e articulações, a eles incorporadas.

Nas práticas da chamada economia solidária e dos FRS, com sua metodologia participativa, ampliam-se as possibilidades de protagonismo, releitura social e política, enquanto sujeitos mais ativos e trabalhadores organizados.

Nesse sentido, Santos (2006, p. 221) nos lembra que

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva. Diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos. Trata-se, para

⁵⁴ MARTINS, Luciene. **Entrevista X**. [abr. 2013]. São Luís, 2013.

eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer - carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar.

Assim, a metodologia participativa aponta para uma “práxis libertadora” (SANTOS, 2006, p. 222), que deve considerar a capacidade crítica dos sujeitos denominados pobres, mas que no contexto do modo de produção são da classe trabalhadora, e, como trabalhadores podem afirmar sua identidade, para a disputa do recurso institucional, gerido pelo Estado.

Buscando vislumbrar esse nível de consciência crítica nas práticas coletivas do trabalho associado, identificamos 2 grupos em São Luís (Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina e Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga). Objetivamos uma melhor identificação dos limites existentes no acesso ao crédito, a partir da visão do grupo e, também, da apropriação dos grupos sobre a proposta.

O Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina surgiu em 2001 e desenvolvem a atividade de produção de brinquedos pedagógicos, com sobras das marcenarias, pet, papelão, tampas de tubos de creme dental etc, também constroem o que denominam parques ecológicos em espaços comunitários, aproveitando pneus, sobras de madeira. Trabalham com oficinas de produção de brinquedos e formação de brinquedistas⁵⁵.

Apesar de possuir um espaço, denominado pelo grupo de fábrica (na comunidade Zumbi, em Paço do Lumiar – MA) e desenvolverem muitas atividades na comunidade, não possuem rendimento fixo e trabalham por encomenda.

A associada Maria Luiza Mendes informou que os objetivos do grupo são geração de renda e melhoria na qualidade de vida das associadas e da comunidade. Suas reuniões e tomadas de decisão se dão em função das encomendas existentes. O grupo participa da coordenação do FEESMA (informação verbal).

A seguir um quadro com as dificuldades e demandas do grupo, identificadas por Maria Luiza Mendes:

⁵⁵ Pessoas para interagir com crianças, através de brincadeiras nas residências e aniversários infantis.

Quadro 19 – Dificuldades e expectativas do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina

DIFICULDADES	EXPECTATIVAS
Pouco retorno financeiro para as associadas	Garantir uma oferta sistemática dos produtos e serviços
Falta de financiamento para maquinário novo e manutenção	Políticas de financiamento e investimento nas organizações de economia solidária
Pouca disponibilidade de tempo das associadas	Melhora na renda, a partir do aumento da produção
Distância da fábrica e difícil	Melhoria do acesso e oferta de transporte
Falta oferta sistemática	Assessoria para gestão e comercialização
Problemas de gestão	

Fonte: Entrevista de Maria Luiza Mendes, 2013.

A entrevistada reforçou que “se tivesse uma produção regular, as associadas conseguiriam garantir 1 salário mínimo mensal”. Questionada sobre o acesso ao FMS, para o financiamento, Maria Luiza Mendes informou que, mesmo o grupo sendo da coordenação do FEESMA

Em se tratando de fundos, temos muito receio de acessar. Sabe-se que é uma possibilidade melhor de financiamento, que os outros empréstimos de mercado, mas há um temor dentro do grupo de se comprometer, com empréstimo, por isso preferiu não tirar, por medo de ficar endividado. O fundo poderia incrementar nossa produção, mas sem organização da gestão, produção e comercialização, não tem condições de tomar empréstimo. O FEESMA precisa apropriar melhor os grupos, para que entendam melhor; simplificar mais, ainda, a linguagem, para aumentar o acesso ao fundo (informação verbal)⁵⁶.

Sobre as demandas de políticas públicas, Maria Luiza Mendes fez a seguinte reflexão

Como o governo investe no agronegócio, salva banco, deveria fazer um investimento real na economia solidária, sem ser uma esmola, garantindo facilidade de acesso à maquinaria, isenção de impostos, par a regularização; uma política diferenciada de encargos, se a lei nacional de economia solidária não tiver tanta emenda que descaracterize a proposta inicial. A gente não quer ser confundido com o microempresário. O governo inventa Super Simples, Microempreendedor individual e algumas pessoas vão buscar para garantir a venda, mas nós somos cooperativa, trabalhado coletivo. Não existe uma legislação adequada que ajude na consolidação da nossa atividade (informação verbal).

Outro grupo identificado, em São Luís, que não tomou empréstimo foi a Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga, no bairro do Coroado. Silvana Barbosa e Márcia Pereira, coordenadoras do grupo, ressaltaram que o objetivo do grupo é a “geração de renda e consciência ambiental, através da coleta seletiva” e preferem ser identificadas como educadoras ambientais.

⁵⁶ MENDES, Maria Luiza. **Entrevista XI**. [abr. 2013]. São Luís, 2013.

As principais dificuldades do grupo, destacadas pelas entrevistadas, foram: falta de capital de giro; desarticulação das associadas, em função da expectativa imediata de renda; renda baixa; falta de um espaço (galpão), veículo e equipamentos de reciclagem; dependência do atravessador (entre coleta e reciclagem); estigma do trabalho com lixo (vergonha de algumas pessoas). Os avanços foram: incremento na renda; consciência ambiental e mobilização da comunidade, com campanhas e cursos de formação.

Sobre as perspectivas do grupo, Silvana Barbosa relatou:

Temos um sonho ainda não concretizado, mas a gente tem certeza que quando tiver o mínimo de estrutura nós vamos mostrar para as pessoas a viabilidade desse projeto; a viabilidade financeira, política e ambiental. Quando você discute meio ambiente, você discute tudo; como as questões relativas à melhoria do bairro. As pessoas é que ainda não perceberam a importância de tá trabalhando essa temática, mas ela é viável; só não temos a estrutura adequada. A nossa maior dificuldade é com os encargos e a burocracia, é muito caro para nós estar em dias com as obrigações burocráticas exigidas; é muito caro para nossa realidade; são as certidões, a documentação enfim (informação verbal).⁵⁷

Reforçando esse caráter comunitário, Márcia Pereira afirmou que

se outras comunidades olharem nosso projeto dando certo, vão surgir outras iniciativas, porque também gera renda para a comunidade, com formação política para a juventude, em relação aos direitos. A gente pretende transformar nossa cooperativa em referência para trabalho com a comunidade (informação verbal).⁵⁸

O grupo tomou conhecimento do FMS, mas teve receio de não ter condições de pagar, por isso preferiu não apresentar proposta, mantendo-se cuidadoso, quanto à tomada de empréstimos, inclusive, porque coloca como foco principal a organização comunitária, acima da econômica. Nesse sentido, Silvana Barbosa relatou:

A gente não quer perder o foco da luta social e comunitária. Talvez até por isso a gente tem receio de tá buscando recurso, que às vezes são atrelados a uma visão mais capitalista e a gente quer um outro modelo econômico, onde as pessoas possam ser vistas como gente, como igual e que elas sejam tratadas de forma mais humana e que essa relação ambiental seja mais justa; onde as pessoas possam viver de acordo com sua cultura, de acordo com seu modo de ser: negro, índio... É isso que a gente luta dentro da nossa organização. Por isso nós vislumbramos esse modelo de cooperativa, que é um modelo que sugere isso. Ele sugere a democracia, a igualdade, o respeito à diversidade e é isso que a gente pretende (informação verbal).

Nos dois grupos identificados, percebe-se que há uma cautela quanto aos financiamentos, inclusive porque o que prevalece é o parâmetro do mercado financeiro, dos juros altos e endividamento. Assim, sendo, percebe-se que o FMS não conseguiu divulgar,

⁵⁷ BARBOSA, Silvana. **Entrevista XII**. abr. 2013]. São Luís, 2013.

⁵⁸ PEREIRA, Márcia. **Entrevista XIII**. [abr. 2013]. São Luís, 2013.

mais amplamente, sua metodologia diferenciada de crédito. Essa limitação, também, se articula com as dificuldades, anteriormente relatadas por Carlos Bonfim, do ponto de vista da estrutura administrativa e legislativa.

A experiência do FMS tem a mesma metodologia utilizada pela Cáritas Brasileira, que garantiu a formação de vários fundos comunitários, como aqueles existentes em Codó (MA). Apresenta-se, no entanto, com uma pretensão maior de abrangência, pretensão que se deparou, entre outros fatores, com a limitação estrutural.

As dificuldades identificadas, no entanto, não parecem inviabilizar o mérito da proposta, que é garantir melhores condições de trabalho para os grupos, ampliando sua intervenção no mercado e os princípios da economia solidária. Ampliar o investimento público apresenta-se, então, como um grande desafio.

Apresenta-se, também, para as organizações de vanguarda, dos trabalhadores, o desafio de entenderem esse movimento concreto do trabalho associado, que se organiza a partir de necessidades materiais e objetivas e que podem avançar numa perspectiva utópica, do ponto de vista da construção do novo, do ainda não realizado, com construção coletiva e participativa.

Em resgate à fala de Maria Luiza Mendes, do Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, os FRS não são uma esmola e trazem dois aspectos relevantes: o protagonismo dos trabalhadores e a disputa classista do Estado, por investimento público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Fundos Rotativos Solidários não são uma experiência nova; têm sua origem desde as primeiras formas associativas de trabalho, como forma de poupança coletiva, sem necessariamente, apresentar um caráter revolucionário, do ponto de vista sistêmico.

O trabalho associado, também, não é uma novidade, nem uma construção original do século XX, ou no território nacional brasileiro. Nos últimos anos, no entanto, o movimento de economia solidária tem avançado e se destacado no Brasil, em particular nos anos 1990, resgatando a proposta associativa, com base econômica, mas não só: também apresenta fundamentos de organização política, num processo de produção diferenciado, considerando discussões de movimentos como o Fórum Social Mundial, que articulam desenvolvimento, meio ambiente, gênero, etnia etc.

Os fundos, que possuem uma metodologia definida a partir da cooperação e autogestão, apresentam-se como mecanismo propulsor dos grupos de trabalho associado, que em sua maioria, têm condições precárias de infraestrutura e de trabalho.

A constatação dessa precariedade, nos grupos de trabalho associado, incita duas análises, não convergentes.

Uma análise considera que se trata de retrocesso e, mais que funcionalidade ao capitalismo, um desmobilizador dos trabalhadores, como instrumento apaziguador dos conflitos, e que consiste numa ilusão reformista e sem possibilidades reais no modo de produção vigente, impondo aos trabalhadores um nível elevado de autoexploração e redução de custos aos capitalistas. Essa análise se fundamenta, inclusive, na realidade da maioria dos grupos: a renda é baixa; a estrutura é insuficiente; muitos têm jornada de trabalho elevada e não possuem garantias trabalhistas. Paralelamente, ainda, existem falsas cooperativas de trabalho, sendo formadas, especificamente, para minimizar encargos trabalhistas do grande capital.

A outra análise, mesmo reconhecendo as precariedades existentes, na economia solidária, prende-se ao mérito da proposta, enquanto alternativa. Num primeiro momento para os trabalhadores excluídos do mercado formal de emprego e, num segundo momento, na construção de propostas e definição de princípios, para a consolidação de um modo de produção diferente do capitalismo.

Percebe-se que há (seja no mapeamento oficial, de organismos como a SENAES, seja na pesquisa *in loco*), uma grande distância entre as propostas e as práticas e, por conseguinte, dos resultados. Contudo, apesar da restrição de investimento e políticas de

Estado, a existência de várias e crescentes experiências de economia solidária, de práticas associativas e de cooperativismo solidário tem contribuído para a gestão da qualidade de vida de populações de baixa renda, tanto na zona rural como urbana.

Diante disso é que proposições como os FRS ganham relevância, porque demandam investimento para além de ações governamentais emergenciais e podem se expandir, ampliando a organização dos trabalhadores, em geral, a partir da formação de redes locais e, inclusive internacionais, do ponto de vista da organização classista e dos princípios definidos pelo movimento, polarizando uma disputa com o capital, pelo investimento estatal.

A viabilidade dos fundos rotativos solidários, como instrumentos impulsionadores e fortalecedores da lógica produtiva solidária, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, depende, também, do nível de investimento direto realizado pelo Estado, porque sua sustentabilidade e ampliação demandam novas inversões, que não são suficientes apenas com a poupança dos associados, haja vista sua renda baixa.

Não obstante a limitação da renda, muitas experiências de Fundos Rotativos Solidários têm se expandido, com poupanças comunitárias e financiamentos de instituições religiosas, como aquelas existentes em Codó (MA), com prática embrionária de autogestão, avançando em níveis de organização coletiva, do ponto de vista econômico e político, por meio do processo associado de produção, comercialização e consumo, além das mobilizações em reuniões e formação com práticas da educação popular e melhoria da sua estrutura produtiva.

As finanças solidárias, todavia, têm, ainda, um caráter restrito, diante do mercado financeiro e, inclusive, no contexto do microcrédito, que avança numa perspectiva individual e dos fundamentos empresariais capitalistas, fortalecendo os ganhos do capital transnacional.

Para que os FRS possam sair de experiências isoladas e se ampliem numa economia de mercado, é indispensável uma política de Estado mais incisiva, em termos de investimento e com respaldo legal, junto ao sistema financeiro formal.

A existência de programas, como o PAPPS do Banco do Nordeste, contribui para o avanço dos fundos, mas a descontinuidade mantém as restrições às políticas de crédito solidário, que seriam fundamentais para garantir melhorias estruturantes demandadas pelo movimento de economia solidária.

As práticas crescentes, de fundos solidários, junto aos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, visam a autogestão; e mesmo, ainda num formato tímido, com avanços pontuais, têm avançado no protagonismo desses trabalhadores e podem evoluir na consciência de classe, na medida em que sua organização de trabalho aglutinar outras formas

de enfrentamento à subordinação ao capital, como o próprio movimento sindical, que pode se fortalecer pela diminuição do exército de reserva da força de trabalho, que os trabalhadores associados podem propiciar, além das concepções de consumo, relação com a natureza e relações sociais diferenciadas, definidas por seu movimento, como princípios.

A relevância dos fundos, enquanto impulsionadores dos grupos de trabalho associado, apresenta-se, também, diante dos ajustes das reestruturações produtivas do sistema capitalista, em particular a partir da década de 1990, constituindo-se em alternativa concreta de possibilidade de renda, com geração e manutenção de postos de trabalho, seja pela formação de novos grupos, seja pela recuperação de empresas.

Essa proposta pode estagnar em sua proposição revolucionária ou avançar, dependendo das organizações e forças que se incorporarem ao movimento. Os resultados estão em processo de construção, e os sujeitos são, predominantemente, os trabalhadores mais vulneráveis. Muitos são os desafios, entre eles o de quebrar a “barreira invisível” entre esses trabalhadores e aqueles assalariados, diminuindo a concorrência e somando forças na construção de alternativas para sua efetiva emancipação.

Os fundos, assim como a economia solidária, apresentam-se a partir de uma realidade concreta e ações concretas, e fortalecem, também, uma visão de desenvolvimento local, de forma sustentável.

Enfim, em função de sua metodologia autogestionária, os FRS se constituem, então, como o instrumento mais adequado de acesso ao crédito, para os grupos de economia solidária, porque propiciam, sua ampliação e melhoria de condições produtivas e organizacionais objetivas; de forma ainda restrita, mas com um potencial de crescimento, a depender, principalmente, do nível de mobilização que os trabalhadores puderem garantir, na intervenção das prioridades do investimento público.

REFERÊNCIAS

- AMAZÔNIA. 2012. Suzano Papel e Celulose S/A é obrigada a paralisar obra nociva ao meio ambiente. Disponível em: < <http://amazonia.org.br/2012/03/suzano-papel-e-celulose-sa-%C3%A9-obrigada-a-paralisar-obra-nociva-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **Estado, poder local e organizações populares no nordeste (1978-1985)**. In: BARREIRA, Irllys Alencar F. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do Nascimento (org). *Brasil: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza, CE: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993. p. 33-47.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus o trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho**. 4 ed. São Paulo: Cortez editora, 1997.
- ASSIS, Carlos de. 2005. **A dívida pública e suas múltiplas faces**. Disponível em: <<http://www.desempregozero.org.br>>. Acesso em: 11 dez. 2005.
- ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ. Projeto Fundo Maranhão Solidário. São Luís, 2008.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2013a. **Indicadores econômicos Consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 24 jan. 2013.
- _____. 2012. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?spread>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- _____. 2011. **Relatório de Inclusão Financeira**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2011.pdf>> . Acesso em 15 set. 2013.
- _____. 2013b. **Reservas internacionais**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?rp20130123>>. Acesso em: 24 jan. 2013.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Crediamigo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/>. Acesso em: 25 set. 2013.
- BANCO PALMAS. 2007. **Moeda Social**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/23739>>. Acesso em: 01 out. 2013.
- BARBOSA, Juscilene. **Entrevista I**. [mar. 2013]. São Luís, 2013.
- BARBOSA, Silvana. **Entrevista XII**. abr. 2013]. 2013.
- BARONE, Francisco Marcelo; DANTAS, Valdi; LIMA, Paulo Fernando; Rezende, Valéria. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65p.
- BENINI, Édi A. DAGNINO, Renato. FARIA, Mauricio Sardá de. NOVAES, Henrique T. (Orgs) **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. Vol 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BERNARTT, Maria de Lourdes. **Desenvolvimento e educação no Brasil**: recomendações da CEPAL e de organismos internacionais. In: AREND, Silvio Cezar. ETGES, Virgínia Elisabeta (orgs). CEPAL: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

BERTUCCI, Ademar de Andrade. SILVA, Roberto Marinho Alves da (orgs). **20 anos de economia popular solidária** Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo 1998.

BONFIM, Carlos. **Entrevista IX**. [jun. 2013]. São Luís, 2013.

BORGES, Arleth Santos; COSTA, Cândida da; SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Vidas ameaças**: Indicadores da Violação de Direitos de Crianças e Adolescentes no Maranhão de 1991 a 1998. São Luís: CDMP, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.735, de 11 de Setembro de 2003. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2003, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.735.htm#art1> . Acesso em 01 set. 2013.

_____. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm#art11> . Acesso em: 10 set. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento. **Comércio exterior** – estatísticas do comércio exterior–Balança Comercial: Unidades da Federação. 2012a. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em 25 jan. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento. **Comércio exterior** – estatísticas do comércio exterior – Balança Comercial: Dados Consolidados. 2012b. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>>. Acesso em 25 jan. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento. **Comércio exterior** – estatísticas do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: mensal. 2013a. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em 10 fev. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária**. 2007a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/Empreendimen-toResumoNacional.asp>>. Acesso em 02 mar. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária**. 2007b. <Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em 01 set 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **I Conferência Nacional de Economia Solidária: economia solidária como estratégia de desenvolvimento** (documentos). Brasília: 2006.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego.. **Economia Solidária**. Programas e Ações. 2013b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/fomento-a-financas-solidarias-com-base-em-bancos-comunitarios-e-fundos-solidarios.htm>> . Acesso em 14 set. 2013.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes; Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORONATO, Marcos; FUCS, José. Muhammad Yunus: “Dar dinheiro para os pobres mascara a miséria” . Pensamento Nacional das Bases Empresariais. 2013. São Paulo. Disponível em: <<http://www.pnbe.org.br/muhammad-yunus-dar-dinheiro-para-os-pobres-mascara-a-miseria.html>> . Acesso em: 18 set. 2013.

CARITAS BRASILEIRA. **Relatório de Gestão: Gestão do Instrumento**. São Luís, 2012a.

_____. **Sistematização de experiências e fundos solidários** [2012b]. Projeto de apoio as finanças solidárias com base na organização de fundos solidários. Brasília, 2012b.

COGGIOLA, Osvaldo. A agonia da tradição crítica brasileira e latino-americana. Artigos. **Crítica Marxista**. 20. Local, 2005. Artigos. Campinas. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo113critica20-A-coggiola.pdf> . Acesso em 29 set. 2013.

COSTA, Luciana Maria da. **O Microcrédito e a Geração de Emprego e Renda no Norte de Minas: Ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste**. 2001. 137f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.

COUTINHO, Joana Aparecida. **ONGs e Políticas neoliberais no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 2004. 241f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2004.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, Renato. Um Estado para a Economia Solidária: o uso do poder de compra do Estado. In: BENINI, Édi A; DAGNINO, Renato. FARIA, Mauricio Sardá de; NOVAES, Henrique T. (Orgs). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. v. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DAGNINO, Renato; DIAS, Rafael. Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta.. In: BENINI, Édi A; DAGNINO, Renato. FARIA, Mauricio Sardá de; NOVAES, Henrique T. (Orgs). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. v. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 9 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1987.

DOWBOR, Ladislau. O uso inteligente do crédito. In: **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. Instituto Palmas (Org.): A9 Editora, v. 1. p. 25-33, 2013

ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. VII, 2011. São Paulo: **A experiência de Fomento Público a Fundos Rotativos Solidários no Nordeste: o caso da Rede Bodega**. Núcleo de Economia Solidária. USP, 2011. 19 p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

EVANS, Peter; TIGRE, Christina Bastos (trad.). **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. 404 p.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil**. Brasília, 2006.

_____. **IV plenária nacional de economia solidária: relatório final**. Brasília, 2008.

_____. **V plenária nacional de economia solidária: relatório final**. Brasília, 2012.

_____. [2010]. Sobre o FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>
Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. [2011a]. Carta de Princípios da Economia Solidária.. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>
Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. [2011b]. **Campanha pela lei da economia solidária**. Disponível em:
<<http://cirandas.net/leidaecosol/texto-da-lei>> Acesso em: 02 mar. 2013.

_____. [2011c]. **PL 865 e a política de economia solidária**. Disponível em:
<<http://cirandas.net/pl865>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

FOURASTIÉ, Jean. **A produtividade**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1990.

FREITAS, César Augustus Labre Lemos de; DEUS, João Batista de. **Trabalho no Lixo: existe relação entre precarização das condições sociais de existência da classe trabalhadora e formação de um novo lumpemproletariado urbano? IX Jornada do trabalho. Dinâmica Territorial do Trabalho no século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a**

sociedade para além do capital. 2008. Catalão: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/IXJornada/cesarlabre.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2013.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. **Projeto Fundos Solidários do Nordeste**. Brasília, 2010.

_____. **Seminário Estadual de Fundos Solidários do Maranhão**. Brasília, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. In Economia Solidária v. 1. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em 10 fev.2013.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986

_____. **Escritos políticos**. Vol. 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2013a. **Canais: Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=210330&search=maranhao|codo|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>>. Acesso em: 15 set.2013.

_____. 2008. **Economia: Pesquisa de inovação tecnológica 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/2008/tabelas_pdf/tab_1_1_03.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. 2013b. **Indicadores: Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/2013/pme_201301pubCompleta.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2013.

_____. **População: Censos demográficos. Censo 2010. Sinopse do Censo demográfico2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____.2012. **Séries Históricas e Estatísticas: Produto Interno Bruto. Valores Correntes 2012**. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN52&t=produto-interno-bruto-br-valores-correntes>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

JACKSON, J. Hampden. **Marx, Proudhon eo socialismo europeu**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1963.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. 1995. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/13596_lowy.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Bases 48, 1985.

_____. **Reforma Social ou revolução**. São Paulo: Global Editora, 1986.

MACHADO, Lucineth Cordeiro. **Entrevista VIII**. [Nov. 2012]. Codó, 2012.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius**: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão. Período 2006-2010**. São Luís: IMESC, 2010.

MARTINS, Antonio. **Entrevista VII**. [set. 2013]. Codó, 2013.

MARTINS, José. **Os limites do Irracional**: globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Editora Fio do Tempo. 1999.

MARTINS, Luciene. **Entrevista X**. [abr. 2013]. São Luís, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feurbach)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**: As Diferentes Questões. Editorial "Avante!" - Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm#r4>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Vol. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **Para a crítica da economia política**; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fontes; A economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982b.

MATTEI, Lauro. Breves Considerações Sobre a Globalização. In: **Encontro nacional de economia política**. São Paulo: Anais. Sociedade Brasileira de Economia Política, 1997.

MENDES, Maria Luiza. **Entrevista XI**. [abr. 2013]. São Luís, 2013.

MENEZES, Maria Thereza C.G. de. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A “nova” intervenção governamental, a dívida pública e o impasse no desenvolvimento regional da Amazônia brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, ago. 2010.

_____. **Expropriação dos recursos naturais e exclusão social na Amazônia brasileira na “era neoliberal”**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA 4. ; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2009, Niterói. Anais... UFF, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/eixo3edp.htm>> . Acesso em: 01 fev. 2013.

_____. **Impacto do avanço das commodities sobre produtores tradicionais na Amazônia brasileira.** [s.l.]. 2008. Disponível em: <<http://www.pdfio.com/k-278232.html>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica:** as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS, 2., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011a.

_____. **O desenvolvimento desigual da agricultura:** a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011b.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Marx: a teoria da alienação.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/29618174/Marx-A-Teoria-da-Alienacao-por-Istvan-Mezzaros-cap-1-Origens-do-Conceito-de-Alienacao>>. Acesso em 12 mar. 2013.

NARDI, Diego Nepomuceno; VIEIRA, Sinara Gumieri. 2012. **Recuperação de empresas por trabalhadores/as e economia solidária:** notas sobre um novo modelo de relações sociais de trabalho e de produção. Disponível em: <<http://www.fbcs.org.br/index.php>> . Acesso em 15 set. 2013.

NASCIMENTO, Claudio. 2008. **Autogestão:** Economia Solidária e Utopia. Outra Economia. Volumen II, nº 3 – 2º semestre. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1104>>. Acesso em 01 out. 2013.

BUENO, G. Nobel da Paz perde emprego em banco que criou. *Exame.com* [on line]. Abr. 2011. Mundo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/nobel-da-paz-perde-emprego-em-banco-que-criou>>. Acesso em 15 set. 2013.

PAGOTTO, Claudete. **Ajustes e Rupturas:** cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo. 2003. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2003.

_____. **Produção associada na era da precarização estrutural:** uma análise da atuação das cooperativas de trabalho. 2010. 149 p. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

PEREIRA, Márcia. **Entrevista XIII.** [abr. 2013]. São Luís, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais:** tradução de Francisco Silva: revisão Carlos Roberto F. Nogueira. 2 ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

ROCHA FILHO, Camilo Gomes da. **Entrevista IV.** [set. 2013]. São Luís, 2013.

ROCHA, José Carmelo da; COSTA, José Valdir de Sousa. **Fundo rotativo solidário:** instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. *Agriculturas* - v. 2 - nº 3 - out. de 2005.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Antonio Francisco. **Entrevista VI.** [set. 2013]. Codó, 2013.

SANTOS FILHO, Clarício dos. **Fundos Rotativos Solidários:** Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil. In Dowbor, Ladislau. Sachs, Ignacy. Lopes, Carlos (orgs). *Riscos e oportunidades em tempos de mudança.* Instituto Paulo Freire e Banco do Nordeste do Brasil. São Paulo, 2010.

_____. **Entrevista II.** [maio 2013]. São Luís, 2013.

_____. **Fundos Rotativos Solidários:** trajetórias, reconhecimento e visibilidade para uma política pública de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil. In Seminário Internacional de Economia Solidária. Fortaleza, 2011.

SANTOS FILHO, Milton (org). **Instabilidade Econômica:** moeda e finanças. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço. Técnicas e tempo.** Razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Ilse Gomes. **Entre o local e o nacional:** a “reforma” do aparelho do estado do Maranhão. *Caderno CRH Vol. 14. Nº 35. Jul/dez 2001.* Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=124&layout=abstract>> . Acesso em: 20 nov. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A questão urbana e a organização popular em São Luís.** São Luís: Comissão Justiça e Paz, v.1, jan., 1990, 30 p.

SILVA, Valdivino. **Entrevista V.**[jun 2013]. Codó, 2013.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. *As cooperativas de trabalho e as fraudes aos direitos dos trabalhadores.* Concurso de monografias do 19º ENAFIT. Campo Grande, 2001.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A economia solidária no Brasil:** a autogestão com resposta ao desemprego. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

_____. *A economia solidária no Governo Federal.* In: BENINI, Édi A; DAGNINO, Renato. FARIA, Mauricio Sardá de; NOVAES, Henrique T. (Orgs) **Gestão pública e sociedade:** fundamentos e políticas públicas da economia solidária. v. 1. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 407-412.

_____. **Economia política da Urbanização.** São Paulo: Editora Contexto, 2002a.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo. Editora Contexto, 2000.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SOUZA, Allanison. **Entrevista III**. [mar 2012]. São Luís, 2012.

SOUZA, Nilson Araújo de. **A longa agonia da dependência: Economia Brasileira Contemporânea (JK-FH)**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

UMAR, Badruddin. **A história do dr. Yunus e do Grameen Bank**. 2011. Disponível em: <http://resistir.info/financas/grameen_bank_p.html>. Acesso em: 10 set. 2013.

UNISOL BRASIL. **Missão e objetivos**. 2012. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/missao-e-objetivos-2/>>. Acesso em 03 mar. 2013.
WELLEN, Henrique. **Para a crítica da “Economia Solidária”**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

WIKIPÉDIA. **Roseana Sarney**. 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Roseana_Sarney>. Acesso em 02 maio. 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Autorização para Uso de Entrevistas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTAS

Eu, _____, portador/a do RG _____ e CPF _____, autorizo a utilização do meu nome no conteúdo da entrevista concedida à mestranda Nilce Cardoso Ferreira, do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL da UEMA, para a realização de sua pesquisa sobre **FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS PARA O TRABALHO ASSOCIADO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA DÉCADA DE 1990**: a experiência de Codó (MA), podendo ser usada parcial ou totalmente na elaboração de seu trabalho de Dissertação, bem como em toda e qualquer produção da pesquisadora, incluindo-se publicações. Por meio deste termo, fica facultado à pesquisadora o direito de ceder o uso da entrevista como fonte de pesquisa para outros estudiosos do tema.

_____, _____ de _____ de 2013.

Local e data

Assinatura

APÊNDICE B – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Nome	Órgão/Entidade/ Movimento	Cargo/Função	Mês/ano
Antonio Francisco	Grupo União da Associação dos Moradores e produtores Rurais de Mirindiba	Presidente	Set/2013
Valdivino Silva	Fundo de Fomento á Economia Solidária de Codó	Articulador	Jun/2013
Lucineth Machado	Cáritas Brasileira	Responsável pela linha de desenvolvimento sustentável e solidário	Nov/2012
Carlos Bonfim	Fundo Maranhão Solidário (Associação Agroecológica Tijupá)	Coordenador técnico	Jun/2013
Maria Luiza Mendes	Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina	Associada	Abr/2013
Silvana Costa	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga	Associada	Abril/2013
Márcia Pereira			
Luciene Martins	Superintendência Regional Trabalho e Emprego	Chefe do Núcleo de Economia Solidária	Abril/2013
Clarício dos Santos Filho	Banco do Nordeste do Brasil	Gerente de Produtos e Serviços	Mai/2013
Allanison José de Oliveira Souza		Gerente de microfinanças	Mar/2012
Camilo Rocha	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda (COOPEFORTE)	Delegado seccional	Set/2013
Juscilene Barbosa	Associação Loreto	Membro do Conselho Gestor/CFES	Mar/2013

ANEXOS

ANEXO A – Folder da Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Rio Bancanga

COOPERATIVA DE MULHERES TRABALHADORAS DA BACIA DO RIO BACANGA - COMTRABB

1- QUEM SOMOS:

Somos um grupo de mulheres que há mais de 30 anos militamos no movimento popular da área da Sub Bacia do Rio das Bicas. Ao longo destes 30 anos de lutas muito se conquistou, mas o movimento organizado não conseguiu evitar a poluição do Rio das Bicas e nem os lixões amontoados nas ruas que entopem os canais e córregos causando enchentes e doenças. Diante dessa realidade em 2007 um grupo de mulheres iniciaram um debate sobre o que fazer para mudar essa realidade, daí surgiu a proposta de uma cooperativa para trabalhar com coleta seletiva, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos e orgânicos. No trabalho de coleta, de casa em casa se faz geração de renda, sensibilização, mobilização e organização da comunidade na luta por melhores condições de vida. Em 08 de dezembro de 2008 a COMTRABB foi instituída.

2 - OBJETIVO:

A COMTRABB tem por objetivo principal promover a conservação e preservação do meio ambiente e a geração de renda

3 – VISÃO:

Envolver a comunidade no processo de coleta seletiva de tal forma que se torne uma prática rotineira e comprometida com um desenvolvimento justo, democrático e ambientalmente sustentável.

4 – MISSÃO: Sensibilizar a comunidade da importância da preservação do meio ambiente através da coleta seletiva de resíduos sólidos, orgânicos e educação ambiental.

4 - O QUE QUEREMOS:

- Inicialmente envolver diretamente as famílias, comerciantes e alunos da rede pública das proximidades do Rio das Bicas na coleta seletiva e aos poucos ampliando a área de atuação até cobrir toda a Bacia do Bacanga:

- Sensibilizar a comunidade através da coleta seletiva que atualmente não tem noção dos problemas ambientais que causam e suas consequências, além de mostrar os benefícios que a coleta seletiva proporciona.

- Tecer uma rede de parceiros doadores para a COMTRABB de materiais recicláveis descartados por empresas, comércio e órgãos públicos, tais como: papelão, pet, plástico filme, papéis (jornal, revista, rascunho, apara, etc.), pad, plástico de soro, chapa de raios-X e sacolas brancas.

5– NOSSAS METAS:

Curto prazo: Coletar diariamente no mínimo 170Kg de resíduos sólidos recicláveis;

Médio prazo: Popularizar a reutilização de resíduos sólidos e orgânicos;

Longo prazo: Estruturar a COMTRABB para reciclagem.

6 – Você sabia?

Papéis - 50 kg de papel reciclado poupa o corte de uma árvore de eucalipto de 6 anos de idade e economiza 70% de energia, se comparado ao gasto na produção a partir da matéria-prima virgem.

Vidros - Praticamente não produz resíduos. Economiza 30% de energia, se comparado ao gasto na produção a partir da matéria-prima virgem.

Metais - Evita a retirada de 5 toneladas de bauxita para fabricar 1 tonelada de alumínio. Economiza 95% de energia, se comparado ao gasto na produção a partir da matéria-prima virgem.

Plásticos - Economiza 50% de energia, se comparado ao gasto na produção a partir da matéria-prima virgem.

Material	Tempo de degradação
Aço	Mais de 100 anos
Alumínio	200 a 500 anos
Embalagens Longa Vida	Até 100 anos (alumínio)
Embalagens PET	Mais de 100 anos
Papel e papelão	Cerca de 6 meses
Plásticos (embalagens, equips)	Até 450 anos
Sacos e sacolas plásticas	Mais de 100 anos
Vidros	Indeterminado
Pneus	Indeterminado
Filtros de cigarros	5 anos
Chicletes	5 anos
Cerâmica	Indeterminado
Metais (componentes de equips)	Cerca de 450 anos
Isopor	Indeterminado
Luvras de borracha	Indeterminado
Esponjas	Indeterminado
Cordas de nylon	30 anos

7 – NOSSO ENDEREÇO:

COMTRABB - CNPJ: 11.786.869/0001-20

Rua do Cobalto Q-54, C – 03 – Coroado – CEP: 65044-200 - São Luís-MA

Telefone – 98-3202-7692/98-8735-1972 (Silvana);

Marcia - 98 – 8784-5174 e Ligia 98- 9615-3313. E-mail: comtrab@yahoo.com.br

ANEXO B – Edital do Fundo Maranhão Solidário

FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

EDITAL DE ACESSO AOS RECURSOS

APRESENTAÇÃO

O FEESMA - Fórum Estadual de Economia Solidária do Maranhão e a Associação Agroecológica Tijupá, na qualidade de proponentes, construíram e aprovaram o projeto “Fundo Maranhão Solidário” junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil) - no âmbito do “Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários” desta instituição. Em agosto de 2008, foi assinado o convênio BNB/FDR/SENAES nº. 2008/066. A gestão do projeto será feita por um Conselho Gestor constituído por organizações do FEESMA.

Este Projeto visa fortalecer os grupos produtivos solidários, contribuindo para sua sustentabilidade, através da criação e gestão de um fundo rotativo solidário estadual, com abrangência em todo o Maranhão. Sua metodologia será orientada pelos princípios da educação popular e da economia solidária buscando o fortalecimento das articulações em rede e está associada aos processos de promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário. Além da disponibilização de recursos para os grupos produtivos solidários, o projeto prevê a criação de uma rede de apoio e acompanhamento aos grupos e momentos de sensibilização, formação e apoio técnico a todos estes atores, contribuindo para a criação da rede de fundos solidários do Maranhão vinculada ao FEESMA.

O FEESMA foi criado em 2000. Congrega empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e órgãos públicos. Sua missão é fortalecer os processos de produção, comercialização e consumo solidários no Maranhão, em consonância com os princípios, objetivos e ações do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária. É um espaço permanente de interlocução, articulação, discussão, proposição, troca de saberes e fomento da economia solidária no Maranhão. Dentre as ações do FEESMA, destacamos a realização das feiras estaduais de Economia Solidária, da I Conferência Estadual de Economia Solidária, e o processo de construção da IV Plenária do FBES, além da constante interlocução com órgãos públicos no sentido incidir em políticas públicas em prol do fortalecimento da economia solidária no estado.

1. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O presente edital tem por finalidade disponibilizar recursos financeiros do “Fundo Maranhão Solidário” para apoiar as atividades econômicas de grupos produtivos solidários do estado do Maranhão, incrementando a capacidade de intervenção seja no âmbito da produção e comercialização ou no seu fortalecimento organizacional.

Fundos rotativos solidários são formas de pequenos grupos produtivos acessarem crédito fora do sistema bancário tradicional e de maneira facilitada, pela flexibilidade da garantia do pagamento; pela dispensa dos entraves burocráticos; por baseia-se em processo de confiança mútua; por se auto-fortalecer como instrumento de combate à pobreza e promoção de comunidades de baixa renda, favorecendo o desenvolvimento local.

Serão apoiadas propostas de grupos que praticam, de fato, os princípios e práticas da Economia Solidária, tais como:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns; propriedade coletiva de bens de produção; partilha dos resultados e responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus; considerar apenas as ações desenvolvidas coletivamente.

Autogestão: as pessoas envolvidas exercitam as práticas participativas e todas são responsáveis pela condução dos processos de trabalho; pelas definições estratégicas e cotidianas dos grupos produtivos solidários; e pela direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Solidariedade: expressa na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam à melhoria das condições de vida de participantes; no compromisso com um meio saudável; na participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local; nas relações com movimentos sociais e populares; no bem-estar dos trabalhadores e consumidores.

2. METODOLOGIA

Estrutura de gestão do Fundo Maranhão Solidário

O Fundo Maranhão Solidário tem a seguinte estrutura de gestão:

Conselho Gestor - composto por 5 (cinco) organizações integrantes do FEESMA: Cáritas/MA, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), UNITRABALHO/MA, Catholic Relief Service (CRS Brasil) e Associação Agroecológica TIJUPÁ. O Conselho Gestor é responsável pela gestão do projeto, inclusive por avaliar e deliberar sobre as solicitações dos grupos. A execução financeira e administrativa do Fundo é exercida pela Associação Agroecológica Tijupá, entidade coordenadora do projeto.

✓

Núcleo

o de Apoio – Base de apoio do Conselho Gestor nas regiões. Será formada por representantes regionais de organizações de apoio ou grupos produtivos solidários, com reconhecida capacidade e experiência para processo de capacitação e assessoria em economia solidária. Cada microrregião de abrangência do FEESMA contará com pelo menos um representante, que receberá capacitação para nivelamento, operacionalização e acompanhamento dos créditos concedidos.

3. Instrumentos de gestão do Fundo Maranhão Solidário

Os grupos selecionados deverão aderir aos seguintes instrumentos de gestão:

Relatório de Reunião de Adesão ao Fundo Maranhão Solidário - assegura o caráter coletivo da decisão de acessar o crédito e que as decisões dos grupos produtivos solidários em acessar os recursos do Fundo sejam o mais participativo possível e não apenas uma decisão de um/a ou poucos/as membros.

Termo de Adesão Voluntária - Será assinado por um/a representante do grupo ou pelo/a representante legal (no caso de organizações formais), escolhido em reunião e devidamente registrado em ata, e pelo coordenador do Conselho Gestor do Fundo. O Termo definirá: as atividades a serem realizadas com as atribuições para as partes envolvidas; descreverá a forma da gestão coletiva dos recursos (estruturas de gestão para a administração dos recursos, etc.); acordará os detalhes da forma de devolução voluntária (carência, prazo e outros); e, ratificará o compromisso da organização beneficiada em fazer uma boa gestão dos recursos em prol do fortalecimento do grupo e da economia solidária no Maranhão.

4. Atividades Previstas

Oficina de Planejamento Estratégico - será articulada pelo Conselho Gestor do Fundo com a presença das organizações que irão compor o Núcleo de Apoio. O objetivo da atividade é aprofundar e nivelar a forma como será operacionalizado o Fundo. Far-se-á o planejamento das atividades do Fundo desde o processo de sensibilização e divulgação nas microrregiões, incluindo a distribuição de material de divulgação, até a prestação de contas feita pelos grupos produtivos solidários.

Recebimento, análise e aprovação das propostas – o Conselho Gestor contará com os membros do Núcleo de Apoio para facilitar o processo de formulação, centralização e envio do formulário simplificado de requisição de apoio do Fundo. O processo de análise e aprovação dos projetos será feito a partir de critérios definidos neste edital.

Reuniões com os grupos produtivos solidários apoiados pelo fundo – nestas atividades serão assinados o Termo de Adesão Voluntária e definidas as ações de acompanhamento, sendo enfatizada a voluntariedade em relação à participação no Fundo e a importância do retorno dos empréstimos para a sua sustentabilidade.

Oficinas sobre gestão produtiva e comercialização – Serão realizadas em duas edições, sendo uma na região Norte do Estado (microrregiões Baixo Parnaíba, São Luis, Munim/Lençóis, Baixada, Alto Turi e adjacentes) e outra no Centro - Sul do Estado (microrregiões do Mearim, Cocais, Tocantina, Sul-maranhense e adjacentes). As oficinas contarão com 02 representantes de cada grupo produtivo apoiado pelo fundo. Buscar-se-á subsidiar os grupos com elementos

importantes para a formulação de Plano de Negócios e gestão administrativa e financeira solidária dos recursos acessados.

Acompanhamento – será feito acompanhamento pontual ao desenvolvimento das ações de aplicação dos recursos do fundo, por parte do Conselho Gestor e pela organização do Núcleo de Apoio de cada microrregião.

Gestão financeira do Fundo – acontecerá a partir da primeira liberação de recursos aos grupos produtivos sendo executada pelos interlocutores regionais e Conselho Gestor. Compreenderá a interlocução continuada e regular com os grupos produtivos apoiados, desde a liberação de recursos e orientações sobre a gestão financeira dos mesmos, passando pelo apoio aos procedimentos de prestação de contas até o processo de devolução de recurso ao Fundo tendo como principal referência o Termo de Adesão Voluntária firmados no momento do repasse do crédito. O Conselho Gestor será a instância responsável pela gestão global destes recursos.

5. RECURSOS DISPONÍVEIS E FONTES DO RECURSO

O Fundo Maranhão Solidário, constituído através do convênio BNB/FDR/SENAES nº. 2008/066, tem o valor total R\$ 118.258,20 (cento e dezoito mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos) e destinará R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para o financiamento direto dos grupos produtivos locais. O restante do recurso será aplicado na gestão e atividades do Fundo; incluindo a capacitação dos representantes dos grupos organizações produtivo-solidárias e membros do Núcleo de Apoio, que farão o acompanhamento técnico, monitoramento e avaliação do projeto.

Os recursos para o presente edital são oriundos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (através do Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR), e outra parte através de convênio assinado entre Banco do Nordeste e SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) /MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

6. MODALIDADES DE ACESSO AO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

Para apoiar os grupos produtivos solidários, o Fundo Maranhão Solidário contará com um montante de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), que será acessado por, no mínimo, por 47 e, no máximo, por 104 grupos produtivos solidários, com as seguintes modalidades de acesso.

A) Valor mínimo: R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) - 24% do recurso, ou seja, R\$ 23.500,00 (vinte três mil e quinhentos reais) - atenderá de 23 a 47 grupos. Os valores *mínimos* poderão ser tomados para quaisquer necessidades do grupo, que poderá ser custeio ou capital, bastando que o grupo informe no ato da solicitação. A carência será de dois a seis meses e poderá ser parcelado em duas vezes. Nos casos específicos de atividades agrícolas relacionadas a investimento na produção e transformação a carência será de até 12 meses;

B) Valor médio: R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) - 50% do recurso, ou seja, R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais) - atenderá de 19 a 47 grupos. Poderão ser tomados para quaisquer necessidades do grupo, que poderá ser custeio ou investimento. A carência será de seis a doze meses e poderá ser parcelado em até quatro vezes.

C) Valor máximo: \$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) - 26% do recurso, ou seja, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) - atenderá até de 5 a 10 grupos. Poderão ser tomados para quaisquer necessidades do grupo, que poderá ser custeio ou investimento. A carência será de seis a doze meses e poderá ser parcelado em até seis vezes.

Na solicitação dos empréstimos deverá constar a previsão de gasto para custeio e investimento, devidamente discriminado.

Como pode ser visto na descrição acima, os prazos de carência e parcelamentos para a devolução têm valores de referência para cada modalidade de empréstimo e serão definidos de acordo com a natureza de cada atividade, com as características e experiência de cada grupo produtivo.

O prazo estipulado para devolução dos recursos será contado a partir da data de repasse dos recursos. As devoluções referentes às tomadas de crédito deste projeto não sofrerão acréscimo de juros, salvo em situação de atraso, que serão baseados no valor da parcela cobrada a uma taxa de 2% a.m.

O crédito poderá ser renovado, desde que o grupo esteja adimplente e após avaliação do Conselho. Os valores devolvidos pelos grupos/organizações solidários, constituirão a base para

formação de um instrumento de finanças solidárias de caráter estadual. Nessa perspectiva será aberta uma conta que receberá os depósitos de devolução dos empréstimos.

O correto e adequado uso dos recursos para a finalidade acordada na solicitação dos mesmos é fundamental para a consolidação do Fundo enquanto um instrumento viável para o fomento das iniciativas em economia solidária.

7. CONDIÇÕES PRÉVIAS PARA RECEBIMENTO DOS RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Devem ser abertas contas bancárias para o recebimento dos recursos, que de maneira alguma podem ser repassadas em espécie do Fundo para os grupos/organizações produtivos – solidários, dentro das condições exigidas para o uso transparente de recursos públicos, observando o seguinte:

Grupos formais (associações, cooperativas, etc.) - Tenham uma conta no nome da organização ou possam abrir uma conta em nome da organização no campo da economia solidária, que reconhecidamente atue na microrregião.

Grupos informais – Não havendo possibilidade de abrir conta em nome do grupo, poderá, em caráter excepcional, abrir uma conta poupança conjunta específica para o projeto, em nome de dois membros do grupo, escolhidos em assembléia, com registro em ata assinada por todos/as e termo de compromisso dos mesmos, firmado com o Conselho Gestor registrado, em cartório.

Todos os grupos/organizações produtivas solidárias que acessarem o Fundo Maranhão Solidário deverão fazer a prestação de contas, com apresentação de notas fiscais e/ou recibos, com CPF ou CNPJ do/a emitente, que serão emitidos em nome da organização proponente do projeto Fundo Maranhão Solidário (Associação Agroecológica Tijupá). Nos processos de formação os membros do grupo serão treinados e receberão todas as informações para essa finalidade.

8. COMO ACESSAR O FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

Para acessar os recursos, cada organização/grupo produtivo deve elaborar uma proposta simplificada (ver modelo em anexo). Na proposta deve ficar bem claro o segmento de atuação (agricultura familiar, artesanato, confecção, etc.), os objetivos e constar todas as atividades que serão desenvolvidas com recursos do Fundo (observando os limites para custeio e investimento).

O Fundo Maranhão Solidário apoiará os seguintes tipos de atividades dos grupos/organizações solidárias:

- Processos de produção solidários;
- Processos de beneficiamento/transformação de matéria prima;
- Processo de comercialização solidário;
- Processos de formação ou fortalecimento/consolidação de instrumentos e práticas de finanças solidárias pelos próprios grupos (desde que contemplem os mesmos tipos de atividades descritas acima);

Outras atividades serão aceitas desde que sejam complementares a determinada atividade descrita acima, não podendo ser a principal do projeto e que seus custos não ultrapassem o valor de 25% do total. Estas atividades podem ser:

Atividades coletivas de fortalecimento organizacional (formalização ou regularização documental do grupo/organização, capacitações voltadas para associativismo, cooperativismo, instrumentos de gestão, etc.);

Formação técnica dos membros dos grupos/organizações (relacionadas a atividade-fim dos grupos/organizações);

Intercâmbios com outras experiências;

Articulação ou participação em eventos (seminários, encontros ou reuniões de caráter municipal ou microrregional relacionados à atuação no campo da economia solidária, agroecologia ou desenvolvimento rural sustentável e solidário).

Outras que venham a ser entendidas como adequadas ao objetivo da proposta;

OBS - Os grupos devem levar em conta que os gastos não associados diretamente à geração de renda também serão devolvidos pelo grupo, o que pressupõe o conhecimento de todos/as os seus membros a respeito destas atividades.

Pra ficar claro o que é custeio e o que é investimento:

Custeio – São gastos com as ações relacionadas ao projeto que devem ser desenvolvidas relacionadas ao projeto para que a proposta alcance seus objetivos. Por exemplo: material de consumo (compra de matéria-prima usada na produção do grupo, embalagens, óleo diesel – se usado em maquinário ou equipamento do grupo, equipamentos de proteção individual, etc.), gastos com alimentação (em reuniões do grupo, processos de formação, em viagens para o projeto, etc.), transporte de pessoas (passagens, transporte alternativo, etc.), transporte de material ou mercadorias (fretes de veículos, etc.), material didático para o grupo, custos para formalização do grupo (registro em cartório, livro de ata, etc.), serviços gráficos, entre outros.

Investimento – São gastos direcionados para estruturação das atividades produtivas, de transformação e comerciais dos grupos/organizações solidárias. Isso compreende compras de bens permanentes (maquinários e peças de reposição, equipamentos utilizados diretamente para a produção, etc.). Todas as aquisições nesta categoria são de caráter coletivo. Mesmo no caso de aquisições de equipamentos individuais para os membros dos grupos (por exemplo: caso de macacões e colméias para criadores de abelha, liquidificadores para agroindústria caseira, etc.) o investimento tem caráter coletivo e a propriedade dos mesmos é da organização ou grupo - e não individual.

Obs 1 - Membros dos grupos/organizações não podem receber qualquer gratificação financeira com recursos do projeto.

Obs 2 - É vedado o pagamento de diárias, sendo que eventuais gastos com viagens (transporte, alimentação, hospedagem) devem ser pagos diretamente e prestado conta com seus respectivos recibos.

Obs 3 - Pagamentos pró-labore referentes a horas/aula ou horas/técnicas para formação e assessoria técnica, serão analisados pelo comitê gestor.

Obs 4 – Tarifas bancárias e outros encargos decorrentes das operações em conta corrente destinada para receber os recursos, não serão cobertas pelo projeto.

Obs 5 – No caso de compra de material para compor a infra-estrutura das atividades do grupo não será aceita qualquer compra que possa implicar claramente em dano ambiental. Se for necessária compra de madeira, areia ou barro, por exemplo, a mesma deverá ser feita em um depósito que possa emitir nota fiscal. Pagamentos pela compra de matéria-prima utilizada pelo grupo, que implique em uso da biodiversidade (extração de palhas, frutos nativos, etc.) são admitidos, pressupondo que nenhum grupo de economia solidária promova a extração ilegal e predatória dos recursos naturais.

Obs 6 – Em hipótese alguma será admitida a compra de agroquímicos (adubo químico, agrotóxicos, etc.), tendo em vista que para o apoio de grupos da agricultura familiar a base tecnológica utilizada será agroecológica.

9. CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA ACESSAR O FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

Poderão acessar os recursos do Fundo Maranhão Solidário organizações/grupos produtivos formais e informais atuantes no campo da economia solidária, que:

Sejam sediadas ou tenham atuação comprovada no Estado do Maranhão;

Demonstrem capacidade de operar (utilizar) e prestar contas dos recursos que forem investidos de maneira coletiva. Em hipótese alguma será admitido o gerenciamento do recurso que não seja pelo próprio grupo – as ações neste sentido devem estar colocadas de forma clara na proposta;

Aceitem gerenciar os recursos recebidos e prestar contas dos mesmos apoiados ou sob orientação do/a representante do Núcleo de Apoio da região ou Conselho Gestor;

Comprovem experiência ou aponte para a implementação de gestão compartilhada e inserção de processos avaliativos e decisórios;

Comprometam-se com a devolução dos recursos em espécie para que o fundo se mantenham e possam atender outros grupos;

Tenha disponibilidade plena para mandar representantes para aos/as processo de capacitação e outras ações de caráter coletivo propostas pelo/a representante do Núcleo de Apoio da região ou Conselho Gestor do Fundo Maranhão Solidário;

Aceitem previamente receber os representantes do Núcleo de Apoio da região ou Conselho Gestor em visitas de monitoramento, avaliação e planejamento das atividades.

Não estejam sendo apoiados por projetos congêneres (com recursos da mesma fonte) aprovados nas suas regiões de atuação.

OBS – O parecer do representante do Núcleo de Apoio da microrregião é fundamental para o reconhecimento das condições descritas acima.

Para sua aprovação, as propostas enviadas pelos grupos/organizações solidária devem:

Demonstrar a adequação da proposta em relação aos objetivos e abrangência deste edital;

Priorizar atividades de caráter econômico-solidário relacionadas com a geração de trabalho e renda desenvolvida pelo grupo/organização e demonstrar a relevância do recurso solicitado para as mesmas;

Atender a todos os quesitos e apresentar de forma clara e inteligível as informações solicitadas no formulário de proposta simplificada;

Relacionar de forma clara os gastos do recurso acessado em relação às atividades que serão desenvolvidas obedecendo às condições e limites entre custeio e investimento colocados em cada modalidade de financiamento;

Demonstrar a sustentabilidade da proposta e o que se espera em termos de sustentabilidade da atividade após a devolução dos recursos acessados;

Demonstrar que as atividades são propostas para serem executadas na própria comunidade e/ou microrregião de atuação do grupo, fomentando o desenvolvimento local sustentável e solidário;

Demonstrar que as atividades desenvolvidas ou decorrentes destas não causem qualquer tipo de impacto ambiental negativo;

Em se tratando de atividade no âmbito da agricultura familiar demonstrar que a atividade é de base agroecológica ou em transição para a mesma.

10. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas selecionadas deverão contemplar alguns critérios pré-definidos que garantem a distribuição equilibrada dos recursos, considerando:

Uma distribuição territorial equilibrada, atendendo as diversas regiões do estado;

Equilíbrio de gênero, geração e etnia, conforme o perfil dos grupos produtivos proponentes;

Terão prioridade projetos relacionados a atuação em redes ou consorciados;

Terão prioridade iniciativas em economia solidária já em curso, nas quais o investimento aponte para o seu fortalecimento; ou, que estejam articulados com ações de finanças solidárias e consumo solidário;

Também terão prioridade segmentos marginalizados e/ou excluídos como: populações tradicionais, pessoas portadoras de necessidades especiais, egressos do sistema carcerário, grupos/organizações provenientes de áreas com alto índice de ocorrência de trabalho escravo, etc.

11. CRONOGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

1) Lançamento e divulgação do Edital - 11/11 a 11/12/2008;

2) Reuniões regionais - Até 30/11/2008;

3) Recebimento de propostas - até 11/12/2008;

4) Análise e seleção das propostas - 12 a 20/12/2008;

5) Divulgação dos Resultados - 22/12/2008;

7) Oficinas sobre Gestão e Comercialização e de nivelamento sobre o uso e prestação de contas dos recursos: São Luis (06 e 07/01/2009) e Imperatriz (12 e 13/01/2009).

8) Desembolso/repasses de recursos - a partir de 15/01/2009.

Prazo limite para recebimento da prestação de contas dos recursos acessados pelos grupos: 30/07/2009 (dependendo do cronograma aprovado em cada proposta, teremos prazos anteriores a esse firmado com cada grupo/organização parceira do Fundo Maranhão Solidário).

12. RECEBIMENTO DE PROJETOS

Os grupos produtivos devem elaborar seus projetos e enviar via postal para a Tijupá, obedecendo o prazo limite para envio (11/12/2008) constando no endereço a seguinte descrição:

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ PROJETO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO Endereço: Rua 02 Quadra B Casa 06 – Conjunto La Ravardiere Outeiro da Cruz - São Luis-MA CEP.65045-720

Pedimos o devido preenchimento das informações/contatos nos campos de preenchimento do formulário de apresentação de propostas, mesmo que seja enviado pelo membro do Núcleo de Apoio Técnico.

Para entrar em contato conosco:

Fone/Fax: (98) 3243.2765

E-mail: tijupa@gmail.com

Falar com Carlos ou Guilhon

Os grupos/Organizações produtivos que tiverem suas propostas aprovadas serão avisados em tempo adequado para os procedimentos de repasse dos recursos.

São Luís, 11 de novembro de 2008
Conselho Gestor do Fundo Maranhão Solidário

ANEXO 1

PROJETO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO
Relatório de Reunião de Adesão ao Fundo Maranhão Solidário

1. Identificação do Grupo:

1.1 Nome: _____

1.2 Situação Jurídica: () Formal () Informal

1.3 Natureza Jurídica(se formalizado): _____

1.4 Data de criação: _____

1.5 Tipo de atividade que desenvolve: _____

1.6 Composição do grupo(quantidade e caracterização): _____

2. Desenvolvimento da reunião:

2.1 – N° de participantes:

2.2 – Decisão tomada pelo grupo:

() Aderir ao Fundo Maranhão Solidário para acessar crédito solidário.

() Não aderir ao Fundo Maranhão Solidário para acessar crédito solidário.

3.3 – Objetivo(s) dos recursos a serem acessados no Fundo Maranhão Solidário:

3.4 – Modalidade de crédito a ser acessado:

() A - Valor mínimo: (de R\$ 500,00 a 1.000,00)

() B - Valor médio (de R\$ 1.000,00 R\$ 2.500,00)

() B - Valor máximo (de R\$ 2.500,00a R\$ 5.000,00)

3.5 – Prazo para retorno dos recursos:

() 2 meses () 6 meses () 10 meses

3.6 – Assinaturas dos participantes da reunião

Nome	Assinatura

Município: _____

Data: _____

ANEXO 2

PROJETO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO
Formulário para elaboração da Proposta Simplificada

1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO:

1.1 Nome: _____

1.2 Endereço : _____

CEP _____

1.3 Telefone: _____ Email: _____

1.4 CNPJ(se formal): _____

1.5 Situação Jurídica: () Formal () Informal

1.6 Natureza Jurídica(se formalizado): _____

1.7 Data de criação: _____

1.8 Tipo de atividade que desenvolve: _____

1.9 Composição do grupo (quantidade e caracterização): _____

1.10 Dados Bancários

Banco:

Conta Corrente:

Agência:

2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS:

Nome: _____

Endereço: _____

Carteira de Identidade: _____ CPF: _____

Função que exerce no Grupo _____

Nome: _____

Endereço: _____

Carteira de Identidade: _____ CPF: _____

Função que exerce no Grupo _____

3. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 Quais os interesses e objetivos comuns entre os membros do grupo?

3.2 A propriedade dos bens de produção é coletiva?

()SIM ()NÃO

3.3 Como se dá a gestão desses bens de produção?

3.4 Como o grupo pratica a partilha solidária dos resultados?

3.5 Como o grupo e assume a responsabilidade solidária com as obrigações ou em possíveis prejuízos?

3.6 Como as pessoas participam das decisões do grupo?

3.7 Como o grupo se envolve com a discussão dos problemas da comunidade?

4. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA

4.1 Qual é a atividade econômica desenvolvida pelo grupo?

4.2 Qual é a principal matéria prima utilizada?

4.3 Qual o processo de produção desenvolvido pelo grupo?

4.3 Quais os cuidados do Grupo em relação à proteção ao meio ambiente?

4.5 Como se dá o processo de comercialização:

5. DO ACESSO AOS RECURSOS DO FUNDO MARANHÃO SOLIDÁRIO

5.1 Por que o grupo pretende acessar recursos junto ao Fundo Maranhão Solidário?(justificativa: aquilo que motiva o grupo a solicitar o empréstimo)

5.3 Para que o grupo necessita destes recursos?(objetivo/os)

5.4 Como o grupo irá aplicar os recursos?(atividades)

6. DO ORÇAMENTO

6.1 Modalidade de crédito a ser acessado:

- () A - Valor mínimo: (de R\$ 500,00 a 1.000,00)
 () B - Valor médio (de R\$ 1.000,00 R\$ 2.500,00)
 () B - Valor máximo (de R\$ 2.500,00a R\$ 5.000,00)

6.2 Destinação dos recursos:

\$ CUSTEIO	\$ INVESTIMENTOS	TOTAL

6.3 Especificação das Despesas de Custeio(de acordo com o edital - item 8)

Descrição da Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total				

6.4 Especificação das Despesas de Investimento(de acordo com o edital - item 8)

Descrição da Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total				

7. PLANO DE DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS:

7.1 De acordo com a modalidade de empréstimo feita pelo grupo descreva como o grupo pretende devolver os recursos ao FMS: (de acordo com o edital - item 6)

Nº da Parcela	Prazo Limite	Valor